UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DE MESTRADO

CAMILA BAQUIN DO NASCIMENTO

POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO ANARQUISTA NEGRO DOMINGOS PASSOS (1894-1948)

CAMPO MOURÃO – PR
2026

CAMILA BAQUIN DO NASCIMENTO

POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO ANARQUISTA NEGRO DOMINGOS PASSOS (1894-1948)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Memórias e Espaço de Formação
Área de Concentração: História Pública
Orientador: Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva

CAMPO MOURÃO – PR
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e
Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP
e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Nascimento, Camila Baquin do
Por uma história pública do anarquista negro Domingos Passos (1894-1948) / Camila Baquin do Nascimento. -- Campo Mourão-PR,2026.
112 f.: il.

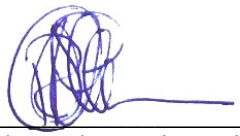
Orientador: Ricardo Tadeu Caires Silva.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2026.

1. Anarquismo. 2. Domingos Passos. 3. Movimento Operário. 4. República Velha (1889-1930). 5. História Pública. I - Silva, Ricardo Tadeu Caires (orient). II - Título.

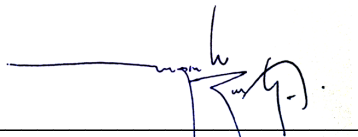
CAMILA BAQUIN DO NASCIMENTO

POR UMA HISTÓRIA PÚBLICA DO ANARQUISTA NEGRO DOMINGOD PASSOS (1894-1948)

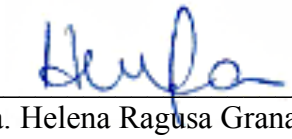
BANCA EXAMINADORA



Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva (orientador) – Programa de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual do Paraná – Unespar)



Dr. Marcos Roberto Pirateli – Programa de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual do Paraná – Unespar)



Dra. Helena Ragusa Granado (Universidade Estadual do Londrina – UEL)

Data de Aprovação

29/09/2026

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus três grandes companheiros felinos: Loki, Freydis e Maya. Sem vocês, essa jornada não teria graça (nem tantas pausas para carinho).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, antes de tudo, ao meu noivo Luiz, por ser meu porto seguro, meu maior incentivador e aquele que sempre acreditou nos meus sonhos. Seu carinho e paciência foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Aos meus irmãos Carina e Rafael, que sempre estiveram ao meu lado, cada conversa, cada gesto de incentivo fez toda a diferença nessa caminhada. Que este trabalho os inspire a seguir seus caminhos.

Aos meus pais que são a base de tudo que sou. Obrigada por cada gesto de amor, essa conquista é tão minha quanto de vocês!

Aos meus colegas da turma 2024, do Programa de Pós-Graduação em História Pública, especialmente à Janete, o Thiago e o Hérico, pela troca de ideias e momentos de descontração que tornaram a jornada mais leve.

Agradeço ao meu orientador Dr. Ricardo Tadeu Caires Silva, cuja orientação foi mais que um apoio acadêmico, foi um verdadeiro exemplo de dedicação e paixão pela pesquisa. Obrigada pela paciência, pelas leituras atentas e pelas ideias que transformaram dúvidas em caminhos sólidos.

À banca examinadora, Prof. Dr. Marcos Pirateli, e Profa. Dra. Helena Ragusa, obrigada pelas sugestões preciosas que enriqueceram este trabalho.

Ao programa de Pós-Graduação em História Pública, pela oportunidade de mergulhar nessa pesquisa, pela bolsa de recursos e pelos professores que sempre estiveram prontos a esclarecer dúvidas e a incentivar. Aos colaboradores da secretaria pois, sem suporte, nada disso seria possível.

Não é de partidos que precisamos. Os partidos são cacos e os cacos só têm uma utilidade: a de encher as ′garis′ e ir aterrar a Sapucaia. Precisamos é de 'inteiros' e estes só se conseguem com a 'organização sindicalista revolucionária', que une, que eleva, que constrói.

Domingos Passos

RESUMO

NASCIMENTO, Camila Baquin do. **Por uma história pública do anarquista negro Domingos Passos (1894-1948)**. 112f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2026.

Esse trabalho teve como objetivo principal narrar, por meio da linguagem dos quadrinhos (HQ), a trajetória do anarquista negro Domingos Passos (1894-1948) no movimento operário brasileiro durante a República Velha (1889-1930). Para tanto, lançamos mão das fontes bibliográficas disponíveis sobre o período bem como de fontes primárias como os jornais de grande circulação e da imprensa operária e, também, de documentos cartoriais. Oriundo de uma família humilde que migrou do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, Passos herdou do pai o ofício de carpinteiro. Ao ingressar mundo do trabalho, no ramo da construção civil, ele teve contato com a doutrina anarquista e imediatamente se engajou na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Como secratário da União dos Operários da Construção Civil (UOCC), logo se destacou no meio operário como orador e polemista – atraindo o respeito e a admiração da classe operária. Passos era frequentemente convidado para discursar sobre temas sociais nas sedes dos sindicatos e, além disso, ainda participava ativamente dos festivais operários. Era um defensor ferrenho da autonomia dos sindicatos e da autogestão dos trabalhados em oposição ao centalismo partidário – o que o tornou um inimigo dos comunistas, com quem polemizou na imprensa libertária. Sua militância ativa fez com que se tornasse um dos principais alvos da polícia, sendo preso e espancado diversas vezes. Domingos Passos esteve entre os anarquistas deportados para a colônia penal de Clevelândia, no Oiapoque. Conhecida como o "inferno verde", está prisão ceifou a vida de quase metade dos mais de 900 presos que para lá foram enviados. No retorno ao Rio de Janeiro, ele denunciou as violências sofridas no exílio e por isso continuou sendo perseguido pelas autoridades. Nem a mudança para São Paulo, onde continou clandestinamente sua militância, o livrou das garras da polícia. Encarcerado e torturado na temida cadeia do Cambuci, ele foi abandonado à própria sorte nas matas de Sengés, no Paraná. Resiliente, sobreviveu a mais esse episódio de violência e nessa localidade se etabeleceu, formou família e viveu até morrer. Divulgar a biografia de Domingos Passos para um publico amplo é essencial para que possamos resgatar o protagonismo desse importante intelectual negro nas lutas sociais da Primeira República (1889-1930), tirando-o da invisibilidade a que foi relegado por grande parte da nossa historiografia.

Palavras-chave: Anarquismo; Domingos Passos; Movimento Operário; República Velha (1889-1930); História Pública.

ABSTRACT

The primary objective of this work was to narrate—using the medium of comic books—the trajectory of the Black anarchist Domingos Passos (1894–1948) within the Brazilian labor movement during the Old Republic (1889–1930). To this end, we drew upon available bibliographic sources regarding the period, as well as primary sources such as mainstream newspapers, the labor press, and official registry documents. Hailing from a humble family that migrated from Espírito Santo to Rio de Janeiro, Passos learned the carpentry trade from his father. Upon entering the workforce in the construction sector, he encountered anarchist doctrine and immediately committed himself to the struggle for a more just and egalitarian society. As secretary of the Civil Construction Workers' Union (UOCC), he soon distinguished himself within labor circles as an orator and polemicist, earning the respect and admiration of the working class. Passos was frequently invited to speak on social issues at union halls and actively participated in labor festivals. He was a staunch advocate of union autonomy and worker self-management—opposing party centralism—which made him an adversary of the Communists, with whom he engaged in heated debates in the libertarian press. His active militancy made him a prime target for the police; he was arrested and beaten on numerous occasions. Domingos Passos was among the anarchists deported to the Clevelândia penal colony in Oiapoque. Known as the "Green Hell," this prison claimed the lives of nearly half of the more than 900 inmates sent there. Upon returning to Rio de Janeiro, he denounced the violence he had endured in exile, leading to continued persecution by the authorities. Even moving to São Paulo, where he continued his activism underground, did not save him from the clutches of the police. After being imprisoned and tortured at the dreaded Cambuci jail, he was left to his fate in the forests of Sengés, Paraná. Resilient, he survived this further act of violence and settled in the area, where he raised a family and lived out the rest of his life. Sharing Domingos Passos's biography with a broad audience is essential to reclaiming the pivotal role this important Black intellectual played in the social struggles of the First Republic (1889–1930), thereby rescuing him from the invisibility to which much of our historiography had relegated him.

Keywords: Anarquismo; Domingos Passos; Movimento Operário; República Velha (1889-1930); História Pública.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Liceu de Artes e Ofícios (1885-1905). Autor: Marc Ferrez..... 47
Imagem 2: Praça de República em 1906. Fotografia de Augusto Malta..... 50
Imagem 3: Anúncio da palestra "Novo Rumo". Jornal *A Razão* (RJ), quinta-feira, 26 de maio de 1921, p. 6..... 53
Imagem 4: Nota sobre o Grupo "Renovação". Jornal *O Paiz* (RJ), quarta-feira, 10 de outubro de 1923, p.8..... 54
Imagem 5: Ficha policial de Domingos Passos. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro..... 56
Imagem 6: Clevelândia. Da esquerda para a direita: igreja, escola e a sede administrativa em 1926..... 64
Imagem 7: Colonos na construção do trapiche, em 1925..... 69
Imagem 8: Jornal *A Manhã (RJ),* 4 de fevereiro, de 1927, p. 1..... 70
Imagem 9: Jornal *A Manhã (RJ),* 4 de fevereiro, de 1927, p. 1..... 71
Imagem 10: Domingos Passos, em 1927. Jornal *A Noite (RJ)*, n.º 5479, p. 2..... 72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Clevelândia do Norte – AP..... 63
Mapa 2: Colônia Penal de Clevelândia (julho de 1925). Autor: Carlo Romani..... 67
Mapa 3: Localização da cidade de Sengés – PR..... 75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

CAPÍTULO 1: A CHEGADA DO ANARQUISMO AO BRASIL 17
1.1 O que é anarquismo? 17
1.2. As origens do anarquismo 18
1.3. As correntes anarquistas 20
1.4. A imigração europeia e a chegada do anarquismo no Brasil 22
1.5. A Disseminação das ideias anarquistas no Brasil 26
1.6. As primeiras organizações e lideranças anarquistas no Brasil 33
1.7. A repressão estatal à classe trabalhadora 39
1.8. Lideranças anarquistas 41

CAPÍTULO 2: DOMINGOS MANOEL PASSOS (1894-1948): ANARQUISTA NEGRO NO BRASIL REPUBLICANO 44
2.1. As origens e a infância 44
2.2. O mundo do trabalho e das lutas sociais 47
2.3. A defesa da ação direta e da autonomia sindical 57
2.4. O embate com os comunistas 59
2.5. Novas prisões e a deportação para Clevelândia 61
2.6. A fuga e o Retorno ao Rio de Janeiro 69
2.7. A mudança para São Paulo 72
2.8. Um novo recomeço: a vida em Sengés, no Paraná 76

CAPÍTULO 3: DOMINGOS PASSOS: POSSIBILIDADES DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS 78

CONSIDERAÇÕES FINAIS 88
REFERÊNCIAS 90
ANEXOS 98

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve por finalidade a produção de uma História em Quadrinhos (HQ) sobre a trajetória de vida do anarquista negro Domingos Manoel dos Passos (1894-1948) e as lutas operárias no Brasil das primeiras décadas do século XX. Com o trabalho, almejamos contribuir para a divulgação pública da imagem desse líder sindical que viveu durante a Primeira República e os primórdios da Era Vargas e cujas lutas em prol da classe operária brasileira foram apagadas ou silenciadas pela historiografia.

Em vida, Domingos Passos teve sua luta reconhecida pela classe operária do país, pois figurou dentre as lideranças sindicais mais influentes do Brasil (Samis, 2007). Contudo, com o decorrer do tempo, Passos teve seu protagonismo apagado pela historiografia, a qual, salvo honrosas exceções, silenciou sobre sua trajetória de militância dentro do movimento operário brasileiro. É bem verdade que o líder anarquista continuou sendo lembrado por um pequeno grupo de intelectuais e militantes anarquistas que, ao longo de gerações, têm lutado para preservar sua memória.[1]

Por isso, são escassos os trabalhos acadêmicos e demais produções sobre a vida Domingos Passos e só recentemente é que ele vem sendo reconhecido como uma grande liderança da classe operária brasileira. Em 2022, o historiador e cineasta Uilton Oliveira lançou o documentário *Nossos passos seguirão os seus*, no qual procura dar visibilidade à atuação de Domingos Passos no movimento operário brasileiro.[2] Em 2024, um grupo de pesquisadores do movimento anarquista brasileiro organizou uma obra coletiva com textos dedicados exclusivamente ao anarquista negro – a qual foi de grande valia na elaboração da presente dissertação.[3] Dessa forma, acreditamos que a escrita e divulgação de uma biografia histórica em formato de HQ desse importante membro do anarquismo brasileiro é de suma

---

[1] Vide, por exemplo, o Coletivo de estudos Domingos Passos: https://www.nodo50.org/insurgentes/principal.htm ; e a Federação Anarquista Domingos Passos: https://www.instagram.com/fad.domingospassos/ .

[2] O filme experimental tem duração de 13 minutos. Uma entrevista com o diretor pode ser vista em: https://www.google.com/search?sca_esv=c872d79fb2a9e0a7&sxsrf=AE3TifMVpoVJ9TeavAx7BpoDUbN2hzzigA:1760279038814&udm=7&fbs=AIIjpHydJdUtNKrM02hj0s4nbm4yz2OIO8EWX9DX1JDOVfANVg6Sh_lKDjgvwZnNaD_Hs0TPnF_8rAYnieTTPWwabKY7nNDp5tYMZqjyiicQ1ajxNf08q8DVD-Nw7cxsfE-1afqtkYqyRXM1e2rXxt0Lzacrn86JWfixvgXw4G_ve5cg7bW6cpF40rWJzUazpU70WJadZPqSu2Y-6kHyTFvmlu7JZ_9Osg&q=nossos+passos+seguir%C3%A3o+os+seus+document%C3%A1rio&sa=X&ved=2ahUKEwiSrsG27p6QAxUOq5UCHUiOKNAQtKgLegQIEBAB&biw=1280&bih=559&dpr=1.5#fpstate=ive&vld=cid:753a0a33,vid:EIfw2iMiMUw,st:0 .

[3] Norte, Sérgio; Roberti, Angela (Orgs). *Nada de escravidão: Dossiê Domingos Passos*. São Paulo: Terra Livre, 2024.

importância para que este se torne conhecido do grande público em nosso país, especialmente do público jovem.

Como se sabe, a História Pública é um campo da História que busca aproximar o conhecimento histórico da sociedade em geral, tornando-o acessível, relevante e participativo. Nesse sentido, uma de suas funções é a de levar o conhecimento acerca do passado que é produzido na academia a um público amplo e diversificado.[4] Assim, seus praticantes acreditam que o conhecimento histórico poder ser aprendido e construídos em outros espaços que não as salas de aula, a exemplo de museus, arquivos, praças, parques; e, também, nos espaços midiáticos e virtuais, como as rádios, Tv's, o cinema e as redes sociais, sites e blogs, dentre outros.[5]

Segundo o historiador Ricardo Santhiago (2016, pp. 90-91), em linhas gerais podemos classificar a História Pública em quatro modalidades básicas, a saber: 1) História para o Público; 2) História feita com o Público; 3) História feita pelo Público e 4) História e Público. A perspectiva do nosso trabalho se insere na primeira modalidade: a História para o grande público. Nessa modalidade, a preocupação está voltada para a necessidade da academia se abrir para o diálogo com o grande público a partir de iniciativas outras que não os meios tradicionais de divulgação, como as obras científicas em formatos de livros e artigos – os quais na maioria das vezes são escritos numa linguagem hiper especializada.

Primeiramente, é de suma importância definir qual público pretende-se atingir com a divulgação dessa HQ. Para Schittino (2016), o âmbito da história pública implica refletir sobre quem está do outro lado, não só fazer "para o público", mas questionar "quem é esse público?". O "público" não é apenas "a audiência" ou "os leigos" há quem se "leva" conhecimento histórico. Schittino (2016) critica uma concepção em que o historiador assume o papel de divulgador que "entrega" história ao público leigo. Observa que, quando o público é pensado simplesmente como "os leigos", "a sociedade em geral", há o risco de encarar uma distinção entre academia e "resto do mundo" sem refletir sobre relações de poder, autoridade e legitimidade.

> O "público" não é apenas uma audiência passiva para quem os historiadores "produzem" conhecimento; ele opera em dois sentidos — o visível (o que "vem a público") e o compartilhado (o mundo comum) — e requer que o historiador público mediador reconheça pluralidade, participação e diálogo. A

[4] Sobre a noção do que vem a ser a História Pública e suas diferentes modalidades ver ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Rovai, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.) *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
[5] Carvalho, Bruno Leal Pastor de; Teixeira, Ana Paula, (Orgs). *História pública e divulgação de história*. Letra e Voz, 2019.

> história pública, então, exige não só levar história ao público, mas envolver públicos no processo de história. (Schittino, 2016, p. 40).

Levando-se em conta a aceitação e difusão de diferentes linguagens dentre a população infanto-juvenil, pensamos em produzir a biografia de Domingos Passos e em seguida roteirizá-la para a linguagem dos quadrinhos (HQ). Cabe destacar que tal estratégia é bastante utilizada por diferentes profissionais na divulgação de biografias de personagens da história brasileira e mundial, estando presente inclusive nas escolas.[6]

A biografia desempenha um papel crucial na preservação da história individual e coletiva, permitindo que as gerações futuras compreendam as trajetórias e os contextos que moldaram um indivíduo. Ela oferece uma visão profunda sobre a vida, desafios, conquistas, falhas e transformações de um ser humano, servindo como fonte de inspiração e aprendizado. Além disso, as biografias ajudam a humanizar figuras públicas, desmistificando suas experiências e decisões, o que torna suas histórias mais acessíveis e relevantes para o público. Ao explorar as escolhas, os valores e as circunstâncias que influenciaram uma pessoa, a biografia também funciona como um meio de reflexão sobre a sociedade, a cultura e os eventos históricos.[7]

Por sua vez, as biografias que contemplam os "esquecidos" da história são fundamentais para uma compreensão mais completa e justa do passado. Muitas vezes, as narrativas históricas são moldadas pelas vozes das elites, o que resulta na marginalização ou apagamento de certos grupos e indivíduos. Ao resgatar as histórias dessas pessoas, seja de minorias ou figuras históricas negligenciadas, podemos corrigir distorções e expandir nossa visão sobre a complexidade das experiências humanas ao longo do tempo.

Além disso, conhecer o anarquismo e os anarquistas é algo de suma importância para as novas gerações, principalmente devido à má interpretação que muitos ainda possuem acerca desse movimento. Enquanto alguns enxergam o anarquismo como uma ideologia que promove a liberdade individual e a igualdade, outros – a grande maioria das pessoas - associam o movimento ao caos e à desordem. Acreditamos que conhecer novas formas de governo é fundamental para entender as complexidades das dinâmicas políticas, desenvolver habilidade críticas, participar de forma informada na vida cívica e se preparar para um mundo em constante mudança. Sendo assim, este trabalho buscou reconstituir a trajetória individual

---

[6] Ver, por exemplo, Rama, Ângela; Vergueiro, Waldomiro (Org.*). Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2014.

[7] Para uma visão acerca dos estudos sobre a biografia histórica ver Avelar, Alexandre de Sá; Schmidt, Benito Bisso (Orgs.). *O que pode a biografia*. São Paulo, Sp: Letra e Voz, 2018.

do anarquista negro Domingos Passos e suas contribuições e vivências sociais, culturais, econômicas e políticas do Brasil das primeiras décadas do século XX.

As fontes utilizadas na pesquisa foram formadas pela bibliografia especializada nas histórias do movimento operário brasileiro nas três primeiras décadas do século XX, em especial as obras sobre o movimento anarquista. Além disso, nos apoiamos na imprensa periódica do período, a exemplo dos jornais de grande circulação e os periódicos anarquistas onde Domingos Passos escreveu e foi notícia, a exemplo de *O Paiz, Gazeta de Notícias, A Pátria, O Combate, A Razão*, dentre outros.[8] Também consultamos as fontes cartoriais para a reconstituição dos laços familiares em diferentes fases de sua vida.[9]

Por sua vez, os referenciais teóricos que nortearam a pesquisa se apoiaram no marxismo proposto pelo historiador britânico E. P. Thompson, em especial nos conceitos de classe, economia moral e experiência.[10] Além disso, visando melhor compreender a leitura e interpretação dos autores anarquistas, utilizamos as contribuições de Paul Feyerabend, presentes na obra *Contra o método (2007)*.

Em linhas gerais, o anarquismo questiona as hierarquias e as formas tradicionais de autoridade, como o Estado, o capitalismo e as instituições religiosas. Ao estudar o anarquismo podemos refletir sobre as formas como as sociedades modernas estruturam o poder e explorar alternativas à centralização do poder. Apesar de ser marginalizado e mal compreendido, o anarquismo teve um impacto significativo em várias lutas sociais ao longo da história. Movimentos como as revoluções, greves operárias e os movimentos estudantis em várias partes do mundo tiveram fortes influências anarquistas. Surgido na Europa no século XIX, o anarquismo aportou no Brasil nas últimas década do referido século, durante o movimento de imigração de trabalhadores europeus, e logo atraiu a simpatia da classe trabalhadora nacional.

Domingos Manoel dos Passos foi um desses trabalhadores que viu nas ideias anarquistas o sentido de sua vida. Apaixonado pela leitura, ele se tornou um leitor árduo de tais ideias na medida em que se inseriu na luta sindical. Dotado de excelente oratória, logo se destacou entre as lideranças sindicais – passando a representar os seus pares nos congressos operários daquele período. Consciente do pertencimento de sua classe social e de sua origem étnica, denunciou a existência do preconceito de cor dentro do movimento sindical. Por sua aguerrida militância foi preso por diversas vezes, sendo inclusive enviado para diferentes regiões do país - como

[8] Parte dos escritos de Domingos Passos nos jornais foram reunidos na obra Passos, Domingos. Textos reunidos. In: Imprensa Marginal (Org.). S/d. https://1000contra.com.br/produto/domingos-passos-textos-reunidos/ .
[9] Neste caso, a consulta foi feita no portal https://www.familysearch.org/pt/global .
[10] Thompson, E.P. *Costumes em comum*: *estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

a colônia penal Clevelândia, no Amapá - como forma de ser retirado do convívio com a classe operária dos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Na última destas prisões, foi enviado muito debilitado para as matas do município de Sengés, no estado do Paraná, onde mais uma vez conseguir sobreviver. Ali, constituiu família e passou o restante de sua vida, ceifada tragicamente em 1948, quando suicidou-se.

Narrar esta trajetória de vida singular, portanto, foi o desafio do presente trabalho, o qual ficou assim estruturado. No primeiro capítulo abordamos o advento das ideias anarquistas na Europa e sua posterior chegada em terras brasileiras. Procuramos delinear o contexto histórico que permitiu que o jovem Domingos Passos conhecesse o pensamento anarquista e as demais ideias que serviram de base para a luta dos operários brasileiros. No segundo capítulo procuramos reconstituir a trajetória de vida de Domingos Passos, tais como sua origem social, suas relações familiares e de amizade, sua inserção no mundo do trabalho e no movimento sindical. Nesta parte, procuramos esmiuçar sua luta nas frentes operárias, revelando suas ideias e pensamentos acerca de como deveria ser feita a luta pela libertação da classe operária.

Portanto, os dois primeiros capítulos são destinados a fornecer os subsídios para a elaboração do roteiro que norteou a narrativa da história em quadrinhos acerca da trajetória de Domingos Passos no movimento operário brasileiro– tema do terceiro e último capítulo.

A ideia é que a partir desse roteiro preliminar possamos angariar recursos para firmar parcerias com roteiristas e ilustradores profissionais para a publicação e divulgação da HQ.

CAPÍTULO 1
A CHEGADA DO ANARQUISMO AO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo apresentar o contexto da criação e difusão das ideias anarquistas, desde a Europa até a chegada em terras brasileiras. Além disso, se propõe a explicitar de que forma a classe operária brasileira se envolveu com esta e outras ideologias socialistas, a exemplo do comunismo. Com isso almejamos contextualizar a época em que viveu Domingos Passos e lutou pelos ideais libertários.

1.1. O que é o anarquismo?

O anarquismo pode ser entendido como uma corrente filosófica, política e social que defende a ausência de hierarquia e a eliminação do Estado em detrimento da organização da sociedade de forma horizontal e autogestionada. O termo "anarquismo" vem do grego "anarkhia", que significa "ausência de governo". Conforme destaca a historiadora Edilene Toledo,

> o anarquismo é a doutrina política que prega que o Estado é nocivo e desnecessário, existindo, existindo alternativas viáveis de organização social voluntária. Anarquista era – e é – quem, por meio da livre experimentação, se propõe a criar uma sociedade sem Estado, modificando-a pouco a pouco, cuja base são comunidades autogeridas, em que haja o máximo de liberdade com o máximo de solidariedade e fraternidade (Toledo, 2007, p. 12).

Em linhas gerais os anarquistas acreditam que a hierarquia, a dominação e a exploração são contrárias à liberdade e à justiça social, e que a única forma de alcançar uma sociedade verdadeiramente livre e igualitária é através da abolição do Estado e de todas as formas de autoridade. Assim, eles propõem a organização da sociedade através de comunidades autônomas baseadas na cooperação, na solidariedade e na igualdade. A gestão das coisas públicas por parte dos próprios cidadãos, sem a intervenção do Estado, a distribuição do poder e da autoridade entre diferentes unidades e instâncias, a distribuição justa e equitativa dos recursos e oportunidades, a união e cooperação entre as pessoas para defender seus interesses comuns, a igualdade de direitos e oportunidades para todos, são fundamentos do movimento anarquista. Como observa o historiador e filósofo Henri Arvon (1966), o anarquismo parte da rejeição de qualquer forma de poder organizado que limite a liberdade humana. Assim, "o

conceito de sociedade sem Estado é essencial para a compreensão da atitude anarquista" (Woodcock, 1989, p.12).

Os anarquistas também são ferrenhos críticos do capitalismo, do sistema de propriedade privada e da concentração de poder nas mãos de uma elite econômica. Por isso, defendem a socialização dos meios de produção e a gestão coletiva dos recursos naturais. O historiador James Joll (1964) enfatiza que os anarquistas denunciaram tanto a opressão estatal quanto a dominação econômica exercida pelos proprietários do capital.

1.2. As origens do anarquismo

O movimento anarquista teve início na Europa do século XIX, em um contexto de profundas mudanças sociais, políticas e econômicas. Nesse período, a Revolução Industrial (1760-1840) estava em pleno andamento, levando ao surgimento de uma classe trabalhadores urbana e industrial que sofria com condições de trabalho precárias, baixos salários e falta de direitos.[11] Em decorrência dessa precariedade é que surge o movimento operário, tomado pelos ideais de liberdade, igualdade e justiça social. Ao mesmo tempo, a Revolução Industrial gerou novas formas de exploração e transformou radicalmente as relações sociais. Esse contexto ofereceu condições concretas para o surgimento de movimentos revolucionários baseados na ação direta dos trabalhadores. Nesse sentido, várias foram as ideologias políticas a contestar as novas relações de trabalho e poder, a exemplo do socialismo utópico, do comunismo e do anarquismo. Segundo Caio Túlio Costa, "o anarquismo é uma resposta à industrialização e à violência do Estado moderno, nascido das contradições geradas pelo capitalismo" (Costa, 1985, p. 14).

A Revolução Industrial trouxe mudanças significativas na economia, com a transição da produção artesanal para a produção em massa e a expansão do capitalismo. Ademais, levou ao aumento da exploração dos trabalhadores, com longas jornadas de trabalho, baixos salários e condições precárias de trabalho. Dentro deste contexto, o movimento anarquista teve um papel importante na luta pelos direitos dos trabalhadores, na defesa da liberdade individual e na resistência contra regimes autoritários e opressivos.

As origens do anarquismo, enquanto doutrina social e movimento político, resultam de um longo processo histórico no qual se entrelaçam crítica ao Estado, defesa da liberdade individual e projetos de organização social baseados na cooperação. Não nasce repentinamente

[11] Para uma visão global do tema ver Hobsbawm, Eric J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

no século XIX; antes, se estrutura a partir de tradições filosóficas, práticas comunitárias e experiências históricas de resistência ao poder centralizado. Para Arvon, o anarquismo não é fruto de um só homem ou de uma só escola, mas de uma atitude permanente do espírito humano diante da autoridade (Arvon, 1966).

As origens do anarquismo combinam elementos históricos longínquos — desde o pensamento clássico até formas comunitárias medievais — com a ebulição política e social da modernidade. Estruturado teórica e organizativamente no século XIX, o anarquismo emerge como resposta radical às injustiças econômicas e políticas da sociedade industrial. Como sintetiza Costa, "o anarquismo é a mais ampla e profunda contestação já formulada contra todas as formas de dominação" (Costa, 1985, p. 7).

O anarquismo enquanto doutrina política emerge na modernidade europeia, especialmente a partir do século XVIII, com o Iluminismo e a crítica à ordem absolutista. Joll (1964), salienta que o anarquismo é inconcebível sem a crença iluminista na razão e sem o ataque filosófico dirigido contra o despotismo. Embora o anarquismo como doutrina sistematizada seja característico da modernidade, sua sensibilidade de contestação ao poder remonta à Antiguidade. Segundo o historiador Jean Préposiet (2007), a crítica às formas de autoridade e convenções sociais remonta a tradições intelectuais antigas, como a filosofia cínica na Grécia, que se opôs às normas sociais e hierarquias tradicionais. Nessa mesma direção, Max Nettlau (2008), afirma que já na Antiguidade podiam ser observadas manifestações incipientes de um espírito libertário, ainda pouco sistemático, mas que já expressava críticas tanto ao Estado quanto às instituições religiosas.

O filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), embora não sendo um anarquista, influenciou profundamente o pensamento dos futuros libertários ao afirmar que "o homem nasce livre, mas por toda parte encontra-se acorrentado" — ideia que, segundo o historiador George Woodcock "despertou entre gerações posteriores a convicção de que a autoridade não é natural, mas construída, e, portanto, contestável" (Woodcock, 2007, p. 33).

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), filósofo e ex-membro da Assembleia Nacional Constituinte da França, foi o primeiro intelectual a proclamar explicitamente: "Sou anarquista", estabelecendo uma ruptura radical com as concepções tradicionais de autoridade. Ao declarar, na obra *O que é a propriedade?,* que "a propriedade é um roubo", ele inaugura uma crítica estrutural às desigualdades sociais. Como observou a pesquisadora brasileira Patrizia Piozzi, foi "Proudhon construiu os alicerces conceituais do anarquismo moderno ao propor uma organização social federativa e mutualista" (Piozzi, 2006, p. 41).

Outro intelectual que contribuiu para o pensamento anarquista do século XX foi o filósofo e revolucionário Mikhail Bakunin (1814-1876), para quem o anarquismo carregava consigo uma dimensão abertamente revolucionária. Bakunin afirmava que "a paixão pela destruição é também uma paixão criadora", frase emblemática destacada por Préposiet (2007, p. 77). Por isso, Bakunin defendia a insurreição popular, a ação direta e a abolição simultânea do Estado e da exploração econômica.

1.3. As correntes anarquistas

Como se pode notar, o anarquismo é uma ideologia complexa, que tem sido influenciada por uma variedade de correntes filosóficas e políticas ao longo da história. Tal fato fez com que seus estudiosos elaborassem diferentes classificações, a exemplo das propostas elaboradas por estudiosos como Daniel Guerin (1968), Max Nettlau (2008) George Woodcock (1984) e Jean Préposiet (2007), dentre outros.

Apesar das diferenças entre suas correntes — mutualista, coletivista, comunista, individualista —, o anarquismo apresenta algo em comum: a recusa da autoridade imposta. Segundo George Woodcock,

> mesmo havendo diferentes opiniões anarquistas, existe uma filosofia definida, assim como uma tendência anarquista reconhecida. Essa filosofia envolve três elementos: uma crítica à sociedade como ela é, uma visão de uma sociedade alternativa e um planejamento para pôr em prática essa transformação (Woodcock, 1981, p. 16).

Outros pontos convergentes entre as correntes anarquistas são: a necessidade da abolição do Estado, a recusa da tática eleitoral e parlamentar, a oposição à ideia de um partido centralizado, a defesa da ação direta e a valorização da individualidade (Toledo, 2007, p. 58).

Dito isto, vejamos a seguir quais as ideias centrais de cada uma das correntes acima mencionadas.

1.3.1. O mutualismo

A corrente mutualista toma como base as ideias de Pierre-Joseph Proudhon, e teve influência indireta nas primeiras organizações dos trabalhadores no Brasil, sobretudo nas

sociedades de auxílio mútuo criadas ainda no século XIX.[12] Essas associações reuniam trabalhadores para garantir apoio financeiro em casos de doença, desemprego ou morte, funcionando como uma forma de solidariedade coletiva diante da ausência de políticas sociais do Estado. Embora muitas dessas sociedades não fossem explicitamente anarquistas, seus princípios de cooperação e autogestão dialogavam com o pensamento proudhoniano. De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes (2005), essas associações foram importantes para a formação de uma cultura organizativa entre os trabalhadores urbanos, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

1.3.2. O anarquismo coletivista

Já o anarquismo coletivista, cuja inspiração advinha das ideias de Mikhail Bakunin, teve maior impacto na organização sindical e nas estratégias de luta do movimento operário brasileiro. A defesa da ação direta, da greve geral e da organização federativa dos trabalhadores tornou-se central em sindicatos e federações operárias formados no início do século XX. Esse modelo organizativo influenciou entidades como a Confederação Operária Brasileira, fundada em 1906 após o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. A COB defendia o sindicalismo revolucionário como instrumento de emancipação dos trabalhadores e rejeitava a participação em partidos políticos ou instituições estatais. Segundo o historiador Francisco Foot Hardman (2024), o anarquismo coletivista foi fundamental para estruturar o movimento sindical brasileiro nas primeiras décadas do século XX, influenciando greves e mobilizações operárias.

1.3.3. O anarquismo comunista

Sistematizado por Peter Kropotkin, o anarquismo comunista também encontrou eco entre militantes libertários no Brasil. Essa corrente defendia a abolição do Estado, da propriedade privada dos meios de produção e de todas as formas de autoridade, propondo a construção de uma sociedade baseada na cooperação e na distribuição dos recursos de acordo com as necessidades. Suas ideias de solidariedade, comunas livres e distribuição dos bens conforme as necessidades foram amplamente divulgadas por jornais operários e centros de estudos sociais. Publicações como *A Plebe* desempenharam papel fundamental na difusão dessas ideias entre trabalhadores urbanos. Os anarquistas comunistas defendiam que os

[12] Sobre estas organizações ver Batalha, Cláudio; Mac Cord, Marcelo (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX).* Editora Unicamp, Campinas: 2015.

sindicatos deveriam ser não apenas instrumentos de luta imediata, mas também embriões de uma futura sociedade autogerida.

1.3.4. O anarquismo individualista

O anarquismo individualista, associado a pensadores como Max Stirner e Benjamin Tucker, teve menor presença organizada no Brasil. Contudo, influenciou os debates sobre a liberdade individual, as críticas às instituições e autonomias pessoais dentro do movimento libertário. Alguns intelectuais e colaboradores da imprensa anarquista discutiram essas ideias - embora como já foi afirmado, o anarquismo brasileiro tenha sido predominantemente marcado por uma orientação coletiva e sindicalista.

Segundo Woodcock (2007) o anarquismo se desenvolveu como prática social, levando à criação de sindicatos revolucionários, escolas e jornais comprometidos com a ação direta. Préposiet (2007) acrescenta que essas experiências formaram um verdadeiro "laboratório político" de sociabilidades antiautoritárias. Nettlau (2008) descreve esse período, compreendido entre o final do século XIX e o início do XX, como um momento de grande expansão da militância anarquista internacional. Assim, ao longo do século XIX o anarquismo se expandiu para outros países além da Europa.

A América Latina conheceria os ideais anárquicos a partir do final do século XIX. Elas vieram com os imigrantes, sobretudo aqueles de origem italiana e espanhola. Os primeiros grupos chegaram ao México, Cuba e Argentina no começo de 1870 (Costa, 1985, p. 117). Não demoraram também a aportar no Brasil, como veremos a seguir.

1.4. A imigração europeia e a chegada do anarquismo no Brasil

A chegada do anarquismo ao Brasil está intimamente atrelada ao processo de industrialização, que aqui foi um fenômeno tardio em comparação com outros países, especialmente os europeus. Enquanto na Europa os efeitos da Revolução Industrial eram sentidos desde os primórdios do século XIX, por aqui só começaram a ser notados a partir dos anos 1880.

Até o início do século XIX a economia brasileira era baseada principalmente na agricultura e na exportação de produtos primários, como o açúcar e o café. Com o processo de transição da economia escravista para a de livre mercado baseada no trabalho assalariado, parte dos capitais financeiros outrora empregados no tráfico negreiro passaram a ser redirecionados

para outras áreas, como a produção fabril. A partir de então, nota-se o desenvolvimento de algumas atividades industriais no país, principalmente em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos 1860-1880.

A substituição gradual da mão de obra escrava pelo trabalho livre assalariado implicou na adoção de políticas visando o recrutamento de trabalhadores, tanto para a lavoura agroexportadora como para as atividades fabris em crescimento. Nesse sentido, o governo passou a subsidiar a vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil como forma de suprir as necessidades de mão de obra, posto que naquele contexto a economia se encontrava em franca expansão. A partir de então, um grande contingente de trabalhadores europeus ingressou no Brasil, como veremos adiante.

Neste mesmo período, a Europa estava passando por uma grave crise econômica, fruto dos desdobramentos do já citado processo de industrialização. Desemprego, carestia e protestos sociais eram cada vez mais frequentes, opondo cada vez mais burgueses e proletários. Formou-se, então uma massa de trabalhadores desempregados. Estes, por sua vez, viram na migração uma saída para mudarem de vida. Segundo Lúcia Luppi de Oliveira,

> Entre 1880 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas. O primeiro destino dessas populações eram os Estados Unidos da América (21,4 milhões, 70%); em segundo lugar estava a Argentina, com 4,2 milhões, em terceiro o Brasil, com 2,9 milhões, e em quarto o Canadá, com 2,5 milhões (Oliveira, p.22).

Como se pode notar da citação acima, entre fins do século XIX e a metade da segunda década do século XX, o Brasil recebeu o terceiro contingente de imigrantes que vieram para as Américas, com aproximadamente 2,9 milhões de pessoas. Até o final dos anos 1930, esse número aumentaria para cerca de 3,5 milhões. Eram, em sua maioria e por ordem numérica, italianos, portugueses, espanhóis e alemães.[13] Somados aos chamados 'trabalhadores nacionais', estes indivíduos iriam compor a nova classe operária nacional. Conforme destaca Carlos Augusto Addor: "Essa classe operária em formação compreende uma grande heterogeneidade étnica, cultural e linguística proveniente das diversas nacionalidades que a compõem" (Addor, 2009, p. 14).

[13] Para saber mais sobre a imigração europeia para o Brasil ver o livro organizado por Reznik, Luís (Org.). *História da imigração no Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

1.4.1. Forjando uma nova classe operária

A partir das últimas décadas do século XIX, Rio de Janeiro e São Paulo, importantes centros urbanos e polos dinâmicos da economia mundial, "conheceram um intenso processo de urbanização que alterou profundamente a fisionomia dessas cidades" (Luca, 2003 p. 45). Não por acaso, essas foram as principais cidades escolhidas como destino pelos dos imigrantes, principalmente aqueles que estavam em busca de melhores oportunidades econômicas.

Em face do constante aumento populacional, estas cidades cresciam mais rápido do que sua capacidade de absorver a população em condições mínimas de infraestrutura. Para Boris Fausto (2016), essa expansão urbana criou centros com serviços precários, moradias improvisadas e mercados de trabalho saturados e condições que alimentavam fricções sociais constantes. E, assim como houve a modificação do aspecto físico dos centros urbanos do Brasil, também se observa a mudança social nos indivíduos que estavam acompanhando esse processo.

Somado a isto, há também que se considerar que o proletariado nacional está se formando no interior de uma sociedade cujo setor econômico dominante é ainda agroexportador e que irá desenvolver relações contraditórias com o setor industrial então emergente (Addor, 2009, p. 13). Por outro lado,

> esses trabalhadores urbanos vão se relacionar ou se defrontar com o capital – os empresários, a burguesia industrial também em processo de formação – num mercado cuja principal característica é uma oferta tendencialmente superabundante de força de trabalho (Addor, 2009, p. 14).

Dessa forma, o desenvolvimento econômico propiciado pela industrialização trouxe consigo a precarização da classe trabalhadora emergente. Nesse cenário, os conflitos entre patrões e trabalhadores passam a ser cada vez mais comuns. Conforme destacam Nicolina Petta e Luciano Delfini

> Nos primeiros tempos da industrialização do Brasil, as condições de vida dos operários eram difíceis. Trabalhavam até dezesseis horas por dia, seis dias por semana. Havia fábricas onde os operários tinham de trabalhar nas manhãs de domingo, ou seja, descansavam apenas meio dia por semana. Os salários eram baixíssimos; para poder se manter, a família toda tinha de trabalhar, inclusive as crianças pequenas. (Petta; Delfini, 2004, p.38).

Como se pode notar, a organização do trabalho nas fábricas era rígida e profundamente hierárquica. A disciplina fabril era mantida por mecanismos coercitivos diretos — como punições, demissões sumárias e vigilância — e indiretos, como a criação de narrativas morais

que justificavam a subordinação dos operários ao capital, o ritmo de trabalho era intenso, e os salários, geralmente baixos, geravam um ciclo permanente de insatisfação. A precariedade das condições sanitárias, para o trabalho infantil e para a fragilidade dos vínculos laborais, elementos que explicam o caráter explosivo de muitas mobilizações operárias. Essa dinâmica abriu espaço para a circulação de ideias radicais, como o republicanismo radical, o socialismo e, sobretudo, o anarquismo.

Todo esse contexto permitiu a criação de uma classe trabalhadora heterogênea. Trabalhadores nacionais – muitos dos quais egressos do cativeiro - conviviam com imigrantes, especialmente europeus, que traziam consigo experiências prévias de mobilização. Os trabalhadores desse período possuíam o mesmo interesse econômico: conquistar melhores condições de trabalho e de melhores salários: "Essa classe operária em formação compreende uma grande heterogeneidade étnica, cultural e linguística proveniente das diversas nacionalidades que a compõem" (Addor, 2009, p. 14).

A expansão urbana e o desenvolvimento industrial, ainda que limitados, criaram novos espaços de sociabilidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes. É um fato que os trabalhadores brasileiros já estavam insatisfeitos com toda a desvalorização de seu trabalho, porém, também é possível notar, que a partir da chegada da imigração europeia combinada a essas novas correntes político-ideológicas, ocorre a união dessa classe trabalhadora, que foi possível através do compartilhamento de ideias e interesses em comum. De acordo com o historiador Boris Fausto (2016), essa composição foi um fator decisivo para a eclosão dos conflitos urbanos: a convivência de diferentes tradições culturais e políticas estimulava tanto tensões quanto formas de solidariedade entre trabalhadores.

Com o desenvolvimento da indústria e com a chegada dos imigrantes, foi possível desenvolver um sentimento de pertencimento a estes trabalhadores, a reinvindicação por melhores condições sociais e econômicas se torna realidade, porém só podem ser feitas a partir da união destes trabalhadores. O historiador Claudio Batalha observa que, nesse período, "o operariado brasileiro constituía-se como um ator social relevante, apesar de sua heterogeneidade e da precariedade das relações de trabalho" (Batalha, 2000, p. 23). A classe operária "A classe operária no Brasil costuma ter sua origem associada ao surto de industrialização da década de 1880, quando o número de estabelecimentos industriais triplica" (Batalha, 2018, p. 153).

A consolidação dessa nova classe operária esteve profundamente ligada ao desenvolvimento das organizações de trabalhadores, como sindicatos, ligas operárias e federações. A historiografia aponta que foi sobretudo no início do século XX que essas formas

de organização ganharam maior força no Brasil. Segundo Boris Fausto (1995), a expansão da indústria e o crescimento urbano favoreceram a emergência de um movimento operário mais estruturado, capaz de articular reivindicações coletivas e mobilizações de maior alcance. A industrialização crescente e a urbanização acelerada das primeiras décadas republicanas criaram o caldo de cultura que permitiu a entrada de correntes anarquistas e socialistas vindas principalmente da Europa. Edgard Carone enfatiza que a base da difusão dessas ideias está nas transformações estruturais do período: "Com o desenvolvimento industrial e o afluxo imigratório, o movimento operário brasileiro passa a constituir-se como força social organizada" (Carone, 1996, p. 21).

De acordo com Carlos Augusto Addor:

> No Brasil entre 1890 e 1920 três correntes político-ideológicas se confrontaram, em seus esforços para organizar os trabalhadores urbanos, para conduzir o movimento operário e sindical em sua luta por melhores condições de vida e trabalho. Duas delas se propõem não apenas a esse objetivo mais imediato, mas também a construir uma sociedade nova, livre e igualitária, sem classes e sem exploração, sem Estado e sem dominação, a partir da supressão da sociedade capitalista e do Estado burguês. São elas o anarquismo – em especial a vertente anarco-sindicalista – e o socialismo reformista (Addor, 2009, p. 14).

Como veremos a seguir, são as ideias anarquistas que terão maior aceitação entre a classe operária em formação, como veremos a seguir.

1.5. A Disseminação das ideias anarquistas no Brasil

As ideias anarquistas penetravam no Brasil de vários modos: "livros, folhetos e jornais chegavam de navios vindos da Europa, pelo porto do Rio ou de Santos, e de lá circulavam pelo país" (Toledo, 2007, p. 57). Segundo Hardman (2024), a entrada e difusão das ideias libertárias no Brasil não se deu como mera importação. Foi antes de tudo um processo de tradução cultural e adaptação à realidade de um país marcado por desigualdades sociais profundas. Para o autor, esse fenômeno marcou a formação de "uma cultura operária própria, onde a doutrina libertária se mesclava com práticas locais, linguagens populares e experiências cotidianas" (Hardman, 2024, p. 59):

> É importante destacar que a influência das ideias anarquistas no Brasil das primeiras décadas do século XX, assim como a das ideias socialistas e sindicalistas revolucionárias, não foi simples importação de um ideário

> político; uma planta exótica, como diziam o Estado e a classe dominante da época. Não eram ideias fora do lugar, como sugerem alguns, mas os trabalhadores utilizarem a linguagem, as ideias e as práticas desses movimentos como resposta a seus problemas e preocupações concretas. O fato de os grupos anarquistas serem, em muitos locais, constituídos majoritariamente por imigrantes, mostra que estes eram então maioria entre os trabalhadores (Toledo, 2007, p. 66).

O que ocorreu na verdade foi um processo de assimilação gradual, descontínuo e profundamente marcada pelas condições sociais da Primeira República. Não se tratou apenas da difusão de doutrinas políticas europeias, mas da tentativa de adaptação dessas ideologias às dinâmicas específicas de um país recém-saído da escravidão, com um mercado de trabalho em formação e uma classe operária em gestação. Como observa Boris Fausto, esse período foi caracterizado por "um mundo do trabalho em construção e permanentemente tensionado por conflitos" (Fausto, 2016, p. 33).

Além disso, essa recepção foi socialmente restrita. A maior parte da população brasileira no início do século XX ainda vivia no meio rural e estava afastada dos espaços de organização política e sindical onde essas ideias circulavam com maior intensidade. Somado a isto, os altos índices de analfabetismo e a precariedade das condições de vida dificultavam a difusão mais ampla dessas correntes políticas. Como observa a historiadora Angela de Castro Gomes (2005), o movimento operário brasileiro possuía um alcance limitado e concentrava-se principalmente nos centros urbanos mais industrializados.

De qualquer modo, no interior da classe trabalhadora urbana, especialmente nas primeiras décadas do século XX, as ideias anarquistas tiveram significativa aceitação. Isso ocorreu principalmente entre trabalhadores imigrantes e em setores industriais em formação nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A defesa da ação direta, da organização sindical autônoma e da solidariedade de classe dialogava diretamente com a experiência cotidiana de exploração vivida por esses trabalhadores. Segundo o historiador Francisco Foot Hardman (2024), o anarquismo se enraizou profundamente no meio operário porque oferecia não apenas uma teoria política, mas também práticas concretas de organização, educação e mobilização social, criando uma verdadeira cultura libertária no interior do movimento operário brasileiro.

Os trabalhadores estrangeiros desempenharam papel fundamental no processo de difusão das ideias anarquistas no Brasil. Shledon Maram observa que "a experiência organizativa dos imigrantes foi determinante, pois muitos deles traziam na bagagem a vivência das lutas anarquistas europeias" (Maram, 1979, p. 21). Ou seja, os imigrantes trouxeram consigo experiências de organização política e sindical vivenciadas na Europa, bem como

ideologias que circulavam entre os movimentos operários do período, entre elas o anarquismo e o socialismo. E isso se deve ao fato de que muitos deles já tinham experiência em sindicatos, greves e debates ideológicos nos países de origem, tornando-se vetores essenciais da difusão anarquista e, posteriormente, comunista. Segundo Maram (1979, p.17), "os imigrantes trouxeram não apenas suas mãos, mas também suas ideias, seus jornais e suas organizações".

Essa posição também é defendida por Francisco Foot Hardman (2024), para quem os trabalhadores estrangeiros tiveram papel decisivo na difusão de práticas associativas, jornais operários e organizações sindicais, contribuindo para a formação de uma cultura política de resistência entre os trabalhadores brasileiros. Assim, muitos trabalhadores trouxeram para cá experiências prévias de luta na Itália, Portugal e Espanha. Como assinala Sheldon Maram, "o anarquismo não foi apenas importado: foi transplantado por homens e mulheres que tinham vivido, na Europa, greves, perseguições e deportações" (Maram, 1979, p. 45).

Os anarquistas eram frequentemente vistos como "perigosos" e "subversivos" pela sociedade brasileira, que os associava à violência e ao caos. Naquele tempo, a maioria das pessoas possuía um conhecimento limitado acerca do anarquismo e seus princípios, o que contribuía para o preconceito e a discriminação. "É certo que os militantes anarquistas eram poucos, uma minoria entre os trabalhadores, mas bastante visíveis; tanto que, por muito tempo, o adjetivo anarquista foi sinônimo de subversivo, como mais tarde seria o adjetivo de comunista" (Toledo, 2007, p. 63).

O anarquismo foi, sem dúvida, a primeira ideologia revolucionária a se enraizar de forma consistente entre os trabalhadores urbanos. Como afirma o historiador Cláudio Batalha, "nos primeiros quinze anos da República, o anarquismo exerceu hegemonia quase absoluta no movimento operário organizado" (Batalha, 2000, p. 45). Contudo, como destaca Edilene Toledo,

> a associação exclusiva que se costuma fazer entre movimento operário no Brasil no início do século XX e o anarquismo não é exatamente correta, pois a experiência de operários e militantes nas primeiras décadas da República foi bastante complexa, e o anarquismo era somente uma das correntes de um panorama político bastante variado (Toledo, 2007, p. 62)

De todo modo, a boa receptividade das ideias anarquistas por parte da classe operária brasileira ocorreu porque suas propostas encontraram eco imediato na realidade vivida pelos operários brasileiros, marcadas por baixos salários, jornadas excessivas e repressão policial. Hardman destaca que o anarquismo "floresceu como alternativa cultural e política em um

ambiente onde a ausência de direitos e a dureza das relações de trabalho eram regra" (Hardman, 2024, p. 44). Segundo o historiador Carlos Augusto Addor,

> O anarquismo, ao longo das três primeiras décadas da República, foi principalmente através da vertente anarco-sindicalista, senão a tendência política hegemônica no interior do movimento operário e sindical brasileiro, certamente uma das mais fortes, atuantes e combativas correntes organizatórias da classe trabalhadora urbana no eixo geográfico Rio de Janeiro – São Paulo- Santos, assim como conseguiu construir significativa representatividade no seio desse proletariado urbano então em formação (Addor, 2009, p. 13)

No campo sindical, o anarquismo encontrou seu espaço mais fértil. O historiador John Dulles afirma que antes da Primeira Guerra Mundial, os anarquistas dominavam praticamente todos os principais sindicatos urbanos. Isso se devia à rejeição dos libertários à tutela estatal e à crença de que o sindicato deveria ser "a célula da futura sociedade livre" (Dulles, 1980, p. 41). O sindicalismo revolucionário, guiava essa atuação, defendendo a greve, o boicote e a solidariedade como instrumentos centrais da luta. O historiador Alexandre Samis sintetiza essa visão afirmando que "o anarquismo pretendia transformar o sindicato em escola de revolução, onde o trabalhador aprendesse a emancipar-se por si mesmo" (Samis, 2004, p. 132).

Os anarquistas foram, especialmente na década de 1910, atores centrais na organização das lutas, difundindo princípios de solidariedade, ação direta e autonomia dos trabalhadores. A influência anarquista não se limitava ao plano ideológico, mas se expressava na prática cotidiana das associações operárias, como a defesa da igualdade, da organização horizontal e da participação ativa de todos os membros.

Outra vertente fundamental da organização anarquista foi a criação de espaços culturais, bibliotecas e principalmente escolas modernas, inspiradas no pedagogo espanhol Francisco Ferrer. Hardman destaca que "a escola libertária era uma ferramenta de transformação, voltada para a formação de um homem novo, racional e emancipado" (Hardman, 2024, p. 78). Esses espaços também serviam para reuniões, assembleias e atividades teatrais, aprofundando a cultura libertária entre trabalhadores e suas famílias. Para Carone, tratava-se de "uma tentativa de criar instituições alternativas à ordem burguesa, antecipando na prática os princípios de uma sociedade futura" (Carone, 1996, p. 51).

Uma das primeiras formas de organização anarquista foram os círculos de estudo **e** propaganda, pequenas células dedicadas à leitura de autores libertários, discussões teóricas e elaboração de panfletos. De acordo com Carone, "tais círculos funcionaram como verdadeiras escolas políticas do operariado nascente" (Carone, 1996, p. 28). Entre os pioneiros estava o

Círculo de Estudos Sociais, formado no Rio de Janeiro ainda no final do século XIX, composto principalmente por imigrantes italianos ligados às ideias de Malatesta e Kropotkin. Dulles comenta que "a atividade desses núcleos não se limitava à teoria; eram centros de agitação, articulando reuniões, comícios e campanhas" (Dulles, 1980, p. 18). De igual importância foi o Centro de Estudos Sociais de São Paulo, ativo no começo do século XX e fortemente influenciado por militantes gráficos e sapateiros. Segundo Hardman, esses centros "não eram meras associações políticas, mas espaços culturais que buscavam criar uma nova sensibilidade operária, libertária e anticlerical" (Hardman, 2024, p. 52).

Outro canal muito utilizado pelos anarquistas para atrair o apoio da classe trabalhadora foi a imprensa, como veremos a seguir.

1.5.1. A imprensa libertária

Durante a República Velha a imprensa tinha uma grande influência na opinião pública, e muitos jornais eram usados como ferramentas de propaganda política. Os jornais ajudavam a formar a opinião pública sobre grandes questões políticas e sociais, influenciando a maneira como as pessoas pensavam sobre esses assuntos. Contudo, a chamada "grande imprensa" era frequentemente partidária e tendenciosa, refletindo opiniões e interesses dos proprietários e editores dos jornais. Muitos periódicos eram propriedade de políticos ou de suas famílias e isto influenciava a linha editorial e a cobertura de notícias.[14]

De um modo geral, a grande imprensa dava pouco espaço para a expressão dos assuntos e opiniões da classe operária. Não raras vezes, retratavam as manifestações operárias de forma pejorativa e discriminatória. Diante dessa situação, os trabalhadores criaram os seus próprios canais de comunicação, ou seja, a sua própria imprensa. Conforme destaca Maria Nazareth Ferreira, a imprensa operária era "totalmente desvinculada da ordem instituída, sendo mesmo de oposição ao sistema e tendo de agir muitas vezes clandestinamente" (Ferreira, 1989, p.87).

A imprensa operária teve papel fundamental na difusão das ideias libertárias e na organização do movimento operário brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Alguns desses veículos possuíam uma orientação declaradamente anarquista, enquanto outros defendiam princípios libertários mais amplos. Seja como for, os militantes anarquistas atuaram em diversos periódicos:

[14] Sobre a grande imprensa no período ver Luca, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, 149-175.

> Na imprensa anarquista participaram como editores e colaboradores, que delimitavam e controlavam os textos que seriam publicados pelos seus respectivos periódicos. Na imprensa operária muitas vezes os anarquistas fizeram parte dos seus grupos de colaboradores e, em alguns casos, de grupos de editores (Rodrigues, 2009, p. 174).

De acordo com Claudio H. M. Batalha, a imprensa operária foi uma das principais ferramentas de organização e comunicação entre os trabalhadores, especialmente em um período em que os sindicatos ainda possuíam estruturas frágeis (Batalha, 2018). Em um contexto marcado pela ausência de direitos trabalhistas, repressão estatal e exclusão política durante a Primeira República Brasileira, os jornais anarquistas tornaram-se importantes instrumentos de mobilização, educação política e articulação entre trabalhadores.

Assim, a imprensa anarquista funcionava de forma autônoma e independente, com o objetivo de divulgar ideias anarquistas e mobilizar os trabalhadores. Esses periódicos não apenas divulgavam teorias libertárias, mas também denunciavam as condições de trabalho nas fábricas, convocavam greves e estimulavam a solidariedade entre diferentes categorias profissionais. Publicações como *La Battaglia*, *O Amigo do Povo*, *Germinal* e, posteriormente, *A Plebe* funcionavam como polos de articulação e lugares de encontro dos militantes. Dulles sublinha que "os jornais anarquistas não apenas difundiam ideias, mas organizavam campanhas, convocavam greves e denunciavam abusos patronais e policiais" (Dulles, 1980, p. 24). Sheldon Maram reforça esse papel estratégico: "a imprensa foi o ponto de convergência do movimento libertário, sua principal arma de propaganda e coordenação" (Maram, 1979, p. 63).

Entre os principais jornais libertários do período destaca-se *A Plebe*, fundado em 1917 em São Paulo por Edgard Leuenroth. O jornal tornou-se uma das publicações mais influentes do anarquismo brasileiro, sendo amplamente lido por trabalhadores e militantes do movimento operário. *A Plebe* defendia o sindicalismo revolucionário, criticava a exploração capitalista e denunciava a repressão policial contra grevistas. Segundo o historiador Francisco Foot Hardman, a imprensa libertária desempenhou um papel decisivo na formação política do proletariado urbano, contribuindo para a construção de uma cultura operária baseada na solidariedade e na ação direta (Hardman, 1983).

Outro periódico importante foi *A Voz do Trabalhador*, órgão oficial da Confederação Operária Brasileira (COB), fundada após o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, 1m 1906. O jornal tinha como objetivo divulgar as resoluções do movimento sindical e fortalecer a articulação entre sindicatos de diferentes regiões do país. Além disso, publicava artigos teóricos sobre o sindicalismo revolucionário, textos de militantes e notícias sobre greves e mobilizações

operárias. Também de grande relevância foi o jornal *A Lanterna*, publicado em São Paulo e conhecido por seu forte caráter anticlerical. Dirigido por Benjamim Mota e posteriormente por Edgard Leuenroth, o periódico criticava a influência da Igreja Católica na sociedade brasileira e defendia a educação racionalista inspirada nas ideias libertárias. Além disso, *A Lanterna* também abordava questões relacionadas ao movimento operário e às lutas sociais, tornando-se um importante espaço de debate político e cultural entre os militantes anarquistas.

Jornais como *A Lanterna* e *A Plebe* eram estratégicos para a difusão das ideias libertárias. Em suas páginas, discutiam-se temas como antimilitarismo, educação racionalista, moral sexual libertária e organização sindical. Hardman registra que "a imprensa libertária era, ao mesmo tempo, doutrina, mobilização e memória coletiva da classe trabalhadora" (Hardman, 2024, p. 118).

Além desses periódicos, diversas outras publicações libertárias circularam no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Muitas delas com tiragem limitada e vida curta devido às dificuldades financeiras e à repressão estatal. Apesar dessas limitações, a imprensa anarquista teve grande impacto na formação política dos trabalhadores. Como observa Angela de Castro Gomes, esses jornais funcionavam não apenas como meios de informação, mas também como espaços de construção de identidade coletiva e de difusão de valores políticos entre os trabalhadores (Gomes, 2005). Por meio da publicação de artigos, traduções e debates teóricos, os jornais anarquistas contribuíram para divulgar as ideias de pensadores libertários como Peter Kropotkin e Errico Malatesta. Dessa forma, a imprensa operária funcionava como um espaço de circulação internacional de ideias políticas, conectando o movimento operário brasileiro a redes mais amplas do anarquismo. O historiador Edgar Carone destaca que "a imprensa anarquista exerceu influência decisiva entre trabalhadores alfabetizados e semi-alfabetizados, insistindo na crítica à política parlamentar e na ação direta como meio único de transformação social" (Carone, 1996, p. 54).

Além da difusão ideológica, os jornais operários também desempenhavam papel prático na organização das lutas sociais. Eles convocavam reuniões sindicais, divulgavam campanhas de solidariedade e incentivavam a participação dos trabalhadores em greves e manifestações. Durante grandes mobilizações operárias, como a Greve Geral de 1917, esses periódicos tiveram papel central na articulação das reivindicações dos trabalhadores e na divulgação das demandas do movimento.

Portanto, a imprensa anarquista foi um dos principais instrumentos de organização e mobilização do movimento operário brasileiro nas primeiras décadas do século XX. Mesmo enfrentando repressão policial, censura e dificuldades financeiras, esses jornais contribuíram

para a formação de uma cultura política libertária entre os trabalhadores, ajudando a consolidar redes de solidariedade, formas de organização coletiva e projetos de transformação social. Por meio desses periódicos, os anarquistas construíram redes entre diferentes cidades, ampliaram sua influência e criaram uma identidade própria para o movimento operário nascente.

1.6. As primeiras organizações e lideranças anarquistas no Brasil

A formação das primeiras organizações anarquistas no Brasil ocorreu no final do século XIX e início do século XX, acompanhando o desenvolvimento do proletariado urbano e a crescente politização dos trabalhadores, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Essas organizações surgiram em um contexto de transformação acelerada, marcado pelo fim da escravidão, pelo início da industrialização e pelo massivo ingresso de trabalhadores imigrantes, muitos deles já politizados. Como sintetiza Batalha, "o anarquismo encontrou aqui um operariado em formação, carente de cultura política formal, mas aberto à recepção de ideias contestatórias" (Batalha, 2000, p. 39).

Entre os segmentos da classe trabalhadora, os primeiros a se organizar de forma mais consistente foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício. Desde o período imperial, esses profissionais possuíam maior tradição associativa e compartilhavam interesses comuns relacionados à regulamentação de suas atividades, à defesa de salários mais elevados e à proteção contra a concorrência de trabalhadores não qualificados.[15]

De acordo com Claudio H. M. Batalha, a organização operária nesse período se desenvolveu por meio de corporações de ofício, federações e associações que buscavam articular diferentes categorias profissionais em torno de reivindicações comuns, como a redução da jornada de trabalho e a melhoria das condições de vida (Batalha, 2018). Embora não constituíssem sindicatos formais, muitos grupos libertários atuavam dentro dessas associações de ofício e fomentavam a criação de ligas de resistência. Alexandre Samis aponta que "os anarquistas desempenharam papel decisivo na passagem das sociedades de auxílio mútuo para sindicatos de combate, baseados na ação direta" (Samis, 2004, p. 147).

Diversos grupos profissionais participaram desse processo organizativo. Entre eles destacavam-se marceneiros, carpinteiros, serralheiros e tecelões, que criaram associações e sindicatos com o objetivo de defender seus interesses coletivos. No setor da construção civil, por exemplo, houve importantes iniciativas de organização sindical. No Rio de Janeiro, em

[15] Ver, a esse respeito, Batalha, Claudio; Mac Cord, Marcelo (Orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

1915, diferentes ofícios da construção foram reunidos na União Geral da Construção Civil, reorganizada posteriormente em 1917. Já em São Paulo, a articulação entre trabalhadores desse setor levou à criação da Liga Operária da Construção Civil em 1919 (Batalha, 2018).

Paralelamente, ganhou grande visibilidade no movimento operário brasileiro o sindicalismo revolucionário, frequentemente associado ao anarcossindicalismo. Essa corrente defendia que os sindicatos deveriam ser o principal instrumento de luta e transformação social.

A organização desses trabalhadores em sindicatos foi além de reivindicações sindicais. Elas passaram a ser também uma forma de reconhecimento de direitos humanos, reconhecer o valor das contribuições para seu ofício, reconhecer as habilidades e competências, a autonomia e a dignidade que esses trabalhadores deveriam receber:

> No contexto do Brasil da Primeira República, as reivindicações operárias, influenciadas, em parte, pelo anarquismo, eram também um esforço de democratização da sociedade, porque muitas vezes as lutas não visavam somente a melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas assegurar o direito à própria existência, ou seja, garantir condições de democracia e de civilidade, em que o movimento e a organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade" (Toledo, 2007, p. 55).

Assim, a luta da classe operária se projetava para além das condições mais imediatas de trabalho e subsistência, na medida em que também vislumbravam a construção de um outro modelo de sociedade. O anarcossindicalismo buscava a abolição do Estado e da autoridade, e o Brasil era uma República Oligárquica, com o poder concentrado nas mãos de uma elite de proprietários de terras e político. Ou seja, o conflito era inevitável.

Em vez de confiar em partidos políticos ou em reformas legislativas, os sindicalistas revolucionários acreditavam na mobilização direta dos trabalhadores por meio de greves, boicotes e outras formas de ação coletiva. Como observa Batalha (2018), essa corrente dominou os congressos operários brasileiros realizados em 1906, 1913 e 1920, recusando a participação eleitoral não por conformismo com a ordem vigente, mas por considerar que as instituições parlamentares não seriam capazes de transformar profundamente a sociedade.

Uma das estratégias adotadas pelos revolucionários para a união da classe trabalhadora foi a realização de congressos e a organização de federações e confederações. Nesse sentido, um marco importante foi o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1906. O congresso reuniu delegados de sindicatos e associações operárias de várias regiões do país e foi decisivo para consolidar o sindicalismo revolucionário no Brasil. Desse encontro surgiu a Confederação Operária Brasileira (1908), organização que defendia a autonomia dos

trabalhadores, a ação direta e a greve geral como instrumentos de transformação social. A COB rejeitava a participação em partidos políticos e buscava estruturar o movimento operário por meio de federações de sindicatos. Edilene Toledo aponta que em seus congressos, os anarquistas buscavam "estabelecer uma unidade baseada na ação direta, rejeitando acordos com o governo ou com o patronato" (Toledo, 2007, p. 245). Esse modelo foi fundamental para organizar categorias como gráficos, sapateiros, operários têxteis, portuários e trabalhadores da construção civil.

A Federação Operária de São Paulo (FOSP), fundada em 1906, também sob forte influência libertária. Toledo observa que "a presença anarquista era tão marcante que as federações operárias assumiram, em seus primeiros anos, um perfil nitidamente antiparlamentar e antiautoritário" (Toledo, 2007, p. 176). Essas federações funcionavam como coordenação das ligas de resistência, impulsionando greves, campanhas por redução da jornada e assembleias gerais. Como observa Hardman, "o sindicalismo de intenção revolucionária constituiu a forma organizativa por excelência do anarquismo brasileiro" (Hardman, 2024, p. 63).

1.6.1. As greves operárias

As greves foram uma resposta direta às contradições do processo de industrialização vivenciado ao longo das primeiras décadas do século XX. Com a crescente exploração da classe trabalhadora, os protestos e as paralisações foram se multiplicando, variando entre mobilizações espontâneas e greves mais articuladas, e nos quais os sindicatos e grupos ideológicos exerciam papel decisivo.

Um dos episódios mais marcantes da história do movimento operário brasileiro foi a Greve Geral de 1917, iniciada em São Paulo e que rapidamente se espalhou para outras cidades.[16] A paralisação começou após a morte do operário espanhol José Martínez durante os confrontos com a polícia. A greve mobilizou milhares de trabalhadores de diversos setores têxteis, metalúrgicos, gráficos e trabalhadores do transporte e foi fortemente impulsionada por militantes anarquistas e sindicatos influenciados pelo sindicalismo revolucionário. As reivindicações incluíam aumento salarial, redução da jornada de trabalho e melhores condições laborais. Boris Fausto descreve o movimento como "um levante social de amplitude inédita,

[16] Sobre este evento ver: Lopreato, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta. A greve geral Anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000; Khoury, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, 1981; Biondi, Luigi; Toledo, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

em que a violência policial serviu como estopim para uma explosão de solidariedade entre trabalhadores" (Fausto, 2016, p. 114). Nos bairros operários, surgiam comitês de greve, caixas de resistência e assembleias populares. Dulles afirma que "o caráter descentralizado e horizontal da greve refletia a influência libertária, que estimulava a autonomia dos comitês locais" (Dulles, 1980, p. 56). A greve estendeu-se para Santos, Rio de Janeiro e outras cidades, revelando a força articuladora dos libertários. Segundo o historiador Boris Fausto, a greve de 1917 representou "a primeira grande mobilização operária de caráter geral no Brasil", evidenciando a influência das ideias anarquistas na organização das lutas trabalhistas (Fausto, 1995).

No ano seguinte, ou seja, em 1918, esse cenário ganhou novos contornos em razão de uma série de crises que afetaram profundamente a vida social e política do Rio de Janeiro. A cidade enfrentava simultaneamente dificuldades econômicas, aumento do custo de vida, tensões trabalhistas e o impacto devastador da pandemia de Gripe Espanhola, que atingiu o Brasil com grande intensidade. Segundo o historiador Carlos Addor (2012), essa conjuntura produziu uma combinação de fatores que ampliou o clima de instabilidade social e política, criando entre setores do movimento operário a percepção de que o momento poderia abrir possibilidades para uma transformação mais profunda da sociedade.

A epidemia de Gripe Espanhola provocou grande desorganização na vida urbana do Rio de Janeiro. Hospitais ficaram superlotados, serviços públicos foram interrompidos e milhares de pessoas adoeceram ou morreram em poucas semanas. Esse cenário de crise sanitária e administrativa contribuiu para enfraquecer temporariamente a capacidade de resposta das autoridades. Para alguns militantes anarquistas, essa situação foi interpretada como um sinal de fragilidade do Estado e de sua incapacidade de garantir a ordem social. Conforme argumenta Addor, a percepção de que o governo se encontrava desorientado diante da crise estimulou setores do movimento libertário a considerar a possibilidade de ações mais radicais (Addor, 2012).

Foi nesse contexto de tensão social e mobilização política ocorreu a Insurreição Anarquista de 1918, episódio que expressa as expectativas revolucionárias presentes entre alguns militantes do movimento operário da época. Inspirados pelas experiências de mobilização operária e pelas ideias do sindicalismo revolucionário, certos grupos acreditavam que a combinação de crise econômica, epidemia e desorganização estatal poderia favorecer uma ação insurrecional capaz de desencadear uma transformação social mais ampla.

Embora essa tentativa de levante tenha sido rapidamente reprimida pelas autoridades, o episódio evidencia o grau de radicalização política presente em determinados setores do

movimento operário naquele momento histórico. A repressão que se seguiu incluiu prisões, perseguições e o desmantelamento de organizações operárias consideradas subversivas. Ainda assim, como ressalta Batalha, esses eventos demonstram a capacidade de mobilização e a densidade organizativa alcançadas pelo movimento operário brasileiro nas primeiras décadas do século XX (Batalha, 2018).

O período compreendido entre 1917 e 1919 representou um momento de intensa mobilização operária, marcado pela criação de numerosas associações e sindicatos, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo:

> As greves do período de 1917-19 ocorreram, na verdade, em virtude da organização dos próprios trabalhadores, mas contaram com a participação de líderes sindicalistas, anarquistas, socialistas e também de grupos democratas descontentes com a situação do país (Toledo, 2007, p. 79).

Essas organizações expressavam não apenas reivindicações econômicas imediatas, mas também a construção de uma cultura política baseada na solidariedade, na autonomia e na luta coletiva por transformação social.

Porém, o impacto da Revolução Russa começou a atrair setores do movimento operário para o comunismo nascente, o que contribuiu para o declínio relativo do anarquismo. O ano de 1920 ficou marcado para o movimento anarquista no Brasil, alguns autores indicam como sua data de declínio. Pois, neste mesmo ano foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, que permitia ao governo reprimir qualquer atividade considerada "subversiva", incluindo o anarquismo. As prisões e torturas pela polícia também se intensificaram e enfraqueceram o movimento.

> O ano de 1920 pode ser indicado como a data em que se inicia o declínio do anarquismo no Brasil. Isso se deveu, em parte, à ampliação dos debates no movimento operário sobre os acontecimentos na União Soviética, iniciando-se a separação entre anarquistas e comunistas (Toledo, 2007, p. 82).

A Revolução Russa de 1917 ofereceu novos referenciais à esquerda brasileira. Dulles aponta que "a ascensão do comunismo e a centralização sindical minaram progressivamente a influência anarquista" (Dulles, 1980, p. 73). Paralelamente, o trabalhismo procurou canalizar as demandas operárias por meio de um pacto com o Estado. A historiadora Angela de Castro Gomes explica que o trabalhismo se estruturou como "um projeto de domesticação do conflito social, apoiado na intervenção estatal e na liderança carismática" (Gomes, 2005, p. 97). Ao mesmo tempo, a organização estatal se fortalecia, sobretudo após a década de 1920. Segundo Gomes, o surgimento de políticas trabalhistas mais institucionalizadas, prenunciando o

trabalhismo varguista, representou um "movimento deliberado de domesticação das forças operárias e neutralização das correntes radicais" (Gomes, 2005, p. 63).

Como se pode notar, para além da forte oposição do governo e dos empresários, os anarquistas também tiveram que enfrentar a concorrência no seio da própria classe operária. Tal fato se deu, sobretudo, a partir do final de 1917, com a ascensão das ideias comunistas no Brasil. Mas por que anarquistas e comunistas entraram em conflito?

1.6.2. Anarquistas e comunistas

A disputa entre anarquismo e comunismo, bem como sua relação com o poder estatal, configurou um campo de forças que marcou intensamente a vida política da Primeira República e deixou raízes duradouras na história do trabalho e das esquerdas no Brasil. Durante as duas primeiras décadas do século XX, anarquismo e comunismo coexistiram, disputando espaços no movimento operário. Se o anarquismo dominou o ambiente operário até a década de 1910, o comunismo ganhou força sobretudo após a Revolução Russa de 1917. A repercussão deste episódio no Brasil foi imediata. Como indica Toledo, "a vitória bolchevique repercutiu profundamente entre os trabalhadores, que passaram a ver a revolução como possibilidade concreta" (Toledo, 2007, p. 183).

A recepção das ideias comunistas, porém, não foi imediata e nem linear. Angela de Castro Gomes lembra que o operariado brasileiro não absorveu prontamente os princípios marxistas, pois "as tradições libertárias estavam profundamente enraizadas, dificultando a penetração de modelos partidários e centralizados" (Gomes, 2005, p. 57). A formação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1922, consolidou a presença do comunismo, mas não sem tensões e debates, principalmente com os anarquistas.John Dulles registra que "os primeiros comunistas brasileiros eram, em grande parte, militantes oriundos do anarquismo, convertidos ao marxismo-leninismo" (Dulles, 1980, p. 76). Essa transição ideológica envolveu rupturas, mas também continuidades, sobretudo no terreno sindical.

O comunismo oferecia um projeto político de poder e uma estratégia mais sistemática de organização, elementos que atraíram setores que consideravam o anarquismo insuficiente diante da repressão estatal. Apesar do antagonismo, havia um terreno comum: a crítica radical ao capitalismo e a busca por uma transformação estrutural da sociedade. Nesse sentido, Boris Fausto ressalta que "as divergências entre comunistas e anarquistas não impediam que, em determinados momentos, atuassem juntos em lutas por melhores condições de trabalho" (Fausto, 2016, p. 71).

Apesar da perda de força no meio operário para o comunismo, o anarquismo deixou marcas profundas na cultura operária brasileira. Hardman enfatiza que “as práticas e valores anarquistas moldaram gerações de trabalhadores, sobretudo na defesa da educação laica, da liberdade de organização e da solidariedade de classe” (Hardman, 2024, p. 207). E Toledo destaca que o movimento manteve “persistências subterrâneas”, continuando a influenciar grupos e militantes mesmo após o declínio de seu poder sindical (Toledo, 2007, p. 268).

1.7. A repressão estatal à classe trabalhadora

O crescimento das ideias e ações dos militantes anarquistas foi acompanhado de perto pelas autoridades policiais. Por isso, eles eram frequentemente perseguidos e reprimidos pela polícia, que os via como uma ameaça à ordem social e política. Muitos foram presos e torturados, outros foram forçados a se retirar do Brasil devido à repressão e perseguição.

Embora o regime republicano tenha ampliado formalmente algumas liberdades associativas, o sistema político permaneceu profundamente excludente e dominado pelas elites agrárias e urbanas. Assim, ao mesmo tempo em que crescia a organização dos trabalhadores, intensificava-se também a repressão estatal. Greves e manifestações operárias eram frequentemente reprimidas pela polícia, e militantes estrangeiros considerados subversivos podiam ser deportados. Ainda assim, como destaca Batalha, apesar das dificuldades objetivas enfrentadas pelos trabalhadores, houve diversos momentos em que essas barreiras foram superadas por meio da organização coletiva e da mobilização social (Batalha, 2018, p. 160).

Alexandre Samis mostra que “a polícia republicana desenvolveu mecanismos permanentes de vigilância sobre sindicatos e centros libertários, catalogando indivíduos, interceptando correspondência e infiltrando agentes” (Samis, 2006, p. 68). Deportações de estrangeiros, prisões arbitrárias e o uso da Lei Adolfo Gordo (1907) foram armas empregadas para sufocar o movimento. Os anarquistas eram frequentemente presos e torturados pela polícia, que sempre reagiu de forma repressiva e autoritária, especialmente durante o período da República Velha:

> Ora, a um Estado que não reconhece o movimento operário organizado e suas entidades sindicais como interlocutores legítimos, o anarquismo responde com sua proposta de recusa da luta política institucional: os libertários não veem no Estado – e particularmente no Estado brasileiro – um legítimo interlocutor, um canal eficaz para negociar, para encaminhar demandas e reivindicações (Addor, 2009, p. 28).

As elites políticas e econômicas brasileiras estavam historicamente acostumadas a lidar com as classes subalternas por meio da repressão, o que dificultava ainda mais a consolidação das organizações operárias. A polícia atuava recorrendo à violência física, à vigilância de sindicatos, à prisão de lideranças e à deportação de estrangeiros considerados subversivos. O Estado, operava com base em uma concepção de perigo social que vinculava trabalhadores mobilizados a ameaças à estabilidade republicana. Essa postura repressiva, entretanto, não eliminava os conflitos, muitas vezes, a violência estatal fortalecia a coesão entre trabalhadores, estimulando novas ondas de mobilização.

Conforme destaca o historiador Carlos Addor (2015), a repressão estatal buscava enfraquecer a capacidade de mobilização dos trabalhadores e conter o avanço das ideias revolucionárias. O Estado e os patrões não viam as reivindicações dos trabalhadores com bons olhos. Por isso, aqueles que se organizavam em sindicatos, ou que se denominavam anarquistas eram os que mais sofriam com a violência do sistema. Foi um período extremamente difícil para aqueles que almejavam apenas melhores condições de trabalho e salários.

> É bem verdade que as discriminações pelas quais passaram os anarquistas, ao menos nos primeiros tempos da República, não se devem exclusivamente à natureza de suas reivindicações. Quase sempre a "pecha" de anarquista era a síntese de diversos estereótipos que culminavam na identificação dos libertários como inimigos da ordem pública (Samis, 2006, p. 64).

Desde o início do século XX, governos republicanos passaram a tratar o anarquismo como uma ameaça à ordem social. Leis como a chamada Lei Adolfo Gordo, de 1907, permitiam a expulsão de estrangeiros considerados subversivos e foram amplamente utilizadas contra militantes anarquistas. Prisões, deportações, fechamento de jornais operários e perseguição policial eram práticas comuns contra organizações libertárias:

> o Estado e os proprietários temiam suas ações e os efeitos da sua propaganda, reprimindo-os com prisões e deportações. A repressão aos vários momentos da ação direta promovida por anarquistas e outros foi caracterizada, no período, por uma intima colaboração entre o Estado e os empresários, fenômenos que ocorria não somente no Brasil, mas na maior parte do mundo (Toledo, 2007, p. 66)

Por tudo isso, conclui-se que a repressão estatal constitui um elemento estruturante do cenário urbano do período. As elites temerosas da radicalização social e influenciadas por discursos de ordem e progresso pressionavam o Estado a agir de maneira cada vez mais firme. Apesar da forte repressão estatal que se intensificaria nos anos seguintes com prisões,

deportações e o enfraquecimento das organizações operárias, a experiência libertária deixou marcas duradouras na história social brasileira. Para este êxito, foi fundamental a atuação de algumas importantes lideranças.

1.8. Lideranças anarquistas

O anarquismo no Brasil esteve profundamente ligado à atuação de lideranças militantes que, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX, desempenharam papel central na organização operária, na difusão ideológica e na construção de redes culturais libertárias. As primeiras organizações libertárias tinham por característica a diversidade de formas — jornais, círculos de estudo, federações operárias, escolas, centros culturais — e a centralidade da iniciativa imigrante. Esses militantes – em geral imigrantes europeus, mas também trabalhadores brasileiros, como Domingos Passos – contribuíram decisivamente para moldar o movimento libertário nacional.

As primeiras organizações anarquistas no Brasil desempenharam papel central na formação do movimento operário e na difusão de uma cultura política libertária entre os trabalhadores nas primeiras décadas do século XX. Conforme observa Francisco Foot Hardman, o anarquismo brasileiro não se limitou à esfera teórica, mas se consolidou como uma prática social profundamente enraizada no cotidiano do mundo do trabalho, influenciando formas de organização coletiva e mobilização política (Hardman, 1983). Como observa Hardman, “o anarquismo brasileiro se fez tanto pela força das ideias quanto pela força dos homens e mulheres que as encarnaram” (Hardman, 2024, p. 51). Vejamos, a seguir, o perfil de algumas das lideranças anarquistas que atuaram no Brasil.

O italiano Giovanni Rossi é frequentemente lembrado como um dos pioneiros do anarquismo no Brasil. Chegou ao país em 1890 e fundou, no Paraná, a colônia agrícola Cecília, experiência inspirada nos ideais de comunismo libertário. Em sua análise, Edgar Carone afirma que a colônia “representou a tentativa concreta de criar uma sociedade baseada na liberdade e na cooperação, ainda que profundamente marcada pelas dificuldades materiais e pela falta de apoio” (Carone, 1996, p. 33). Embora a Colônia Cecília tenha sido efêmera, sua existência ajudou a inserir os debates libertários no país. Hardman ressalta que Rossi contribuiu para apresentar “a possibilidade de uma vida coletiva baseada na solidariedade e no autogoverno” (Hardman, 2024, p. 73).

Entre os teóricos libertários, Neno Vasco ocupou posição central. Português radicado em São Paulo, foi advogado, jornalista, tradutor de Kropotkin e um dos principais intelectuais

libertários do período. Como aponta Batalha, "Neno Vasco teve enorme influência sobre a formação ideológica do sindicalismo revolucionário" (Batalha, 2000, p. 29). Ele dirigiu jornais como *A Lanterna e A Voz do Trabalhador*, sendo responsável por divulgar textos clássicos, além de escrever análises próprias sobre ação direta e organização sindical. Segundo Carone, "Neno Vasco defendia um sindicalismo baseado na autonomia completa e na recusa de qualquer intervenção estatal" (Carone, 1996, p. 102).[17]

Embora muitos líderes anarquistas fossem imigrantes, o movimento também contou com importantes militantes brasileiros. Entre eles, destaca-se José Oiticica, professor, filólogo e jornalista. John Dulles afirma que Oiticica foi "o maior intelectual brasileiro dedicado ao anarquismo no primeiro quartel do século XX" (Dulles, 1980, p. 83). Dirigiu a revista *Ação Direta*, escreveu peças de teatro libertário e buscou adaptar o anarquismo ao contexto nacional. Para Hardman, sua obra procurava "articular a crítica libertária às instituições brasileiras, denunciando o autoritarismo e a violência estatal" (Hardman, 2024, p. 198).[18]

Outra grande liderança foi Domingos Passos, trabalhador negro, autodidata, líder sindical e militante carismático. Poucos militantes foram tão celebrados por seus contemporâneos. Segundo Samis, "Domingos Passos era visto como um orador extraordinário, cuja presença enchia assembleias e comícios" (Samis, 2004, p. 147). Como veremos no capítulo seguinte, Passos atuou na organização de sindicatos no Rio de Janeiro, participou das lutas contra a Lei Adolfo Gordo e tornou-se alvo constante da repressão, sendo diversas vezes preso. Edilene Toledo destaca que Passos "representava a síntese entre militância libertária e luta contra o racismo estrutural da sociedade brasileira" (Toledo, 2007, p. 259). Sua trajetória evidencia que o anarquismo também atraiu trabalhadores brasileiros e negros, desmentindo a ideia de que seria um movimento restrito a imigrantes.

Assim como muitos trabalhadores de seu tempo, Domingos Passos vivenciou um contexto marcado por jornadas de trabalho extensas, baixos salários e ausência de direitos trabalhistas. A organização coletiva surgia, portanto, como uma estratégia fundamental para enfrentar a exploração e a desigualdade social. A atuação de Passos esteve diretamente ligada ao ambiente político e social da Primeira República Brasileira, período caracterizado pela expansão do movimento operário, mas também por forte repressão estatal. O anarquismo

[17] Para saber mais acerca deste anarquista ver Samis, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro*: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. São Paulo: Intermezzo, 2018.

[18] José Rodrigues Leite e Oiticica ou José Oiticica (1882-1957) foi um dos mais destacados anarquistas brasileiros das primeiras décadas do século XX. Fervoroso defensor da ação direta, ele foi, ao lado de Carlos Dias e outros, um dos articuladores da insurreição anarquista de 1818. Sobre sua trajetória ver Samis, Alexandre. "Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos". In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel Arão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

oferecia uma crítica radical à exploração capitalista e defendia a construção de uma sociedade baseada na solidariedade, na autogestão e na igualdade social. Sua atuação esteve ligada principalmente ao sindicalismo revolucionário, corrente que defendia a organização dos trabalhadores por meio de sindicatos autônomos e a utilização da ação direta como instrumento de luta política e social.

Assim, compreender a atuação dessas lideranças, bem como o papel da imprensa e das organizações operárias, permite não apenas recuperar trajetórias frequentemente marginalizadas pela historiografia tradicional, mas também reconhecer a importância do anarquismo na construção das lutas sociais no Brasil. É o que faremos a seguir, ao reconstituir a trajetória de Domingos Passos.

CAPÍTULO 2
DOMINGOS MANOEL DOS PASSOS (1894-1948): UM ANARQUISTA NEGRO NO BRASIL REPUBLICANO

Este capítulo tem por objetivo narrar a trajetória de vida de Domingos Passos, com foco na sua atuação no movimento operário brasileiro. Ainda que as fontes acerca de muitos momentos de sua vida sejam escassas e até mesmo inexistentes, buscamos, a partir dos documentos localizados nos arquivos e na bibliografia disponível, traçar a sua luta dentro do movimento operário pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1. As origens e a infância

A história do movimento operário brasileiro, especialmente no período da Primeira República (1889-1930), é marcada por profundas desigualdades sociais, raciais e políticas. Nesse contexto emergem figuras como Domingos Passos, cuja trajetória combina militância sindical, produção intelectual, educação libertária e enfrentamento direto às formas de repressão estatal. Apesar de sua inegável relevância histórica, Passos foi por muito tempo relegado ao silêncio historiográfico (Samis, 2024). Seu reaparecimento recente, impulsionado por novas pesquisas e iniciativas de resgate documental, permite reinterpretar sua atuação e recolocar o protagonismo negro no anarquismo brasileiro.[19]

Como se sabe, a abolição da escravidão no Brasil, ocorrida formalmente em 13 de maio de 1888, não representou a plena integração da população negra à sociedade brasileira. Embora juridicamente livres, os homens e mulheres negros (as) enfrentaram um conjunto de mecanismos sociais, econômicos e políticos que resultaram em sua invisibilização como sujeitos ativos da construção da modernidade brasileira. Essa invisibilidade, produzida e reproduzida ao longo da Primeira República, manifestou-se tanto nas políticas de Estado quanto na produção intelectual e na narrativa histórica do período. Isso, contudo, não significou que estes indivíduos tenham deixado de lutar por seus interesses individuais e coletivos, como podemos perceber a partir da trajetória de Domingos Passos.

[19] Este resgate deve-se, sobretudo, aos esforços de intelectuais libertários ligados ao Centro Cultural Social de São Paulo (CCS); ao Núcleo de Estudos Libertários Carlos Aldegheri (NECLA); e, também, ao Instituto de Estudos Libertários (IEL).

Domingos Manoel dos Passos nasceu no dia 22 de abril de 1893 na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República.[20] Era filho legítimo do casal de pardos composto por Manoel Martiniano dos Passos (28 de fevereiro de 1871- 1944?) e dona Leovegilda Maria dos Passos (11 de maio de 1870-22 de setembro de 1926). Seus pais eram naturais do Espírito Santo e possivelmente emigraram para a capital federal em busca de melhores oportunidades.[21] Além de Domingos, o casal possuía três filhas. A primeira, Ana Leovegilda Passos (1891-1912), parda, solteira, do serviço doméstico, faleceu aos 21 anos de idade, em 05 de outubro de 1912, vítima de queimaduras de terceiro grau por todo o corpo.[22] A segunda era Glicélia Leovigilda Passos, nascida em 10 de abril de 1897, e que se casou no dia 09 de maio de 1925, com Antônio Mello.[23] A outra filha do casal se chamava Gertrudes Margarida Passos (1911-1964) e casou-se com Lourival Rufino do Nascimento em 22 de novembro de 1927.[24]

A família Passos morava na rua Boa Vista número 09, no Rio das Pedras, em Nova Iguaçu, na baixada fluminense. O pai de Manoel Passos era "artista", profissão que naquela época denominava ofícios mecânicos tais como como o de carpinteiro - profissão que passou ao filho.[25] A mãe de Domingos era doméstica e, portanto, se dedicava aos cuidados do lar e dos filhos. Dona Leovegilda faleceu no dia 22 de setembro de 1926, aos 57 anos de idade, vítima de "syncope cardíaca".[26]

---

[20] Há controvérsia acerca da data precisa do nascimento de Domingos Passos. Até o presente não foi possível encontrar o registro de nascimento ou batismo dele – o que ajudaria na elucidação desse ponto.

[21] O avô paterno de Domingos passos se chamava Martiniano Manoel dos Passos e a avó Margarida Maria do Rosário. Fonte: FamilySearch. Disponível em:

[22] Ver: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6W93-J19?view=index&cc=1582573&lang=pt&groupId=M9DD-6C2 .

[23] Ver: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-6L99-TP2?view=index&cc=1582573&lang=pt&groupId=M98L-3ZY .

[24] Ver: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6LJH-BMC?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AQGVM-BJX9&action=view&cc=1582573&lang=pt&groupId=M98W-XRM ; https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-D18Q-NSS?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A77TD-XRT2&cc=1582573&lang=pt&groupId=M941-MH6. E também: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-67JS-2TW?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A7961-3S6Z&cc=1582573&lang=pt&groupId=M9DD-RZG .

[25] A informação consta do registro de nascimento de sua filha Glicéria. Ver: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HY-63BQ-XW7?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A79XS-ZG3Z&action=view&cc=1582573&lang=pt&groupId=M9DD-PV6 .

[26] Ver: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-6S33-QG2?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3AWYL7-XRW2&cc=1582573&lang=pt&groupId=M941-6K3 . Em 1928 o pai de Domingos se casou novamente com Francisca de Souza Neves em cerimônia realizada e no dia 02 de novembro de 1928. Ver: https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939X-3S94-

A infância e adolescência de Domingos Passos permanecem desconhecidas, pois não há registros documentais ou relatos diretos que permitem reconstituir esse período de sua vida. Até o presente momento não se sabe ao certo quando Passos teve contato com o universo das letras. Contudo, desde a segunda metade do século XIX já existia ao menos uma escola que ensinava os meninos pretos e pardos na Corte.[27]

É possível também que Passos tenha estudado em alguma corporação de ofício para se aperfeiçoar na arte da carpintaria que, como mencionado antes, também era a profissão de seu pai. Notícias veiculadas na *Gazeta de Notícias* da capital federal nos anos de 1906 e 1907 dão conta de que um certo "Domingos M. Passos" foi aprovado nos exames de Gramática e Geografia no Liceu de Artes e Ofícios.[28] Criado em 23 de novembro de 1856 pelo arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, esta instituição tinha por finalidade formar mão de obra qualificada para a indústria.[29]

RJ?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6X8J-MF6P&action=view&cc=1719212&lang=pt&groupId=M9SH-8D9 .

[27] Ver, nesse sentido os trabalhos de: Silva, Adriana Maria Paulo. *Aprender com perfeição e sem coação.* Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Série Passado/Presente. Brasília: Editora Plano, 2000; Martinez, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial. 1870-1889*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.

[28] Ver: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pasta=ano%20190&pagfis=13932 ; https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pasta=ano%20190&pagfis=13977 .

[29] Sobre a História do referido Liceu ver Bielinski, Alba Carneiro. *Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro:* dos pressupostos aos reflexos de sua criação - de 1856 a 1900. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Artes Visuais da EBA-UFRJ, 2003.

Imagem 1: Liceu de Artes e Ofícios (1885-1905). Autor: Marc Ferrez.



Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Liceu_de_Artes_e_Of%C3%ADcios_-_2.jpg#/media/Ficheiro:Liceu_de_Artes_e_Of%C3%ADcios_-_2.jpg/2.

Segundo estipulava o Art. 30 do Regimento, eram "admitidos a estudos nos diversos ramos de ensino do Liceu, tanto teóricos quanto práticos, todos os indivíduos sem excepção, nem atenção a nacionalidade, cor, estado, e ocupação, contanto que se sejam maiores de 12 anos, livres e morigerados". Domingos Manuel Passos completou a idade mínima para ingressar na instituição justamente em 1906.

O fato de ter o pai como carpinteiro e, posteriormente, ter frequentado o Liceu de Artes e Ofícios, proporcionou a Domingos Passos a formação necessária para ingressar, como operário, no ramo da construção civil – atividade que, naquele contexto de expansão e remodelação urbana, necessitava de muita mão de obra qualificada.[30]

2.2. O mundo do trabalho e das lutas sociais

A entrada de Domingos Passos no mundo do trabalho ocorreu por volta do final da primeira década do século XX, quando já possuía 15 anos ou mais. Geralmente era com essa

[30] Sobre o processo de remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro ver: Azevedo, André Nunes de. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Mauad X, 2017.

idade ou até menos que a grande maioria dos filhos da classe trabalhadora ingressava no mercado de trabalho. Certamente desde a adolescência ele já auxiliava o pai no trabalho ao mesmo tempo em que aprendia e aperfeiçoava, na prática, o ofício da carpintaria.

Aos 23 anos de idade ele já estava envolvido com as questões sociais. Prova disso foi a sua eleição, como 2º secretário, para compor a diretoria do recém-fundado *Centro Triangular Progressista*.[31]Esta associação civil tinha por missão principal a de trabalhar pelo progresso das localidades de Inajá, Bento Ribeiro e Rio das Pedras, no subúrbio carioca. Unidos, os moradores desta região lutavam por melhorias materiais tais como calçamento, saneamento, transporte e serviços públicos. Vale lembrar que a família de Domingos morava na localidade de Rio das Pedras, em Nova Iguaçu.

Por sua vez, os primeiros registros do mesmo como operário da construção civil no Rio de Janeiro datam de 1919, quando tinha aproximadamente 25 anos. Segundo Aden Lamounier e Eduardo Lamela,

> A categoria da construção civil, composta por trabalhadores de obras públicas e privadas, tem um significativo histórico associativo autônomo no Rio de Janeiro, participando de greves e outras mobilizações, criando jornais e boletins informativos de classe, objetivando a complementação da resistência e da propaganda, valores fundamentais da luta operária, a partir do início do século XX (Lamounier; Lamela, 2024, p.33).

Vale salientar que desde o início do século XX o Rio de Janeiro contava com a Federação das Associações de Classe, que posteriormente viria a ser chamada de Federação Operária Regional Brasileira (FORB). Esta entidade foi responsável pela construção das bases do movimento operário fluminense e, dentre suas atividades, destaca-se a organização do Primeiro Congresso Brasileiro, realizado em 1906. Nesse evento, é possível notar o papel destacado que o sindicalismo revolucionário exercia nas decisões do movimento:

> Entre suas determinações, estava a organização dos sindicatos por ofício, por indústria, ou por ofícios vários dentro de uma estrutura federalista que salvaguardava a autonomia das instituições. O método federativo garantiria a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação. Assim, as delegações de funções não representariam autoridade alguma (Lamounier; Lamela, 2024, p.33).

---

[31] Ver *A Época (Rj)*, n.º 1657, terça-feira, 23 de janeiro de 1917, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720100&pasta=ano%20191&pesq=%22Domingos%20Manoel%22&pagfis=13212 . Acesso em 27 de julho de 2026.

Foi no Primeiro Congresso que ocorreu a fundação da Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ). Conforme destaca Claudio Batalha (2000, p.19), esta federação "funcionou por um breve período em 1906, quando foi criada; voltou a ser organizada em 1907 e funcionou até 1910; novamente reorganizada em 1912, ficou em atividade até 1917, quando foi fechada pela polícia". Tal medida não impediu, contudo, que a classe operária se reorganizasse para a realização do Terceiro Congresso Operário, evento ocorrido em 1920.[32]

A partir da união da classe trabalhadora, em maio de 1919, a UOCC conquistou finalmente as 8 horas de trabalho diário e, em julho, vários de seus membros participaram da fundação do novo organismo federativo, a Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ). Em contrapartida, nos meses de setembro e outubro de 1919, ainda na vigência do governo Epitácio Pessoa (1919-1922), uma feroz repressão foi desencadeada contra as associações de resistência do Rio de Janeiro. A violência empreendida contra a classe trabalhadora foi brutal, com várias deportações de militantes anarquistas, prisões, torturas e assassinatos, fechamento de sindicatos e empastelamentos de jornais operários.[33]

A participação de Domingos Passos no movimento sindical começa a se tornar mais evidente justamente neste contexto repressivo. Já filiado ao sindicato da Construção Civil, em 16 de outubro de 1919 ele foi sido eleito segundo secretário da UOCC; sendo, em dezembro desse mesmo ano, elevado ao posto de primeiro secretário da entidade para o período de janeiro a julho de 1920 (Samis, 2007, p. 104). Sua escolha para primeiro-secretário, ocorrida em meio à agitação operária e à repressão estatal, indica que o jovem militante já se destacava nas lutas da categoria da construção civil.

Um mês antes, mais precisamente no dia 10 de setembro de 2019, um grupo de policiais tentou entrar na sede da União dos Operários da Construção Civil, localizada num sobrado situado à Praça da República, nº 231.[34]

---

[32] Para saber mais sobre os congressos operários no Rio de Janeiro consultar Addor, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Dois Pontos, 1986; Farinha Neto, Oscar. *Atuação libertária no Brasil: a Federação Anarcossindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

[33] Para um panorama do período ver Carone, Edgard. *A República Velha II: evolução política (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1983.

[34] Em 1919, a UOCC era presidida pelo pintor e militante português José Madeira.

Imagem 2: Praça de República em 1906. Fotografia de Augusto Malta.



Acervo do Instituto Moreira Sales.

Na imagem, podemos ver à direita a sede do quartel geral do exército brasileiro. Ao fundo, podemos notar alguns sobrados, como o que servia de sede da UOCC. Segundo o articulista do *Jornal do Brasil*, "as autoridades ali quiseram entrar no intuito de impedir que os discursos incendiários continuassem".[35]

Naquele dia, ocorreu um *meeting* no Largo de São Domingos em protesto contra as recentes ações da polícia na sede de algumas entidades operárias -leia-se anarquistas - e da qual resultou no recolhimento de exemplares de jornais libertários e documentos internos destas agremiações. Mesmo sendo convocado às pressas, o comício destinado à atraiu um em grande número de trabalhadores. De acordo com a reportagem do jornal *A Época*, após o ato os manifestantes se dirigiram à Praça da República, onde, das sacadas do sobrado da UOCC, diferentes oradores se revezavam a conclamar os operários a lutar contra o sistema capitalista que os oprimia.[36] Segundo matéria publicada na *Gazeta de Notícias*, "os oradores concitavam

[35] *Jornal do Brasil* (Rj), 12 de setembro de 1919, p. XXX. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&pesq=%22discursos%20incendiarios%22&pasta=ano%20191&pagfis=46859 .

[36] *A Época (Rj),* quinta-feira, 11 de setembro de 1919, p. 5. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720100&Pesq=%22Domingos%20Passos%22&id=405307062429&pagfis=21000 . Acesso em 27 de julho de 2026.

os ouvintes à revolução, para se implantar no governo semelhante ao da Rússia, para que se deviam eliminar, diziam eles, os dirigentes, à frente dos quais o Presidente da República".[37]

Ao que tudo indica, foi o clima de agitação motivado pelos discursos libertários que levou a polícia a tentar paralisar a manifestação. Reagindo ao que consideravam um abuso de autoridade, membros da referida associação tentaram impedir os policiais de efetuar a ação, resultando num conflito que se alastrou pela vizinhança e do qual saíram feridos alguns policiais e autoridades. A polícia reagiu energicamente e prendeu diversos manifestantes, dentre os quais:

> Antônio Gato, Joaquim Colombra, José Constâncio da Silva, **Domingos Passos**, Hispino Laurindo Conceição, Antônio Lopes, Joaquim Martins, Alfredo Correa Medina, Alexandre Anifane, Jesus Constâncio Gonçalves, Bernardo Domingos Pinto, Jayme José Victor, Domingos Coelho da Silva, Luís Simeão Manuel Antônio dos Santos, José Oliveira, Paulo Fernandes, David Fernandes Viana, Vicente Rinaldi, Ângelo Augusto Cordeiro, Antônio Gonçalves de Andrade, Floriano da Silva e Albano Pinto Lauriano (*Jornal do Brasil*, 12 de setembro de 1919, p. 9) [Grifos meus].[38]

Interrogados, a maioria dos presos disse que nada sabia. Domingos Passos, por sua vez, confessou às autoridades que tomou parte na reunião. Além dele, também falaram à polícia:

> David Fernandes Viana, português, marceneiro, alega ter sido preso na esquia da rua Senador Eusébio **e sustenta que os presos no xadrez cantavam a "internacional" e exclamavam estar dentro em breve mudada a atual situação**. Vicente Rinaldi repete essas informações e **acrescenta que Domingos Passos e Antônio Lopes, cujo reconhecimento fez, exaltavam a necessidade do assassinato do chefe de polícia e de outras altas autoridades da República**, a fim de modificar-se a forma de governo. João Batista Durão e Henrique Coimbra confirmaram essas asserções. [Grifos meus].[39]

Como se pode notar do relato feito pelo jornal acerca de alguns dos depoimentos dos detidos, Domingos Passos parecia estar bastante envolvido na manifestação, chegando mesmo a proferir palavras radicais em relação à tomada do poder pela classe trabalhadora. Além disso,

---

[37] Gazeta de Notícias (Rj), n.º 257, quarta-feira, 17 de setembro de 1919, p. XXX. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=47901 . Acesso em 27 de julho de 2026.

[38] Jornal do Brasil (Rj), 12 de setembro de 1919, p. XXX. Disponível em: Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_03&pesq=%22discursos%20incendiarios%22&pasta=ano%20191&pagfis=46859 . Acesso em 27 de julho de 2026.

[39] Gazeta de Notícias (Rj), quarta-feira, 17 de setembro de 1919, p. XXX. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20191&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=47901 . Acesso em 27 de julho de 2026.

o fato de ter proferido ameaças ao chefe de polícia e outras autoridades da república certamente deve ter despertado a atenção destas quanto a sua pessoa. Ao que tudo indica, isto lhe custou caro, pois a partir de então virou algo frequente da polícia.

Por outro lado, a coragem do jovem carpinteiro parece ter lhe rendido a admiração dos demais companheiros, haja vista que isso alavancou sua inserção no movimento operário no papel de liderança sindical junto aos trabalhadores não só da construção civil, da qual fazia parte, mas também de outras categorias. Prova disso é que, como já mencionado, em 16 de outubro de 1919, portanto logo na sequência a esse episódio, ele foi eleito segundo secretário da UOCC e, dois meses depois, em dezembro, foi promovido ao posto de primeiro secretário da entidade para o período de janeiro a julho de 1920 (Samis, 2024, p. 44). A escolha de Passos para funções representativas aponta para a confiança que os trabalhadores depositavam em sua capacidade intelectual e coragem na defesa dos interesses da classe a que pertenciam.

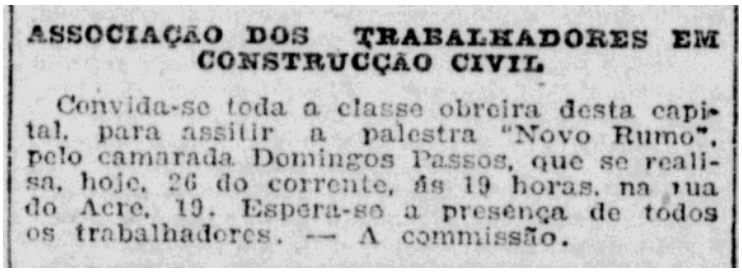
Foi, portanto, na condição de delegado da União dos Operários em Construção Civil (UOCC) que Domingos Passos participou do 3º Congresso. Tal participação no lhe rendeu a nomeação de Secretário Excursionista. Em tal função, deveria atuar junto a outras associações de classe divulgando as deliberações tomadas no aludido congresso e, também, no convencimento do abandono de pautas reformistas vinculadas ao debate parlamentar. Naquele contexto, a ideologia anarquista era a principal via de orientação da classe operária no Brasil, haja vista que a doutrina comunista ainda não havia ganhado força por aqui.

Esta atividade foi muito importante para a sua formação enquanto liderança sindical, pois o colocou em contato com diferentes categorias profissionais do estado do Rio de Janeiro, a exemplo dos ferreiros, pedreiros, garçons, caixeiros, padeiros, cocheiros e carroceiros, ferroviários, estivadores etc.

O fato de Domingos Passos ter passado a ocupar tais cargos na organização em um momento tão difícil indica que sua trajetória na UOCC vinha, no mínimo, de alguns meses antes (Samis, 2007, p. 104). Ao ser escolhido para tal cargo, Passos certamente já se destacava no seio do proletariado fluminense por sua inteligência e oratória, cultivada no cotidiano de lutas de sua categoria. Os que tiveram o prestígio de conviver com Passos, o descreveram como autodidata e um leitor clássico: “Incansável autodidatismo, sua sede pela instrução e pela cultura, que o fazia varar as madrugadas devorando os livros da pequena biblioteca de Florentino de Carvalho” (Simoneck, 1923). Passos era “dono de uma oratória suave, envolvente e agressiva ao mesmo tempo; multiplicava a afluência aos comícios, desejosa de ouvi-lo falar. Depois, raramente chegava ao seu domicílio porque a polícia cercava-o no caminho e levava-o para o xadrez, onde repousava de quinze a trinta dias por vez” (Samis, 2007, p.104).

Alexandre Samis (2007) reforça que Passos, mesmo jovem, já era classificado como "propagandista perigoso", não por atos violentos, mas por sua habilidade de formação política. Com tais dotes, Passos rapidamente logo passou a proferir palestras em diversas associações, tal como a que aconteceu no dia 26 de maio de 1921:

Imagem 3: Anúncio da palestra "Novo Rumo". Jornal *A Razão* (RJ), quinta-feira, 26 de maio de 1921, p. 6.



ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM CONSTRUCÇÃO CIVIL

Convida-se toda a classe obreira desta capital, para assitir a palestra "Novo Rumo", pelo camarada Domingos Passos, que se realisa, hoje, 26 do corrente, ás 19 horas, na rua do Acre, 19. Espera-se a presença de todos os trabalhadores. — A commissão.

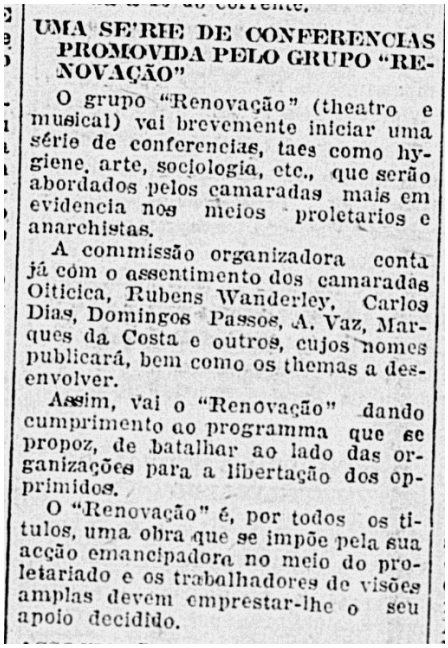
Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=129054&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pasta=ano%20192&pagfis=13656 .

Como se pode ver do anúncio, a atividade foi promovida pela Associação dos Trabalhadores da Construção Civil, ramo ao qual Domingos Passos era ligado. Na palestra intitulada "Novo Rumo", o ácrata defendeu a organização da classe trabalhadora a partir de um novo sistema, oriundo da América do Norte e que no seu entendimento era mais "prático". Para ele, o "Novo Rumo" seria "o caminho sublime por onde deveria seguir todos os trabalhadores de toda a família obreira do mundo; unindo de uma vez para sempre todas as consciências".[40]

Além das palestras nas sedes das entidades, Passos também era chamado como orador nos comícios grevistas. Outra importante frente de atuação dos anarquistas era o campo da cultura e das artes. E Domingos Passos nele também se fez presente, atuando em festivais e peças teatrais. A nota a seguir, publicada em *O Paiz* em 10 de outubro de 1923 nos informa sobre sua atuação junto ao grupo *Renovação*:

[40] "Novos Rumos". A conferência do operário Domingos Passos. In: *A Razão*, Rio de Janeiro, sábado, 28 de maio de 1921, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=129054&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pasta=ano%20192&pagfis=13656 . Acesso em 27 de julho de 2026.

Imagem 4: Nota sobre o Grupo "Renovação". Jornal *O Paiz* (RJ), quarta-feira, 10 de outubro de 1923, p.8.



UMA SE'RIE DE CONFERENCIAS PROMOVIDA PELO GRUPO "RENOVAÇÃO"

O grupo "Renovação" (theatro e musical) vai brevemente iniciar uma série de conferencias, taes como hygiene, arte, sociologia, etc., que serão abordados pelos camaradas mais em evidencia nos meios proletarios e anarchistas.

A commissão organizadora conta já com o assentimento dos camaradas Oiticica, Rubens Wanderley, Carlos Dias, Domingos Passos, A. Vaz, Marques da Costa e outros, cujos nomes publicará, bem como os themas a desenvolver.

Assim, vai o "Renovação" dando cumprimento ao programma que se propoz, de batalhar ao lado das organizações para a libertação dos opprimidos.

O "Renovação" é, por todos os titulos, uma obra que se impõe pela sua acção emancipadora no meio do proletariado e os trabalhadores de visões amplas devem emprestar-lhe o seu apoio decidido.

Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_05&pasta=ano%20192&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=14888 . Acesso em 27 de julho de 2026.

Criado com o intuito de promover a conscientização do operariado, o grupo de teatro e música propunha a realização de uma série de conferências para tratar de temas como higiene, arte e sociologia. E dentre os conferencistas estavam Carlos Dias, José Oiticica e Domingos Passos.[41] Conforme destaca Samis (2007, p. 106), como muitos de seu tempo, Passos "via no teatro e na escola racionalistas para operários fontes complementares importantes para a emancipação da classe".

Como já foi dito, a participação de Domingos Passos nas lutas operárias não tardou a lhe render fama e, também, muitas prisões. Isto porque, assim como ocorrido nos anos iniciais da República, na década de 1920 a repressão aos movimentos operários foi constante e violenta:

> Desde o início da República, com as leis referentes a expulsão de estrangeiros, até os anos 20, com a legislação de repressão ao anarquismo e depois ao "bolchevismo", abrem-se na prática da repressão espaços cada vez mais alargados de arbítrio: a legalidade do aumento da repressão implica uma contrapartida de maior ilegalidade para seu funcionamento. Cada lei de

[41] José Rodrigues Leite e Oiticica ou José Oiticica (1882-1957) foi um dos mais destacados anarquistas brasileiros das primeiras décadas do século XX. Fervoroso defensor da ação direta, ele foi, ao lado de Carlos Dias e outros, um dos articuladores da insurreição anarquista de 1818. Sobre sua trajetória ver Samis, Alexandre. "Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos". In: Ferreira, Jorge e Reis, Daniel Arão. *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

> exceção, eliminam-se progressivamente as liberdades previstas pela Constituição de 1891 (Pinheiro, 1991, p.87).

O ano de 1920 no Brasil foi também um momento de transição política: o movimento operário havia ganhado impulso após a Greve Geral de 1917, mas enfrentava a ofensiva repressiva de governos que viam no sindicalismo revolucionário, e no anarquismo em particular, uma ameaça à ordem capitalista. Esta escalada da violência contra a classe trabalhadora pode ser notada a partir do governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) e, sobretudo, no mandato de seu sucessor, Arthur Bernardes (1922-1926). Como veremos mais adiante, este governante se notabilizou por elevar a repressão aos trabalhadores e à população pobre a níveis sem precedentes (Pinheiro, 1991, p.95; Samis, 1999).

Em uma destas prisões, o libertário chegou a fazer greve de fome como forma de protesto.[42] Não foi sem justiça que Domingos Passos ganhou dos contemporâneos a alcunha de 'Bakunin brasileiro'.[43] A polícia parecia não dar trégua a Domingos Passos, como denunciou a imprensa operária do período:

> Havia muitos dias que o operário da construção civil Domingos Passos **vinha sendo seguido pela polícia, isso devido haver ele usado da palavra no cemitério, quando foi da morte do carroceiro Antônio Correa Barbosa**. Sabedor dessa perseguição, Passos, naturalmente, procurou ocultar-se. Ontem, porém, foi ele ter à sede da União dos Operários em calçado e, quando dali e retirava, foi preso por agentes de polícia que o conduziram para a Bastilha da rua da Relação, onde ficou recolhido. [Grifos meus].[44]

A denúncia feita pelo jornal indica o quanto o "camarada Passos", como era chamado pelos colegas, já era um velho conhecido das autoridades policiais e por isso era constantemente vigiado. Demonstra, também, como ele transitava por diversas categorias de trabalhadores, como no caso dos carroceiros e operários do ramo de calçados.

---

[42] Ver o jornal *A Província (Pe)*, de 27 de março de 1921, nº 81, página 01. Disponível em Hemeroteca Digital: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=128066_02&pasta=ano%20192&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=3520 . Acesso em 27 de julho de 2026.

[43] De origem russa, o filósofo Bakunin (1814-1876) é considerado um dos expoentes do pensamento anarquista, tendo influenciado o pensamento libertário em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. Sobre sua trajetória, ver Norte, Sergio Augusto Queiroz. *Bakunin: sangue, suor e barricadas.* Campinas: Papirus, 1988.

[44] Ver *O Combate (Rj)*, n° 184, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1921, p.06.

Imagem 5: Ficha policial de Domingos Passos. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_Passos. Acesso em 10 de outubro de 2025.

Segundo relatos de alguns de seus companheiros de luta, Domingos Passos era um leitor ávido pelo conhecimento. Frequentava bibliotecas operárias, lia jornais libertários e estudava obras de geografia, história, sociologia e teoria política. O também anarquista Pedro Catallo o descreveu como

> um moço carpinteiro dono de uma cultura invulgar e orador acachapante e envolvente. Acudiam a centenares as pessoas para ouvir a palavra fácil eloquente desse mestiço que honrava o Brasil e podia ser orgulho do cruzamento da raça branca com índio, das quais descendia. Pois bem, esse moço toda bondade e cuja erudição a ninguém devia porque era um extraordinário autodidata (Catallo, 1968, p. 2).[45]

Esse investimento disciplinado moldou seu estilo de escrita e sua capacidade de argumentação clara e contundente. Para Passos, a autoeducação não era apenas busca individual, mas projeto coletivo. Ele via na cultura libertária e na arte um campo de

[45] Não encontramos outras referências à ascendência indígena de Domingos Passos. Nos documentos cartoriais de seus pais e irmãs os membros da família são indicados como pardos. Historicamente, essa categoria agregou descendentes de negros, indígenas e brancos, variando conforme o momento histórico. Ver Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. In: *Cadernos de Campo*, n. 20, 2011, p. 265–271.

emancipação e compartilhava seu conhecimento com outros trabalhadores, promovendo círculos de estudo e debates. Aliás, essa era uma prática vigorosa no seio anarquista. Conforme destaca Ângela Roberti Martins, foi por estabelecer uma relação entre arte e vida que o pensamento *estético* anarquista acabou por atribuir uma finalidade social à arte, conferindo-lhe a tarefa de crítica social e política. Ainda segundo a historiadora, "para a maioria dos libertários, portanto, a arte devia ser engajada ou comprometida, ou seja, estar a serviço da emancipação de homens e mulheres, convertendo-se em um instrumento do esforço da libertação: arte para o povo e pelo povo (Roberti, 2014, p. 11). Domingos Passos participava ativamente dos festivais operários, atuando nas peças teatrais, declamando e palestrando sobre temas sociais. Foram esses festivais alguns dos poucos momentos de lazer que Passos usufruiu em sua vida de rapaz trabalhador e ativista sindical.

2.3. A defesa da ação direta e da autonomia sindical

Em suas palestras, Passos defendia a ação direta como instrumento central de resistência e como caminho de construção de autonomia dos trabalhadores. Isto significava que ele repudiava a interferência de intermediários – leia-se partidos políticos e dirigentes sindicais – na tomada das decisões da classe trabalhadora. Em sentido contrário, ele acreditava na capacidade dos trabalhadores para transformar a sociedade a partir de suas próprias organizações. Por isso defendia que os sindicatos, as federações e as confederações eram a melhor forma de organizar a classe trabalhadora. Apesar das dificuldades e da repressão, eram essas organizações as responsáveis por unir os trabalhadores e fazer com que estes se organizassem em busca de melhores condições de trabalho e vida.

Nas palavras de Domingos Passos,

> O sindicalismo é o método de organização segundo o qual os trabalhadores, separando-se dos burgueses, patrões, políticos ou parasitas sociais, formam a sua associação afora e a parte de toda jurisprudência burguesa, posto que pretende estabelecer leis em benefício exclusivo de seus iguais (*A Plebe*, 09 de julho de 1927).

A crítica ao centralismo de poder aparece com frequência nos escritos de Domingos Passos. Em seus discursos ele afirmava de modo categórico: "O centralismo é a negação da autonomia do indivíduo, colocada nas mãos do presidente ou do *presidium* ou partido político. [...] No centralismo, os chefes dão ordens e todos os seus adeptos cumprem-nas sem hesitação,

sem discussão."[46] Para Passos, o centralismo corrompia dois elementos essenciais da organização libertária: o poder de iniciativa dos trabalhadores, que é substituído por uma direção externa; e a participação crítica e constante, que dá lugar à disciplina cega.

O combate ao centralismo atingia diretamente as organizações como os partidos políticos, cuja organização era compota por hierarquias bem definidas e centralizava o poder decisório. E era essa justamente a orientação que o recém-fundado Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia como mecanismo de luta para fazer a revolução comunista. Ao mesmo tempo, ele rejeita o uso oportunista de termos como "federação" e "internacional" por grupos que, de fato, apresentam funcionamento hierárquico. Assim, denunciava o que chamava de "mistificação centralista": uma forma de ocultar a concentração de poder sob uma terminologia libertária. Esse diagnóstico antecipa problemas que se tornariam comuns em várias experiências revolucionárias do século XX: a formação de elites dirigentes que, sob o pretexto de eficácia ou unidade, restringem a participação popular e substituem a cooperação democrática pela obediência.

Ao contrário do centralismo, a federação defendida por Passos é um instrumento prático de organização social. Não se trata apenas de um arranjo estrutural, mas de uma ética e de um modo de vida coletiva. A federação é entendida como: livre acordo entre indivíduos e grupos; coordenação não-impositiva; responsabilidade compartilhada; tomada de decisões baseada na democracia direta; possibilidade permanente de revisão, discordância e revogação.

A defesa da federação é inseparável da crítica ao autoritarismo, mas ultrapassa a negação do centralismo: propõe uma forma concreta de organização capaz de fortalecer as lutas operárias sem reproduzir estruturas hierárquicas. Passos argumenta que, na federação real, "cada indivíduo é responsável pela parte que lhe cabe nas decisões comuns", contrariando a passividade produzida pelo centralismo. Ao exigir que todos participem, a federação demanda esforço, estudo e debate, características que ele via como fundamentais na formação política da classe trabalhadora.

Uma das contribuições mais originais de Domingos Passos é sua crítica ao surgimento de "chefes revolucionários", fenômeno que ele observava tanto em partidos políticos quanto em setores do próprio movimento sindical. Passos percebe que o poder tende a se reorganizar mesmo em ambientes que se proclamam libertários, caso não haja mecanismos de controle democrático direto. Assim, aponta que muitos militantes, ao se afastarem do trabalho de base, passam a agir como administradores da luta, e não como parte dela.

[46] *A Plebe*, nº 257, 06 de agosto de 1927.

Passos dedicou-se ao problema da transformação dos sindicatos em estruturas burocráticas, com dirigentes afastados da base e práticas administrativas que substituem a ação direta. Muitos de seus textos denunciam os dirigentes que se perpetuam em cargos, os sindicatos que negociam pelas costas dos trabalhadores, as relações de conivência entre diretórios sindicais e patrões e o risco de sindicatos se tornarem "mini-estados". Para ele, a função do sindicato é organizar a ação dos trabalhadores, e não administrar a luta em seu nome.

Na sua concepção, os trabalhadores deveriam agir por si mesmos, através de greves, boicotes, comissões de fábrica, iniciativas de solidariedade, pressão direta contra patrões e autoridades. Por isso, criticava a confiança excessiva em "representantes" e rejeita a via parlamentar ou jurídica como caminho principal de luta. Em suma, para Domingos Passos a ação direta é a expressão da autonomia da classe trabalhadora.

Assim, sua crítica não era apenas ao Estado ou aos patrões. Ele também confrontava as tendências autoritárias de setores autoproclamados revolucionários, a exemplo dos líderes que se colocam como "chefes da revolução"; os discursos de unidade usados para impor disciplina; o perigo de partidos substituírem a iniciativa dos trabalhadores e os falsos "internacionalismos" centralizados. Esse debate é especialmente intenso no pós-1917, quando Passos reage ao avanço do bolchevismo como modelo organizativo.

2.4. O embate com os comunistas

Para além do enfrentamento aos patrões e à polícia, os anarquistas também passaram a rivalizar com os comunistas – com quem passaram a disputar a hegemonia do movimento operário após a repercussão da Revolução Bolchevique de 25 de outubro de 1917, na Rússia. Animados com o sucesso da revolução, parte dos militantes anarquistas viram na estratégia empregada na Rússia o caminho para a revolução proletária no Brasil e por isso passaram a defender o partido e a centralização política como estratégia de luta.

Essa escolha confrontava diretamente os pressupostos anarquistas que, como vimos, defendiam a via direta como caminho para a libertação da classe trabalhadora. Por isso, os embates entre ácratas e comunistas pelo controle dos sindicatos e associações operárias não tardaram a acontecer, especialmente após março de 1922, ano em que é fundado o Partido Comunista Brasileiro (PCB).[47] Ferrenho defensor da autonomia e da ação direta, Domingos

[47] Sobre a história de fundação do PCB, ver: Chilcote, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; Pacheco, Eliezer. *O Partido Comunista do Brasil (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

Passos não tardou a rivalizar com os militantes comunistas, com que passou a trocar acusações na imprensa operária.

Em publicação na seção trabalhista do jornal *A Pátria*, datada de 4 de maio de 1924, ao rebater as acusações que lhe foram feitas dias antes por membros do Partido Comunista, o ácrata afirmou:

> Quando a organização operária tiver atingido o apogeu almejado, uma das principais preocupações é a de atirar por terra não só o partido socialista (dito Comunista) como todos os partidos. Não é de partidos que precisamos. Os partidos são cacos e os cacos só tem uma utilidade: a de encher as "garis" e ir aterrar a Sapucaia. Precisamos é de "inteiros" e estes só se conseguem com a "organização sindicalista revolucionária", que une, que eleva, que constrói.[48]

Como se vê, sua repulsa ao partido como modelo de luta é algo inegociável. Para Passos, nada substituía o sindicalismo revolucionário como mecanismo de luta da classe trabalhadora. O crescimento das ideias comunistas no seio da classe operária brasileira provocou o acirramento das rivalidades entre comunistas e anarquistas e esta disputa muitas vezes descambou para o campo das agressões e ofensas pessoais.

2.4.1. Racismo e preconceito no movimento operário

A troca de acusações entre Domingos Passos e alguns militantes comunistas foi tão ferrenha que descambou para o campo das ofensas raciais. Em matéria publicada no dia 14 de maio de 1924, na coluna trabalhista do jornal *O Paiz (Rj)*, um leitor identificado como O. Baptista teceu duras críticas às posições políticas de Passos e outros libertários negros alegando serem as mesmas decorrentes de "sua pobreza ideológica, sua fatuidade de intermediário e étnico, que não pode negar a pernostiquice e o verbalismo".[49] Ao associar as posições políticas de Domingos Passos e de outros militantes negros às suas origens étnicas – afirmando que os mesmos poderiam ser enviados "ao jardim zoológico, ao lado da sucury de 100 palmos, e da macaca Sophia, para divertirem a criançada aos domingos" – O. Baptista foi explícito ao atribuir a inferioridade racial como motivo para o que considera como posições equivocadas de seus adversários políticos.

---

[48] *A Pátria* (Rj), 04 de maio de 1924. In: *Domingos Passos: textos reunidos*. Edições Tormenta, s/d., p.21.
[49] O *Paiz (rj)*, quarta-feira, 14 de maio de 1924, p. 7. Disponível em:

Por sua vez, Domingos Passos não deixará de refutar tais acusações. Por meio das páginas do jornal *A Pátria,* ele não só criticou a fala de O. Baptista como também denunciou a existência do preconceito racial por parte dos dirigentes do PCB:

> Sustentar que os intermediários étnicos sejam fátuos ou falar neles com ar de desprezo, revela um preconceito de cor a que não estamos habituados no movimento operário do Brasil. Foi o sr. Baptista, 1º tenente da tropa comunista oficial do Brasil, que veio inaugurar esta nova forma de seleção das elites dirigentes.[50]

Segundo Passos, tentar diminuir a capacidade intelectual dos adversários por meio do destaque de seus caracteres raciais seria exercer o preconceito de cor – fato que até então não existia dentro do movimento operário brasileiro. A querele mereceu resposta de outros militantes do PCB, que acusaram passos de criar uma falsa questão, ou seja, que o racismo era repudiado pelos comunistas.

2.5. Novas prisões e a deportação para Clevelândia

Continuamente perseguido pela polícia, em 1923 Domingos Passos afastou-se da comissão executiva da UOCC e passou a se dedicar à propaganda e à organização da COB, tendo viajado duas vezes ao estado do Paraná para colaborar com sindicatos de resistências locais (Samis, 2007, p. 106).

Em julho de 1924 Domingos voltaria novamente a ser preso. Desta vez, e passou cerca de 20 dias de sofrimento na cadeia da Polícia Central e em seguida foi recolhido ao navio-prisão *Campos*, fundeado na Baia de Guanabara. Aqui cabe mencionar que o recolhimento de presos em navios era mais uma estratégia levada a cabo pelo governo para isolar e maltratar seus adversários políticos e, também, criminosos e segmentos indesejados socialmente como os mendigos e vadios. Jogados em porões escuros, sem higiene e alimentados precariamente, a maioria desses indivíduos frequentemente adoecia. E isso sem falar nos castigos fiscos e as duras jornadas de trabalho a que eram obrigados a cumprir.

Domingos Passos passou nada menos que três meses na referida embarcação até ser remetido com outros presos para a colônia penal de Clevelândia, no Oiapoque, naquele momento pertencente ao estado do Pará. A viagem, iniciada em 4 de dezembro de 1924, foi

[50] A Pátria, 27 de maio de 1924, p.5. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br. Apud Samis; Santos; Oliveira (2024, p.70).

feita no navio *Comandante Vasconcellos* e durou longos vinte e dois dias. Sobre esta viagem, Domingos Passos assim se referiu:

> Os vinte e dois dias de torturas nos infectos e acanhadíssimos porões do "Comandante Vasconcellos" em demanda do exilio, onde as sevícias atingiram o auge, pois, o chicote havia saído da mão dos soldados e passado para as mãos do "preso político coronel Bahia, idealista-republicano, correligionário e amigo do peito do srs. Seabra e Moniz Sodré.[51]

Além do desconforto das dependências do navio-gaiola", ele e os demais deportados continuaram a ser castigados e seviciados a mando das autoridades republicanas. A novidade é que agora os torturadores eram outros presos políticos que haviam sido cooptados para vigiar e castigar os revolucionários – procedimento que continuará a ser praticado na colônia penal (Samis, 2024, p.277).

2.5.1. A colônia penal de Clevelândia

Fundada no início dos anos 1920, inicialmente para ser uma colônia agrícola, a localidade de *Cleveland* ou Clevelândia se tornou uma colônia penal a partir de dezembro de 1924.[52] Como se pode observar no mapa a seguir, a colônia foi instalada no extremo Norte do país, no atual estado do Amapá, fazendo fronteira com a Guiana Francesa.

[51] "Uma carta de Domingos Passos" In: *A Plebe*, sábado, 26 de fevereiro de 1927, n.º 246, página 02.
[52] Sobre a origem da denominação da colônia ver o livro escrito pelo padre Rogério Alcino. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971.

Mapa 1: Clevelândia do Norte – AP.



Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Clevel%C3%A2ndia_do_Norte. Acesso em julho de 2026.

Segundo Alexandre Samis (2024, p.227), “os primeiros contingentes populacionais da Clevelândia foram muito provavelmente formados por retirantes das grandes secas que assolaram vastas áreas dos estados do Nordeste, principalmente a partir de 1915”. Desde a sua fundação a colônia possuía instalações como escola, igreja e hospital e posteriormente outras melhorias foram sendo construídas, como o trapiche e a estação radiotelegráfica (Romani, 2013).

Imagem 6: Clevelândia. Da esquerda para a direita: igreja, escola e a sede administrativa em 1926.



Fonte: Arquivo Público mineiro. Disponível em: https://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=27239 . Acesso em 27 de julho de 2026.

A transformação no perfil populacional da colônia ocorreu por estratégia do governo do presidente Arthur Bernardes (1922-1926), que naquele momento enfrentava diversos motins em decorrência das tensões sociais do período:

> Empossado em 15 de novembro de 1922, Arthur Bernardes governou sob estado de sítio e intensificou a repressão contra toda a oposição. Com o aumento da tensão, grupos civis e militares começaram no início de 1923 a preparar um movimento armado para depor o presidente, contando desde o início com o apoio do ex-presidente Nilo Peçanha e a adesão do general reformado Isidoro Dias Lopes. A Adesão não se alastrou imediatamente, mas ganhou novo fôlego em dezembro seguinte, quando os oficiais envolvidos no levante de 1922 foram enquadrados no artigo nº 107 do Código Penal, que previa como punição a perda de patente e a expulsão do Exército. Vários deles resolveram desertar e se incorporaram à preparação do Levante (Abreu, 2001, p.1669).

Na esteira desse movimento, o levante tenentista iniciado em 5 de julho de 1924 em São Paulo levou novamente o governo a decretar o estado de sítio.[53] Tal medida viabilizaria não só

[53] Sobre o tenentismo ver Carone, Edgard. *O Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975; Drummond, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-*

o combate aos militares insubordinados como também a ferrenha perseguição aos seus opositores políticos, a exemplo dos militantes anarquistas e de indivíduos pertencentes aos setores mais carentes da população do Distrito Federal e outras regiões do Brasil. Presos, grande parte dos adversários do governo de Arthur Bernardes tiveram como destino o envio para prisões criadas em locais isolados do território nacional.

Ainda de acordo com Alexandre Samis:

> Quanto aos núcleos coloniais e centros agrícolas, verificou-se que, salvo Clevelândia, todos os demais não podiam ser utilizados; ou pelos perigos de invasão e revolta, que ameaçavam constantemente os estados; ou pela oposição dos respectivos governadores, a que permanecessem os presos políticos dentro dos seus estados (Samis, 2004, p. 229).

Como se pode deduzir da citação acima, Clevelândia se mostrava o local ideal para a deportação dos presos considerados nocivos ao estado, tendo em vista ser um local distante dos grandes centros urbanos e de difícil acesso e comunicação. Assim, a partir do final do ano de 1924 foram enviados para lá centenas de indivíduos acusados de serem perigosos ao convívio social e também por serem considerados inimigos políticos da República.[54] Entre os presos, estavam indivíduos classificados como vadios, assassinos, cafetões, gatunos, desordeiros, revoltosos e, também, muitos anarquistas – os quais "foram confinados com a finalidade de desarticular o movimento junto ao operariado, e instaurar o medo e o terror entre os companheiros que permaneceram no sul e sudeste do país" (Romani, 2003, p. 119).

Segundo os estudiosos do tema, ao menos duas dezenas de anarquistas foram enviados para Clevelândia (Samis, 2024, p. 313; Romani, 2013). Cabe destacar que entre os membros do grupo estavam importantes lideranças do movimento, tais como Domingos Braz, Pedro Alves Carneiro e Domingos Passos. Tal fato corrobora a ideia de que o governo de Arthur Bernardes tentava com tal medida enfraquecer politicamente os anarquistas, aniquilando suas principais lideranças. Isto porque, segundo relatos colhidos a partir do depoimento de alguns presos e publicados na imprensa libertária, as condições de vida no local eram péssimas, implicando em risco de morte para os que lá adoecessem:

1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986. Borges, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

[54] Conforme os dados apurados por Alexandre Samis (2024), ao todo foram enviados 946 presos para Clevelândia. Estes dados convergem com o relatório apresentado por Paulo Sérgio Pinheiro "Viagem ao Núcleo Colonial Cleveland". Segundo o documento, dos 946 presos lá internados entre 1924 e1927, mais da metade (491) morreram. Por sua vez, a imprensa da época menciona a cifra de 1.200 deportados.

> os presos em Clevelândia permaneceram alojados em grandes barracões construídos por eles mesmos, chamados de bangalôs, separados conforme suas afinidades políticas ou crimes praticados, vivendo em um local de umidade e calor intenso, em condições insalubres, permitindo a proliferação de doenças como o impaludismo, a malária, diversos tipos de febres e disenterias, absolutamente sem condições de serem tratadas na enfermaria lá improvisada, sem equipe médica nem medicamentos suficientes (Romani, 2003, pp.124-125).

Doenças como o impaludismo[55] e a disenteria bacilar vitimaram muitos dos internos. O próprio Domingos Passos foi vítima do impaludismo e sofreu com as sequelas da doença por anos. Diante da grave situação a que estavam submetidos, não foram poucos os que tentaram fugir de Clevelândia. Segundo o relatório elaborado por Oldemar Murtinho e enviado ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio em julho de 1926, cerca de 262 internados se evadiram da colônia - número que por si é indicativo de que as condições de vida ali não eram nada boas.[56]

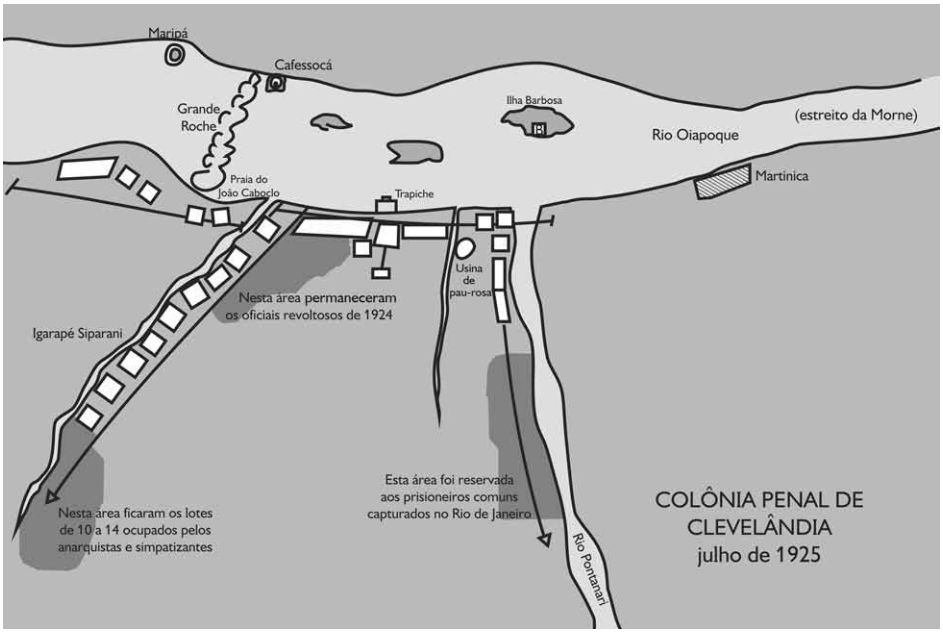
Domingos Passos permaneceu no Oiapoque por quase dois anos, somando-se aí o tempo internado em Clevelândia e o vivido na Guiana Francesa e Belém, após a fuga da colônia. De acordo com o depoimento prestado por alguns dos sobreviventes ao exílio forçado, incluindo o próprio Domingos Passos, as condições de vida em Clevelândia eram muito precárias – o que justificaria o apelido de "Inferno Verde". A alimentação era regrada e insuficiente e os detentos eram obrigados a trabalhar longas jornadas sem receber qualquer tipo de remuneração. Os que reclamavam eram severamente castigados (Romani: 2013; Samis: 2024).

Na organização interna do estabelecimento, havia uma clara separação entre os detentos, conforme demonstrado na imagem a seguir:

[55] A malária ou impaludismo é uma doença infecciosa causada por um parasito do gênero *Plasmodium*, que é transmitido para humanos pela picada de fêmeas infectadas dos mosquitos *Anopheles* (mosquito-prego).

[56] O relatório foi elaborado pelo diretor da Seção de Estado Oldemar Murtinho no ano de 1926 com a finalidade de ser apresentado ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon do Pin de Almeida. Naquele contexto, as críticas acerca das condições de vida em Clevelândia já eram recorrentes na imprensa e punham em xeque o governo de Arthur Bernardes. A ideia do relatório era, ao que tudo indica, uma tentativa de influenciar a opinião pública em sentido contrário, ou seja, a crer que as denúncias sobre o local eram fantasiosas e improcedentes.

Mapa 2: Colônia Penal de Clevelândia (julho de 1925). Autor: Carlo Romani.



Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/ZSwk9JGYfFbRTfCm48qF8Yb/abstract/?lang=pt .

Conforme podemos ver no mapa elaborado pelo historiador Carlo Romani, o grupo formado pelos anarquistas e simpatizantes estava alocado entre os lotes 10 e 14, indicados no canto inferior esquerdo da imagem. Ao centro, ficavam os oficiais revoltosos, provenientes de Catanduvas, no Paraná; enquanto do lado direito estavam alojados os presos comuns. Ainda segundo Romani, com a chegada dos várias levas de prisioneiros houve uma hierarquização em quatro diferentes grupos, a saber:

> **Os prisioneiros privilegiados foram os soldados e oficiais que rapidamente fizeram seu *mea culpa* em relação à participação no levante.** Admitindo seu erro e jurando lealdade ao governo da República, puderam ser aproveitados em funções burocráticas junto à Administração e ao Hospital, conseguindo, assim, estabelecer melhores relações também com os colonos mais próximos do núcleo e inserir se na vida cotidiana dessa pequena elite local. **Gozando dos mesmos privilégios, há um pequeno grupo absolutamente oposto. São bandidos protegidos pelas autoridades, que receberam carta branca, desde o percurso de chegada nos navios, para imporem brutalmente sua ordem contra os presos que fizessem qualquer tipo de reclamação.** Esses malandros, sob vista grossa da Administração, tinham livre trânsito na vila e andavam sempre em companhia de soldados do Exército, oprimindo os presos mais fracos (Romani, 2011, p. 516). [Grifos meus].

Curiosamente, o primeiro grupo era composto de militares que havia participado de motins e levantes e de "bandidos protegidos pelas autoridades". O privilégio concedido a estes

grupos socialmente opostos derivava da utilidade deles no controle dos demais presos, haja vista que exerciam a função de vigiá-los.

O segundo grupo era composto majoritariamente por soldados e oficiais revoltosos provenientes de Catanduvas e que, segundo Carlo Romani, eram os mais convictos em relação aos ideais da revolução.[57] Em geral, eles

> eram tratados de modo melhor na distribuição das tarefas e os praças contavam com a proteção dos tenentes que conseguiam impor, de certa forma, respeito por meio de sua patente. Os soldados permaneciam alojados em barracões provisórios próximos ao centro, enquanto os oficiais ocupavam casas particulares cedidas pela Administração (Romani, 2011, p. 516).

O terceiro grupo era composto pelos prisioneiros civis detidos por motivação política. No seio deste se destacavam os operários da construção civil, do qual fazia parte Domingos Passos, e o operários gráficos. Segundo Carlo Romani, este terceiro escalão de prisioneiro era bastante heterogêneo, pois

> comportava também pequenos comerciantes, menores e desempregados inadvertidos que foram presos nas ruas durante as patrulhas feitas em bairros populares do Rio de Janeiro à época do levante. Alguns deles eram estrangeiros e, boa parte, ativistas de sindicatos e redatores de jornais operários. Entre estes estão os anarquistas declarados, uma quinzena de ativistas, e outros tantos simpatizantes do anarquismo que ocuparam os lotes mais afastados, vivendo em barracões coletivos por eles construídos ou em choupanas menores, onde alguns se alojaram. (Romani, 2011, p. 516).

Por último, havia o grupo socialmente mais "desqualificado": o dos prisioneiros comuns:

> Classificados nas fichas de polícia como gatunos, malandros, 'cáftens', vadios, vigaristas e demais pechas, compunham o quadro mais débil da prisão. **Eram os primeiros requisitados para os trabalhos forçados e os mais maltratados**. Foram confinados nos lotes mais distantes e muitos acabaram esquecidos por lá mesmo. (Romani, 2011, p. 516). [Grifos meus].

Como se pode notar, a hierarquização dos presos obedecia a critérios relacionados ao bom funcionamento e à manutenção da disciplina na colônia. Em geral, a grande maioria dos detentos era obrigada a trabalhar em algum tipo de atividade. Oficial de carpinteiro habilidoso,

[57] Ocorrido no contexto da Revolução tenentista de 1924, o chamado cerco de Catanduvas durou de novembro de 1924 a abril de 1925 e envolveu tropas de legalistas e revolucionários, que se enfrentaram numa sangrenta guerra de trincheiras. Sobre o referido episódio ver: Heller, Milton Ivan. *De Catanduvas ao Oiapoque: o martírio de rebeldes sem causa*. Curitiba: Editora Letras Contemporâneas, 2006.

Domingo Passos trabalhou na construção e manutenção dos imóveis que ali existiam, a exemplo do trapiche (Samis, 2024).

Imagem 7: Colonos na construção do trapiche, em 1925.



Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%B4nia_penal_de_Clevel%C3%A2ndia#/media/Ficheiro:Colonos_na_constru%C3%A7%C3%A3o_do_trapiche_em_Clevel%C3%A2ndia.jpg . Acesso em 2 de julho de 2026.

Para além do trabalho braçal, Domingos também exerceu a atividade de professor. Inspirado pela iniciativa do companheiro anarquista José Nascimento, ex-secretário da Construção Civil do Rio de Janeiro e que ali fundou uma escola para alfabetizar os ribeirinhos, ele também se engajou no ensino aos demais detentos (Samis; Santos; Oliveira: 2024, p.89).

Por outro lado, o convívio diário também tinha a tensões e problemas. Inconformado com as condições e do tratamento dispensado aos reclusos, Domingos não tardou a se desentender com administrador de Clevelândia, o engenheiro-chefe Gentil Noberto. Nem é preciso dizer que isso lhe casou problemas. Diante da impossibilidade de alterar as condições de vida na colônia, ele e outros anarquistas decidiram fugir.

2.6. A fuga e o Retorno ao Rio de Janeiro

Assim como o fizera outros detentos e militantes anarquistas, o destino almejado era Saint George, na Guiana Francesa. Entretanto, as febres adquiridas na selva obrigaram Domingos a buscar medicamentos em Caiena. Segundo relatos do próprio anarquista, o tempo

em que passou na Guiana foi marcado por muitas privações devido às consequências do impaludismo, pois as febres constantes debilitavam sua saúde e o impediam de trabalhar.

Depois de alguns meses na Guiana, Passos seguiu para Belém. Na capital paraense ele permaneceu por algum tempo, amparado pela solidariedade ativa do proletariado local. Ali ficou até o fim do governo de Arthur Bernardes, ou seja, em dezembro de 1926, quando então findou-se o estado de sítio e os detentos começaram a retornar para seus locais de origem.

Passos estava entre os 72 detentos que retornaram ao distrito Federal após o estado de sítio imposto por quase todos os quatro anos do governo de Arthur Bernardes (1922-1926).

Imagem 8: Jornal *A Manhã (RJ),* 4 de fevereiro, de 1927, p. 1.


A TRAGEDIA DO INFERNO VERDE

Um grupo de deportados posando para a nossa objectiva a bordo do "Mandos". O operario Domingos Passos. (Lêr na 2ª pagina).

Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20192&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=2307 . Acesso em 27 de julho de 2026.

Imagem 9: Jornal *A Manhã (Rj),* 4 de fevereiro, de 1927, p. 1.



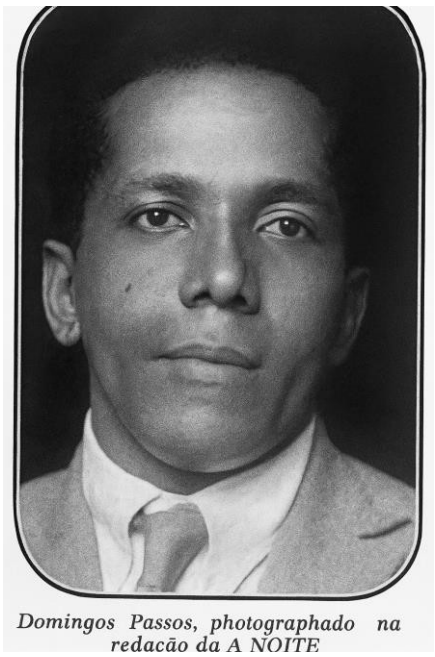
Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20192&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=2307 . Acesso em 27 de julho de 2026. Restaurada com o auxílio do Copilot.

Na imagem acima podemos observar parte do grupo dos presos que conseguiram sobreviver à colônia penal de Clevelândia. Em destaque, Domingos Passos aprece bem vestido e de chapéu. Ao chegar ao Rio de Janeiro, no dia 03 de fevereiro de 1927, ele e outros companheiros anarquistas foram recebidos com festa pela classe operária, como registrou a imprensa libertária.[58]

[58] Matérias sobre seu retorno foram publicadas em jornais como *A Noite (Rj), A Plebe (Sp)*, *A Manhã (Rj), dentre outros.*

Imagem 10: Domingos Passos, em 1927. Jornal *A Noite (RJ)*, n.º 5479, p. 2. Ao lado, mesma imagem restaurada pela IA (Copilot).





Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_02&pasta=ano%20192&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=19352 .

A foto foi publicada no jornal carioca *A Noite*, em 21 de fevereiro de 1927, depois que Domingos Passos e outros presos políticos regressaram da colônia penal de Clevelândia.[59] Como se pode notar na legenda, a fotografia foi tirada na redação do periódico. O ativista contava com 33 anos de idade. No retorno ao Distrito Federal, Passos concedeu diversas entrevistas nas quais denunciou as péssimas condições de vida e os maus tratos sofridos na colônia (Samis, 2022).. Ele também voltou a participar de reuniões junto aos sindicatos. Não tardou a ser vigiado pelas autoridades policiais. Certamente esse fato influenciou na decisão de sair do Rio de Janeiro.

2.7. A mudança para São Paulo

Ainda em 1927 Domingos Passos mudou-se para São Paulo, "onde atuou na reorganização da Federação Operária local (FOSP) e na articulação do Comitê de Agitação Pró-

[59] O jornal foi criado por Irineu Marinho em 18 de julho de 1911, após sua saída da *Gazeta de Notícias*. Circulava a tarde, o que era uma novidade para a época. Também foi responsável por imprimir uma linguagem inovadora, mais popular.

Liberdade de Sacco e Vanzetti, tendo ainda participado do 4º Congresso Operatório do Rio Grande do Sul, realizado em Porto Alegre" (Samis, 2007, p.108). Como já foi dito, ao que tudo indica as razões da mudança ocorreram em razão das constantes ameaças que vinha sofrendo por parte das autoridades do Distrito Federal. De acordo Antônio Carlos de Oliveira (2024, p.126), "Passos vivia meio clandestinamente, participava das reuniões e comícios públicos e abandonava-os antecipadamente, por conta da febre causada pela malária e outras enfermidades".

Mas a transferência de domicílio para São Paulo não livrou o ácrata das garras da polícia. Em agosto de 1927 ele foi preso durante uma reunião do comitê pró-Sacco e Vanzetti e levado à temida "Bastilha do Cambucí".[60] Este local ficou conhecido por ser um dos aparelhos repressivos que mais torturavam os opositores do regime republicano, incluindo aí os anarquistas. Domingos Passos permaneceu no Cambuci por cerca de 40 dias, sujeito à toda sorte de maus tratos. Solto, saiu de São Paulo em direção ao Sul do país. Perseguido em todos os cantos, "conseguiu chegar a Pelotas, onde foi preso e embarcado à força em um navio para Santos. Ao chegar, conseguiu fugir e voltar a São Paulo, vivendo oculto por algum tempo até que, em fevereiro de 1928, foi preso juntamente com o operário sapateiro Affonso Festa" (Samis, 2007, p. 109). A prisão dos referidos libertários repercutiu na imprensa, como podemos notar na matéria publicada no jornal *Diário Nacional*:

> Anteontem, após reunião da Associação dos Sapateiros, à rua Barão de Paranapiacaba, foram inexplicavelmente presos os operários: Domingos Passos, carpinteiro e Affonso Festa, sapateiro. A sua prisão foi feita sem o menor motivo plausível porquanto, saíam de uma reunião que tinha sido anunciada nos jornais, e na qual os assuntos se referiam tão somente a questões do interesse da classe, assuntos que constituem ordinariamente o tema das referidas reuniões.[61]

O articulista do jornal é enfático ao destacar que os operários não estavam cometendo qualquer tipo de delito ou irregularidade e sequer havia greve vigente na capital paulista. Destaca, ainda, que no dia seguinte a essas prisões foram detidos outros dois trabalhadores:

---

[60] Os italianos Nicola Sacco e Bartolomeu Vanzetti foram dois militantes anarquistas presos e condenados à morte nos Estados Unidos pelo suposto assassinato de um guarda e um contador em 1920. Apesar da campanha internacional contra a referida condenação, eles foram mortos na cadeira elétrica em 1927. Para saber sobre as ações de solidariedade aos anarquistas no Brasil ver: Moura, Clóvis. *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro.* 2.ed. revista e ampliada. São Paulo : Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

[61] Fonte: "A polícia e os operários" In: *Diário Nacional* (Sp), n.º 184, 12 de fevereiro de 1928, página 6. Disponível em Hemeroteca Digital. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20192&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=1556 . Acesso em: 27 de julho de 2026.

"Paschoal Martinez, engomador, e Pedro Catallo, sapateiro". Em tom de protesto, o jornalista encerra o texto afirmando não se justificar prisões "como medida de previdência contra agitadores ou anarquistas" e que Domingos Passos

> **vem sofrendo uma perseguição constante da polícia**. O seu crime é ter pertencido ao número daqueles que infelizes que, no último quatriênio passado, foram deportados para a Clevelândia. Depois do seu regresso, tendo salvo felizmente a sua vida da morte que dizimou seus companheiros, na sua maioria, **não conseguiu evitar a perseguição atroz da polícia, que o tem enviado para o sul do país várias vezes, prendendo-o constantemente sem motivo justificado**. [Grifos meus].[62]

Como se pode notar, a matéria reforça o quanto as autoridades temiam a atuação política de Domingos Passos e por isso o vigiavam constantemente. Por ordem do delegado Hibraim Nobre, Passos foi deixado incomunicável por mais de três meses na temida "Bastilha do Cambuci". O sapateiro Pedro Catallo, que como vimos acima também foi preso na mesma ocasião que Domingos, assim descreveu a referida prisão:

> **Escadas eletrificadas por onde se faziam subir e descer os presos a fim de torturá-los**, de cujos gritos eram testemunha a própria vizinhança. Pequenos cubículos chamados "cofres" de 1 metro e 80 de comprimento por 50 centímetros de largura, todos pintados de piche, sem aberturas para a respiração e com canos d'água furados ao redor das paredes, para molhar, de vez em quando, os infelizes ali sepultados. **Celas completamente obscuras, sem nenhuma comunicação com o exterior, segregadas de luz e de ruídos que pudessem lembrar a existência de gente do lado de fora, construídas com a satânica intenção de matar ou endoidecer o preso pelo silêncio e a solidão**. Casos de loucura foram ali registrados por várias vezes (Catallo, 1968, p. 02). [Grifos meus].[63]

Ainda de acordo com o relato de Catallo, dentre os encarcerado no Cambuci foi Domingos Passos "um dos homens que mais sofreu nas mãos do senhor delegado "Nobre".[64] Após ser brutalmente castigado na prisão, o anarquista foi levado para as matas localizadas na

---

[62] Fonte: "A polícia e os operários" In: *Diário Nacional*, São Paulo, 12 de fevereiro de 1928, página 6. Disponível em Hemeroteca Digital. Digital: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pasta=ano%20192&pesq=%22Domingos%20Passos%22&pagfis=1556 . Acesso em: 27 de julho de 2026.

[63] O texto "Irreverência do Tempo", escrito por Pedro Catallo, foi originalmente publicado no jornal *Dealbar*, Ano II, n.° 14 e 15, 1968, página 02. Para o presente trabalho utilizamos a versão na coletânea de textos: *"Sacco e Vanzetti. A vigência da solidariedade anarquista: das jornadas dos anos 20 à agitação permanente pelos/as anarquistas sequestrados/as hoje", Porto Alegre, 2016.* Disponível em: *https://we.riseup.net/assets/393352/Biblioteca+Kaos+Sacco+e+Vanzetti.pdf* . Acesso em 27 de julho de 2026.

[64] Formado bacharel em Direito, Ibrahim de Almeida Nobre (1888-1970) atuou como delegado de polícia na cidade de anto antes de assumir a Delegacia da Ordem Política e Social na capital paulista. Mais tarde, viria a ter atuação destacada na Revolução Constitucionalista de 1932 – o que lhe rendeu o apelido de "Tribuno da Revolução".

fronteira dos estados de São Paulo e Paraná, onde foi abandonado. Cabe frisar que tal prática era algo comum no período e visava fazer com que os presos políticos morressem nas selvas ou, em caso de sobrevivência, abandonasse a militância.

2.8. Um novo recomeço: a vida em Sengés, no Paraná

Enviado para morrer nas matas da região de Sengés, no interior do Paraná, Domingos Passos novamente conseguiu sobreviver e, neste povoado, "pode escrever para os camaradas de São Paulo solicitando dinheiro, que lhe foi enviado em mãos por um emissário" (Catallo, 2009, p. 6, Apud Samis, 2022).

Mapa 3: Localização da cidade de Sengés – PR.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Seng%C3%A9s .

Acolhido pela comunidade, o militante anarquista foi aos poucos se adaptando ao local e ali permaneceu até o final de seus dias. Mesmo distante do Rio de Janeiro e São Paulo, Domingos Passos ainda se interessava pela causa operária. É o que se pode notar do teor do manifesto publicado em maio de 1929, no jornal carioca *Crítica*. Na carta, ele se dirige à classe trabalhadora nacional nos seguintes termos:

> Quando este manifesto for publicado, talvez os nossos camaradas de todo o continente americano estejam reunidos em Bueno Aires, concretizando a fraternidade universal, na realização de um congresso operário.

> Os nossos irmãos do Norte (México) e o nossos irmãos do Sul (Argentina) hão de colher os louros de sua laboriosa tenacidade. **Infelizmente, parece, a voz do proletariado brasileiro não se fará ouvir no meio daquele fraternal convívio obreiro.**
> "La confederacion general de los trabajadores" do México, a F. O. R. A., da Argentina, que há tanto vem trabalhando para a almejada realização de um congresso em terras Sul-americanas, nunca e pode unir à voz dos trabalhadores brasileiros, porque, **no Brasil, os Adolfos Gordos, e os Aníbal Toledos, continuam de pé, no trono dos Torquemadas, negando aos trabalhadores o direito do pensamento e de associação.**
> Quando após a realização do IV Congresso Operário do Rio Grande do Sul, cogitou-se na reorganização da C. O. brasileira, julgávamos colocar o operariado do Brasil em igualdade de condições com o das demais repúblicas Sul-americanas.
> **Porém, aqueles que iniciaram o movimento reorganizador, viram-se presos e deportados**. Hoje estamos em igualdade de condições inferior ao dos nossos camaradas do além Panamá e além Prata.
> **É preciso pois, camaradas que o resto dos trabalhadores do mundo, conheçam as nossas condições com toda a clareza necessária**.
> Se naquele Congresso tivermos representações, ainda que indireta**, é mister que o nosso representante diga em alto e bom som o que sofre as classes produtoras do Brasil, onde o direito só é reconhecido a quem tem dinheiro.** – Domingos Passos – Paraná. 1929. [Gifos meus].[65]

Ao comentar a expectativa pela realização do Congresso na Argentina, Passos lamenta a ausência de representantes do Brasil no evento. E justifica tal fato em função da dura repressão sofrida pelos trabalhadores nacionais por parte da polícia na figura de autoridades como Alfredo Gordo e Aníbal Toledo, responsáveis pelas perseguições e deportações das principais lideranças sindicais junto ao operariado. Ele finaliza o manifesto rogando aos participantes do congresso que denunciem ao mundo as condições adversas em que se encontrava a classe trabalhadora brasileira.

Por alguns meses, Domingos Passos ainda manteve contato com alguns de seus companheiros por meio de cartas. Mas, como o passar do tempo, e com o envolvimento na rotina da comunidade, ele foi aos poucos se distanciando da militância anarquista.

Em Sengés, Domingos se casou com Maria Inês da Silva. A cerimônia ocorreu no dia 11 de janeiro de 1930, nas dependências de um templo Presbiteriano. Naquela ocasião, ainda se identificava como operário. Sua esposa era natural de Curitiba e se dedicava aos serviços domésticos. Contava ele com 36 anos e ela com 19 anos. Da união nasceram dois filhos. O primeiro se chamava Nemésio dos Passos e nasceu no mesmo ano do casório, mais

---

[65] Ver "Aos trabalhadores brasileiros". In: *Crítica*, Ano I, Rio de Janeiro, 1° de maio de 1929, n° 142, p. 04. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=372382&Pesq=%22Domingos%20Passos%22&id=318702213404&pagfis=1045 . Acesso em 27 de julho de 2026.

precisamente em 29 de outubro de 1930. O segundo filho nasceu em 1933 e faleceu no dia 04 de setembro do mesmo ano, com 10 meses e 19 dias de vida. A causa da morte apontada no registro de óbito foi "morte natural e sem laudo médico". Outra informação presente no documento é a de que a esposa de Domingos já havia falecido. Segundo consta, o fato teria ocorrido na cidade de Itararé, no estado vizinho de São Paulo, no dia 23 de fevereiro de 1933 – o que pode indicar que tenha morrido durante o parto.[66]

Meses depois do falecimento de seu segundo filho Domingos Passos se casou novamente. A cerimônia ocorreu no dia 07 de outubro de 1933, às 15 horas, no já mencionado distrito de Sengés. A consorte se chamava Maria Alves e, assim como ele, se tornara viúva há pouco tempo.[67] Ao que tudo indica, não tiveram filhos.

Como foi dito, a partir dos anos 1930 Domingos se manteve cada vez mais afastado da militância anarquista. Ao que tudo indica, as novas relações contraídas em Sengés fizeram com o velho militante reconfigurasse seus planos. A força do anarquismo no seio da classe operária nacional também já não era a mesma. Casado, com filho e esposa, agora ele se identificava profissionalmente como lavrador e comerciante. Seu falecimento ocorreu em 10 de setembro de 1948, aos 54 anos de idade. A causa da morte foi suicídio, ocasionado pela "ingestão de formicida".[68] Mas essa já é outra história...

---

[66] "Sengés, Paraná, Brazil registros," Imagens, FamilySearch (https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-732V-2?view=index : 12 de out. de 2025), imagem 816 de 2414; Sengés (Paraná). Registro Civil. Número do grupo de imagens: 004581331 .

[67] Sengés, Paraná, Brazil registros," Imagens, FamilySearch (https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-7QST-RN?view=index : 12 de out. de 2025), imagem 1943 de 2463; Jaguariaíva (Paraná). Registro Civil, Sengés (Paraná). Registro Civil.

[68] "Sengés, Paraná, Brazil registros," Imagens, FamilySearch (https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9396-739M-3R?view=index : 12 de out. de 2025), imagem 1799 de 2414; Sengés (Paraná). Registro Civil. Número do grupo de imagens: 004581331. Sobre a vida de Domingos Passos em Sengés, ver Oliveira, Antônio Carlos de. Domingos Passos: esquecido ou excluído? In: Norte, Sérgio; Roberti, Angela (Orgs.). *Nada de escravidão: dossiê Domingos Passos*. São Paulo, 2024, pp. 164-242.

CAPÍTULO 3
DOMINGOS PASSOS: POSSIBILIDADES DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS

Durante muito tempo a produção do conhecimento histórico esteve associada predominantemente aos espaços acadêmicos e institucionais, especialmente às universidades, aos centros de pesquisa, aos arquivos e aos museus. Entretanto, nas últimas décadas, ampliaram-se as discussões acerca das diferentes formas de produção, circulação e apropriação do conhecimento histórico pela sociedade. Nesse contexto, a História Pública ganhou espaço como campo de reflexão e prática, permitindo pensar a relação entre a produção historiográfica e os diferentes públicos que se relacionam com o passado. Mais do que levar a história produzida na academia para fora de seus espaços tradicionais, a História Pública possibilita refletir sobre as múltiplas formas pelas quais o conhecimento histórico é produzido, interpretado, compartilhado e apropriado socialmente.

A História Pública, nesse sentido, pode ser compreendida como um campo que amplia as possibilidades de atuação do historiador e de circulação do conhecimento histórico, estabelecendo relações com diferentes sujeitos, instituições, comunidades e meios de comunicação. Sua prática pode ocorrer em museus, arquivos, exposições, documentários, meios de comunicação, produções digitais, redes sociais, projetos comunitários e outras linguagens destinadas a públicos mais amplos. A diversidade desses espaços demonstra que a relação da sociedade com o passado não ocorre exclusivamente por meio da produção acadêmica especializada, mas também por diferentes formas de narrativa, representação e memória.

No Brasil, o desenvolvimento das discussões sobre História Pública contribuiu para ampliar as reflexões sobre a relação entre historiadores e sociedade. Almeida e Rovai (2011) destacam a importância de pensar a História Pública a partir da ampliação dos espaços de produção e circulação do conhecimento histórico, considerando as diferentes possibilidades de diálogo entre a pesquisa acadêmica e os públicos. Essa perspectiva permite compreender o conhecimento histórico como uma produção que não se encerra no ambiente universitário, mas que pode ser reelaborada e compartilhada por meio de diferentes linguagens e suportes.

Nesse sentido, a História Pública possibilita repensar o papel do historiador diante dos desafios contemporâneos relacionados à circulação do conhecimento. A produção historiográfica, embora fundamentada em métodos e procedimentos próprios da pesquisa histórica, pode alcançar diferentes públicos por meio de estratégias de comunicação que considerem as características e necessidades desses interlocutores. O desafio consiste, portanto,

em estabelecer uma relação de diálogo entre o rigor da pesquisa histórica e a necessidade de construir narrativas capazes de alcançar públicos que não necessariamente possuem familiaridade com a linguagem acadêmica.

Essa discussão aproxima-se da reflexão proposta por Michael Frisch (1990) acerca da ideia de "autoridade compartilhada". Para o autor, a produção do conhecimento histórico pode ser pensada a partir de uma relação menos hierarquizada entre especialistas e públicos, valorizando a interação e o diálogo na construção das narrativas sobre o passado. A noção de autoridade compartilhada é particularmente importante para a História Pública porque permite questionar a ideia de que o conhecimento histórico pertence exclusivamente aos especialistas. Ao contrário, diferentes grupos sociais possuem experiências, memórias e formas próprias de compreender o passado, que podem participar dos processos de construção e circulação das narrativas históricas.

Essa perspectiva também contribui para pensar a função social da História e a responsabilidade do historiador na produção de narrativas destinadas ao público. A aproximação entre pesquisa histórica e sociedade não significa abandonar os procedimentos metodológicos da disciplina, mas buscar formas de comunicação que possibilitem que os resultados da pesquisa circulem para além dos espaços acadêmicos. Dessa forma, a História Pública apresenta-se como uma possibilidade de estabelecer pontes entre a produção historiográfica e diferentes públicos, utilizando linguagens e meios capazes de ampliar o alcance das pesquisas históricas.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que propõe a elaboração de uma história em quadrinhos como forma de divulgação histórica da trajetória política de Domingos Passos. A escolha desse personagem está relacionada à sua importância para a história do movimento anarquista e operário brasileiro e, simultaneamente, ao relativo desconhecimento de sua trajetória por parte do público mais amplo. A construção de uma narrativa gráfica sobre Domingos Passos pretende, portanto, contribuir para a divulgação de uma experiência histórica que, embora significativa, permanece pouco conhecida fora dos círculos acadêmicos e especializados.

A trajetória de Domingos Passos oferece possibilidades importantes para refletir sobre a atuação política de trabalhadores e militantes anarquistas no Brasil, bem como sobre os mecanismos de repressão e controle utilizados contra os movimentos sociais e políticos durante as primeiras décadas do século XX. Sua experiência permite discutir temas relacionados à organização operária, à militância anarquista, à repressão política, à prisão e à perseguição de militantes, além das relações entre classe, raça e política na sociedade brasileira.

A escolha de Domingos Passos também possibilita problematizar os processos de construção da memória histórica. Determinados personagens permanecem amplamente conhecidos e representados nas narrativas históricas difundidas socialmente, enquanto outros ocupam posições secundárias ou são praticamente esquecidos. Esse processo não ocorre de maneira neutra. A construção da memória coletiva envolve disputas, seleções e silenciamentos, fazendo com que determinados sujeitos e acontecimentos sejam privilegiados em detrimento de outros.

Nesse sentido, a produção de uma narrativa sobre Domingos Passos pode ser compreendida como uma tentativa de ampliar as possibilidades de representação de sujeitos históricos que permaneceram à margem das narrativas mais difundidas. Ao trazer sua trajetória para o centro de uma narrativa gráfica, pretende-se contribuir para a visibilidade de uma experiência histórica relacionada ao movimento operário e ao anarquismo no Brasil, permitindo que novos públicos tenham contato com esse personagem e com o contexto no qual esteve inserido.

A proposta de transformar essa trajetória em uma história em quadrinhos parte, portanto, da compreensão de que a divulgação histórica pode recorrer a diferentes linguagens para estabelecer relações entre o passado e o presente. A história em quadrinhos apresenta características específicas que podem contribuir para esse processo, especialmente por sua capacidade de articular elementos visuais e verbais em uma mesma narrativa.

As histórias em quadrinhos constituem uma linguagem própria, formada pela interação entre diferentes elementos, como imagens, textos, balões, legendas, enquadramentos, sequências e recursos gráficos. Essa combinação permite que o leitor participe ativamente da construção dos sentidos da narrativa. Will Eisner (1989), um dos principais estudiosos e produtores de histórias em quadrinhos, compreende a narrativa gráfica como uma forma de comunicação que articula elementos visuais e verbais para produzir significados. Nesse sentido, a imagem não atua simplesmente como uma ilustração do texto, mas participa efetivamente da construção da narrativa.

A relação entre imagem e palavra constitui, portanto, um dos principais elementos da linguagem dos quadrinhos. O texto pode apresentar informações, diálogos e pensamentos dos personagens, enquanto as imagens contribuem para representar espaços, expressões, movimentos e acontecimentos. Entretanto, esses elementos não funcionam de maneira isolada. É justamente a relação entre eles que permite a construção de uma narrativa complexa.

Scott McCloud (1995), ao discutir a linguagem dos quadrinhos, demonstra que a narrativa gráfica apresenta características próprias relacionadas à organização sequencial das

imagens. A passagem de um quadro para outro exige que o leitor estabeleça relações entre os acontecimentos representados, preenchendo mentalmente aquilo que não está explicitamente apresentado. Dessa forma, a leitura dos quadrinhos envolve uma participação ativa do leitor na construção da narrativa.

Essa característica torna-se particularmente relevante quando se pensa na utilização dos quadrinhos como forma de divulgação histórica. A representação de determinado acontecimento histórico por meio de imagens exige que o autor realize escolhas sobre aquilo que será mostrado e aquilo que permanecerá fora da narrativa. A construção de uma história em quadrinhos sobre Domingos Passos envolve, portanto, um processo de seleção e interpretação dos acontecimentos históricos.

A narrativa gráfica não reproduz o passado de maneira integral. Assim como ocorre em outras formas de escrita da história, a produção de uma história em quadrinhos histórica implica escolhas. O roteiro precisa selecionar acontecimentos, personagens, espaços e temporalidades considerados relevantes para a construção da narrativa. Ao mesmo tempo, é necessário estabelecer uma relação de coerência entre a representação visual e os conhecimentos produzidos pela pesquisa histórica.

Nesse aspecto, a elaboração de uma história em quadrinhos de caráter histórico constitui uma prática de mediação. O roteiro realiza uma ponte entre a pesquisa historiográfica e o leitor, transformando informações, interpretações e acontecimentos em uma narrativa que utiliza recursos próprios da linguagem gráfica. A roteirização, portanto, não deve ser compreendida como uma etapa meramente técnica, mas como um momento no qual são realizadas escolhas interpretativas sobre o passado.

Thierry Groensteen (2015) contribui para compreender a especificidade da linguagem dos quadrinhos ao destacar a importância das relações estabelecidas entre os diferentes elementos que compõem a página e a narrativa. Os quadros não devem ser compreendidos isoladamente, uma vez que estabelecem relações entre si e contribuem para a construção de uma sequência narrativa. A leitura das histórias em quadrinhos ocorre, assim, por meio da articulação entre diferentes fragmentos visuais que, quando relacionados, produzem uma narrativa mais ampla.

Essa característica pode ser explorada na construção da narrativa sobre Domingos Passos. A trajetória do personagem pode ser apresentada por meio de diferentes momentos de sua vida, organizados de forma a permitir ao leitor compreender não apenas os acontecimentos individuais, mas também os contextos políticos e sociais nos quais esteve inserido. A narrativa

gráfica pode, portanto, estabelecer relações entre a experiência individual de Domingos Passos e processos históricos mais amplos.

A utilização dos quadrinhos como forma de divulgação histórica também dialoga com uma longa trajetória de transformação da percepção social acerca dessa linguagem. Durante décadas, as histórias em quadrinhos foram vistas com desconfiança por determinados setores da sociedade, que as associavam exclusivamente ao entretenimento infantil e consideravam sua leitura pouco adequada à formação intelectual.

No Brasil, Waldomiro Vergueiro (2010) demonstra que as histórias em quadrinhos passaram por um processo de estigmatização, especialmente por parte de setores considerados intelectualmente responsáveis pela formação de crianças e jovens. Segundo o autor, durante determinado período, acreditava-se que o contato com os quadrinhos poderia afastar os leitores de outras formas de leitura consideradas mais adequadas.

Essa visão, entretanto, foi gradativamente modificada. A ampliação dos estudos sobre os quadrinhos e o reconhecimento de sua linguagem específica contribuíram para sua incorporação a diferentes espaços, inclusive educacionais e acadêmicos. A compreensão dos quadrinhos como linguagem e como instrumento de comunicação possibilitou superar, ainda que parcialmente, a ideia de que sua utilização estaria limitada ao entretenimento.

Vergueiro (2010) observa que a utilização das histórias em quadrinhos no ambiente escolar ocorreu inicialmente de maneira limitada, sendo empregada principalmente para ilustrar conteúdos apresentados por meio de textos escritos. Com o passar do tempo, entretanto, sua utilização foi ampliada, acompanhando o reconhecimento de suas possibilidades pedagógicas e comunicativas.

Essa transformação é significativa para a presente pesquisa porque permite pensar os quadrinhos para além de sua utilização exclusivamente didática. Embora possam contribuir para o ensino de História e para a aprendizagem de conteúdos históricos, as histórias em quadrinhos também podem desempenhar outras funções, entre elas a divulgação do conhecimento histórico para públicos mais amplos.

Nesse sentido, a produção de uma história em quadrinhos sobre Domingos Passos não se limita à elaboração de um material pedagógico. Trata-se de uma proposta de divulgação histórica inserida no campo da História Pública. A HQ pode ser compreendida como uma forma de mediação entre a pesquisa histórica e a sociedade, utilizando uma linguagem capaz de alcançar leitores que talvez não tenham contato frequente com livros e artigos acadêmicos.

Essa dimensão é particularmente importante diante das transformações contemporâneas nas formas de acesso à informação. A expansão das tecnologias digitais e das redes sociais

modificou significativamente os modos de circulação de conteúdos históricos, culturais e políticos. Imagens, vídeos, textos curtos e narrativas visuais ocupam espaços cada vez mais significativos no cotidiano de diferentes públicos.

Entretanto, é necessário evitar uma interpretação simplista segundo a qual as novas tecnologias seriam responsáveis exclusivamente pela diminuição do interesse pela leitura. O cenário contemporâneo é mais complexo. As formas de leitura estão se transformando, assim como os suportes e os modos de acesso à informação. Nesse contexto, a História Pública precisa considerar a diversidade das práticas culturais contemporâneas e buscar estratégias que permitam ampliar o alcance do conhecimento histórico.

A história em quadrinhos apresenta-se como uma possibilidade nesse cenário porque articula texto e imagem, possibilitando uma leitura que pode ser realizada de maneira mais dinâmica. Isso não significa que os quadrinhos sejam necessariamente uma forma de leitura "mais fácil" ou menos complexa. Ao contrário, a compreensão da narrativa exige que o leitor estabeleça relações entre diferentes elementos visuais e verbais.

A utilização de uma linguagem acessível, portanto, não significa reduzir a complexidade do conhecimento histórico. O desafio consiste justamente em construir uma narrativa capaz de dialogar com públicos mais amplos sem abandonar o compromisso com a pesquisa histórica. A acessibilidade da linguagem deve ser compreendida como uma estratégia de comunicação e não como sinônimo de simplificação excessiva.

Nesse ponto, a proposta de elaboração de uma história em quadrinhos sobre Domingos Passos apresenta uma dupla dimensão. De um lado, busca-se divulgar uma trajetória histórica pouco conhecida, ampliando o acesso do público a informações sobre o personagem e sobre o contexto político no qual esteve inserido. De outro, pretende-se demonstrar que a linguagem dos quadrinhos pode constituir uma ferramenta legítima de comunicação histórica, capaz de estabelecer relações entre pesquisa, memória e sociedade.

A produção dessa narrativa exige, entretanto, atenção aos limites entre a representação histórica e a criação ficcional. O roteiro deve ser construído a partir de fontes e pesquisas históricas que permitam fundamentar as informações apresentadas. Quando houver lacunas documentais, é necessário reconhecer que determinadas representações constituem escolhas narrativas e não necessariamente acontecimentos comprovados pelas fontes.

Esse aspecto é fundamental para uma produção de História Pública comprometida com a pesquisa histórica. A liberdade criativa própria da narrativa gráfica não elimina a responsabilidade do pesquisador diante das informações divulgadas. Ao contrário, exige um

cuidado ainda maior com a seleção das fontes, a contextualização dos acontecimentos e a diferenciação entre aquilo que é historicamente documentado e aquilo que é recurso narrativo.

A construção de uma narrativa gráfica sobre Domingos Passos deve, portanto, partir de um diálogo permanente entre pesquisa histórica e linguagem dos quadrinhos. O roteiro precisa considerar as características próprias da narrativa gráfica sem perder de vista a documentação e a historiografia sobre o personagem. Nesse processo, o trabalho do historiador aproxima-se do trabalho de mediação, uma vez que cabe ao pesquisador selecionar, interpretar e transformar os resultados de sua investigação em uma narrativa capaz de estabelecer comunicação com o público.

Essa preocupação torna-se ainda mais relevante diante da trajetória de Domingos Passos. Sua atuação política esteve inserida em um período marcado por intensos conflitos sociais, pela organização dos trabalhadores e pela repressão às manifestações políticas consideradas ameaçadoras à ordem estabelecida. A compreensão de sua trajetória exige, portanto, que o personagem seja apresentado em relação ao contexto histórico mais amplo.

Domingos Passos não deve ser apresentado apenas como um indivíduo isolado, mas como um sujeito histórico inserido em redes de relações políticas, sociais e culturais. Sua trajetória permite discutir a presença do anarquismo no Brasil, as experiências de organização dos trabalhadores, as formas de militância e os mecanismos de repressão utilizados contra aqueles que participavam de movimentos políticos e sociais.

A partir desse ponto de vista, a narrativa em quadrinhos pode contribuir para aproximar o leitor não apenas da biografia de Domingos Passos, mas também de questões mais amplas relacionadas à história social e política brasileira. A vida do personagem torna-se, assim, uma porta de entrada para a discussão de processos históricos que ultrapassam sua experiência individual.

A trajetória de Domingos Passos também permite discutir a presença de sujeitos negros no movimento operário e anarquista brasileiro, contribuindo para ampliar as interpretações sobre a formação das organizações de trabalhadores no país. A análise de sua experiência possibilita questionar narrativas que, muitas vezes, apresentam o movimento operário brasileiro de forma homogênea, sem considerar adequadamente as diferenças de raça, classe e experiências individuais que atravessavam os trabalhadores.

A elaboração de uma história em quadrinhos sobre Domingos Passos pode, nesse sentido, contribuir para a construção de uma memória mais plural sobre a história dos trabalhadores no Brasil. Ao colocar em evidência um personagem pouco conhecido, a proposta

permite refletir sobre os processos de seleção e esquecimento que participam da construção das memórias coletivas.

A memória, nesse contexto, não deve ser compreendida como simples reprodução do passado. Ela é construída socialmente e está relacionada às disputas em torno daquilo que deve ser lembrado e esquecido. A divulgação da trajetória de Domingos Passos pode ser compreendida como uma forma de intervenção nesse campo, contribuindo para ampliar as possibilidades de conhecimento e reflexão sobre sujeitos que tiveram suas experiências pouco representadas nas narrativas históricas mais difundidas.

A História Pública oferece, portanto, um campo adequado para pensar essa proposta. Ao aproximar a pesquisa histórica de diferentes públicos, possibilita que experiências pouco conhecidas sejam divulgadas por meio de linguagens diversas. A história em quadrinhos, nesse contexto, apresenta-se como uma ferramenta capaz de produzir uma aproximação entre o público e o passado, despertando o interesse por temas que muitas vezes permanecem restritos ao ambiente acadêmico.

A intenção desta pesquisa não é afirmar que as histórias em quadrinhos constituem uma solução para os desafios relacionados à divulgação ou ao ensino da História. Tampouco se pretende estabelecer uma hierarquia entre diferentes formas de leitura. O objetivo é reconhecer que diferentes linguagens podem desempenhar funções distintas na relação da sociedade com o conhecimento histórico.

Uma história em quadrinhos pode funcionar como um primeiro contato com determinado personagem ou acontecimento, despertando a curiosidade do leitor e incentivando a busca por outras formas de conhecimento. Nesse sentido, a narrativa gráfica sobre Domingos Passos pode ser compreendida como uma possibilidade de aproximação inicial, capaz de estimular novas perguntas e interesses sobre sua trajetória e sobre o contexto histórico no qual esteve inserido.

Essa perspectiva também permite superar a oposição entre "leitura acadêmica" e "leitura popular". A produção de uma narrativa acessível não implica necessariamente abandonar a complexidade da pesquisa histórica. O desafio está em encontrar formas de comunicação que preservem a consistência histórica da narrativa e, ao mesmo tempo, permitam que diferentes públicos possam compreender e se apropriar de seus conteúdos.

A produção da história em quadrinhos sobre Domingos Passos constitui, assim, uma experiência que articula pesquisa histórica, História Pública e linguagem gráfica. O processo de roteirização envolve a seleção de acontecimentos, a organização temporal da narrativa, a

construção dos personagens e a definição dos elementos visuais que irão compor a história. Cada uma dessas escolhas interfere na forma como o passado será apresentado ao leitor.

Nesse sentido, a HQ não deve ser compreendida como uma mera ilustração de uma pesquisa histórica previamente concluída. A própria construção da narrativa gráfica pode produzir novas questões e possibilidades de interpretação. A necessidade de transformar informações históricas em cenas, diálogos e imagens exige que o pesquisador reflita sobre os acontecimentos, as relações entre os personagens e os contextos nos quais eles estiveram inseridos.

A roteirização torna-se, portanto, parte integrante do processo de construção da narrativa histórica. Ao organizar a trajetória de Domingos Passos em uma sequência narrativa, o pesquisador realiza escolhas que contribuem para a produção de determinados sentidos sobre o personagem. A narrativa precisa, por isso, ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre as escolhas realizadas e sobre os limites da representação histórica.

A proposta desenvolvida nesta pesquisa parte da compreensão de que a História Pública pode contribuir para democratizar o acesso ao conhecimento histórico, sem que isso implique reduzir a importância da pesquisa acadêmica. Ao contrário, a divulgação histórica pode ampliar o alcance social da produção historiográfica e estimular novas formas de diálogo entre pesquisadores e diferentes públicos.

A escolha das histórias em quadrinhos como linguagem para essa divulgação está relacionada à sua capacidade de combinar narrativa, imagem e texto, construindo uma experiência de leitura que possibilita diferentes formas de aproximação com o passado. Ao mesmo tempo, sua utilização exige responsabilidade e reflexão sobre os processos de seleção, interpretação e representação envolvidos na construção de uma narrativa histórica.

A partir dessas considerações, esta pesquisa propõe a construção de uma história em quadrinhos sobre a trajetória política de Domingos Passos, buscando estabelecer uma relação entre a pesquisa histórica e as práticas de divulgação pública da História. A proposta pretende apresentar ao público um fragmento da trajetória do personagem, contextualizando sua atuação política e suas experiências no interior do movimento anarquista e operário brasileiro.

Espera-se que a narrativa contribua para ampliar o conhecimento sobre Domingos Passos e, simultaneamente, desperte o interesse dos leitores por outras questões relacionadas à história do anarquismo, do movimento operário e das lutas políticas e sociais no Brasil. A intenção é que o contato inicial com a narrativa gráfica possa estimular novas perguntas e incentivar o acesso a outras produções históricas.

Ao utilizar a linguagem dos quadrinhos, pretende-se, portanto, construir uma ponte entre o conhecimento histórico produzido pela pesquisa e o público. Essa ponte não deve ser entendida como uma simplificação do passado, mas como uma forma de mediação que permite apresentar uma trajetória histórica por meio de uma linguagem distinta daquela tradicionalmente utilizada pela produção acadêmica.

A história em quadrinhos sobre Domingos Passos constitui, desse modo, uma proposta de História Pública que busca contribuir para a circulação social do conhecimento histórico e para a valorização de trajetórias pouco conhecidas. Ao articular pesquisa, narrativa gráfica e divulgação histórica, a proposta procura demonstrar que a História pode ocupar diferentes espaços e utilizar diferentes linguagens, mantendo seu compromisso com a pesquisa e com a reflexão crítica sobre o passado.

Por fim, a escolha de Domingos Passos como personagem central da narrativa representa também uma tentativa de ampliar o campo de visibilidade de sujeitos históricos que, por diferentes razões, permaneceram distantes das narrativas mais difundidas. Ao apresentar sua trajetória por meio de uma história em quadrinhos, busca-se contribuir para que sua experiência seja conhecida por novos públicos e integrada a uma compreensão mais plural da história política e social brasileira.

A proposta, portanto, situa-se na intersecção entre História Pública, divulgação histórica, memória e linguagem dos quadrinhos. Ao transformar uma pesquisa sobre Domingos Passos em uma narrativa gráfica, pretende-se não apenas divulgar informações sobre sua trajetória, mas criar uma possibilidade de encontro entre o público e um personagem histórico cuja experiência permite refletir sobre os conflitos políticos, as lutas sociais, a organização dos trabalhadores e os mecanismos de repressão presentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a história em quadrinhos apresenta-se como um instrumento de mediação capaz de aproximar o conhecimento histórico de diferentes públicos, contribuindo para ampliar os espaços de circulação da História e para estimular novas formas de relação da sociedade com seu passado. A experiência de Domingos Passos, ao ser apresentada em uma narrativa gráfica fundamentada na pesquisa histórica, pode tornar-se um ponto de partida para novas reflexões, leituras e investigações, contribuindo para a construção de uma memória histórica mais ampla, plural e socialmente acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo a elaboração de uma biografia do anarquista negro Domingos Passos com vistas a produção de uma História em Quandrinhos (HQ) visando a divulgação de suas lutas em prol da classe trabalhadora brasileira nas três primeiras décadas do século XX.

Nascido no seio de uma família humilde que morava nos subúbios carioca, Domingos Passos aprendeu os primeiros passos do ofício de carpinteiro com seu pai. Possivelmente foi por incentivo deste que também teve acesso à educação, pois sabia ler e escrever.

Ao ingressar no mercado de trabalho, ainda jovem, Passos se encantou pelas ideias libertárias advindas no sindicalismo revolucionário. Leitor avido por conhecimento, ele mergulhou na literatura anarquista e decidiu participar das lutas operárias em prol de uma sociedade livre e igualitária. Foi na condição de secretário da União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro (UOCC) que o anarquista negro ganhou destaque entre os trabalhadores, ao demostrar muita coragem em defender os interesses de sua classe com uma oratória envolvente e cativante.

Com a visibilidade e a fama veio também a vigilância da polícia. Assim como outros companheiros de luta, Domingos Passos passou a ser constantemente preso e vigiado. Contudo, isso não o esmoeceu. Pelo contrário, parece ter lhe motivado a lutar ainda mais por aquilo que acrediva: o sonho de uma sociedade livre e autogestionada. Em sua militância, Passos também se envolveu em atividades artísticas e culturais; pois, assim como outrros libertários, acreditava que a arte podia auxiliar no despertar da consciência de classe dos operários. Como delegado excursionista do 2º Congresso Operário Brasileiro, percorreu dezenas de cidades e estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e o Rio Grande do Sul – o que tornou-o nacionalmente conhecido.

Como uma das muitas vítima das prisões arbitrárias do governo Arthur Bernandes, ele foi um dos anarquistas enviados para a colônia penal de Clevelândia, no Oiapoque, em dezembro de 1924. Ali, passou também passou por diversas violências e privações que quase lhe ceifaram a vida. Ele, contudo, mais uma vez resistiu e fugiu para novamente recomeçar a luta em prol da classe operária brasileira. De volta ao Rio de Janeiro, foi recebido com festa pelos companheiros de luta. Por meioda imprensa operária, fez questão de denunciar as mazelas que os deportados sofriam no "inferno verde" por conta das privações alimentares, moléstias infecciosas e maus tratos.

As constantes prisões e perseguições no Distrito Federal motivaram Domingos a migrar para São Paulo, onde logo se engajou nas lutas operárias. Fez parte do comitê em defesa dos libertários Sacco e Vanzetti e atuou junto a diversos sindicatos operários até ser preso e jogado na temida "bastilha do Cambuci", onde mais uma vez sofreu terríveis privações. Durante meses os companheiros ficaram sem saber seu paradeiro, até que souberam que fora enviado, bastante debilitado, para as matas localizadas na fronteira do estado de São Paulo com o Paraná.

Abandonado à própria sorte na pequena localidade de Sengés, Domingos Passos foi acolhido pela comunidade local. Ali, aos poucos, recuperou sua saúde e estabeleceu laços afetivos. Naquele contexto, ou seja, no final da década de 1920, o movimento anarquista já havia perdido força no meio operário em face do crescimento do partido comunista brasileiro. Cansado de tantas batalhas, aos poucos foi se afastando da militância e deu início a uma nova vida. Casou-se, teve filhos, negócios, administrou um jornal e lecionou. Faleceu em 1948, aos 54 anos. A causa: suicídio.

Domingos Passos deixou um legado que merece ser conhecido do grande público. De origem humilde, ele se destacou no meio operário por sua coragem e qualidades intelectuais na defesa dos trabalhadores. Consciente acerca da classe social a que pertencia e, também ,de suas origens raciais, Passos via nas ideias anarquistas e sua efetivação a saída para a construção de uma sociedade livre de privilégios e preconceitos. Sua luta não foi em vão, pois nos inspira a segui-la na esperança de dias melhores!

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Juan. *Como fazer histórias em quadrinhos*. Tradução de. Sílvio Neves Ferreira. São Paulo: Global, 1990.

ADDOR, Carlos Augusto. A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Achiamé, 2012.

ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael (Orgs.). *História do Anarquismo no Brasil.* Volume II. Achiamé. Rio de Janeiro, 2015.

ALCINO, Rogério. *Clevelândia do Norte*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1971.

ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ARVON, Henri. Breve história do anarquismo. Lisboa, Verbo, 1966.

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. Dimensões, v. 24, 2010, p. 157-172.

AVELINO, Nildo. Anarquistas: ética e antologia de existências. 1. ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.

BARBIERI, D. As linguagens dos quadrinhos. Tradução de Thiago de Almeida Castor do Amaral. São Paulo: Peirópolis, 2017.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Vozes, 2023.

BENDIS, Brian Michael. Escrevendo para Quadrinhos: a arte e o mercado para HQs e graphic novels. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

BATALHA, Cláudio. H. M. (Coord.). *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge 1; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves 2 (Org.). O Brasil Republicano. O tempo do Liberalismo Oligárquico da Proclamação da República à Revolução de 1930. A Primeira República (1889-1930). 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2018, p.153-182.

BATALHA, Cláudio. H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CAPELATO, Maria Helena. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: Silva. Fernando Teixeira 1; NAXARA, Márcia R. Capelari 2; CAMILOTTI, Virgínia C. 3 (Org.). República, Liberalismo, Cidadania. São Paulo: Editora UNIMEP, 2003, P. 139-152.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgard. *Socialismo e anarquismo no início do século.* Petrópolis: Vozes, 1996.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de.; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História Pública e divulgação de história.* São Paulo: Letra e Voz, 2019.

CATALLO, Pedro. Irreverência do Tempo. Dealbar, São Paulo, ano 11, n. 14 e 15 abril e maio de 1968. P. 2. Disponível em: <content>. Acesso em 06 de outubro de 2025.

CATALLO, Pedro. Subsídios Para a História do Movimento Social no Brasil. Revista Verve, n. 11, 2007.

CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CHINEN, N. *O negro nos quadrinhos do Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2019.

COSTA, Caio Túlio. *O que é anarquismo*. São Paulo; Editora brasiliense, 1985.

CÔRTES, Alex Sandro Barcelos. Raízes do anarquismo no Brasil. In: DEMINICIS, Rafael Borges 1; FILHO, Daniel Aarão Reis 2 (Org.). *História do anarquismo no Brasil Volume 1*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Fluminense, 2006, p.45-56.

DRUMMOND, José Augusto. *O Movimento Tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

D'SALETE, M. Angola Janga – Uma história de Palmares. São Paulo: Veneta, 2017.

D'SALETE, M. Cumbe. 2ed. São Paulo: Veneta, 2018.

D'SALETE, M. Encruzilhada. São Paulo: Veneta, 2016.

D'SALETE, M. Noite Luz. São Paulo: Via Lettera, 2008.

D'SALETE, M. Risco. São Paulo: Cachalote, 2014. D'SALETE. A história negra em quadrinhos. Entrevista concedida a XIII Bienal do livro de Pernambuco, 2021. Disponível em: https://www.e-bienal.com/ci-27. Acesso em novembro de 2021.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

EISNER, W. *Quadrinhos e arte sequencial*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

EMMANUEL, José Antônio. São Paulo. Barbatana, 2017.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FELIPE, Cláudia Tolentino Gonçalves. Revisão crítica da historiografia anarquista brasileira: proposições para uma análise transnacional. *Revista História: Debates e Tendências*, *22*(1), 26-43, 2002.

FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil, vol. 1*. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 53–89.

FERREIRA, Maria N. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FEYRABEND, Paul. *Contra o método.* Tradução: César Augusto Mortari. São Paulo, Editora Unesp, 2007.

FONTES, P.; CHALHOUB, S. História Social do Trabalho, História Pública. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 4, p. 217-228, 2009.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor da pele e etnia. In: *Cadernos de Campo*, n. 20, 2011.

HALL, Michael & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 2024.

HELLER, Milton Ivan. *De Catanduvas ao Oiapoque: o martírio de rebeldes sem causa*. Curitiba: Editora Letras Contemporâneas, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. A revolução industrial. In: HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções: 1789 - 1848.* São Paulo: Paz e Terra, 2015. cap. 2.

HOBSBAWM, Eric. Reflexões sobre o Anarquismo". In: *Revolucionários*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. HOBSBAWM, Eric J. e SCOTT, Joan. “Sapateiros politizados”. In *Mundos do trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Pp. 149-189.

JOLL, James. *Anarquistas e anarquismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1964.

KARLLOS, Jr. *Brasil Negro Insurgente*. Ed. Monstro dos Mares. 2025

KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez, 1981.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições 1889-1945.* Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2007. P.113-130.

LAMOUNIER, Aden Assunção. LAMELA, Eduardo Carracelas. Por leis em benefício de iguais: O associativismo operário da construção civil, no Rio de Janeiro e a militância sindicalista de Domingos Passos no início do século XX. In: NORTE, Sérgio; ROBERTI, Angela (Org). *Nada de Escravidão: Dossiê Domingos Passos*. São Paulo: Centro de Cultura Social, Instituto de Estudos Literários, Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri, Biblioteca Terra Livre, 2024, p. 23-52.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? O Público e seus passados. In.ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Martha Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31 – 52.

LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta. A greve geral Anarquista de 1917.* São Paulo: Annablume, 2000.

LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, 149-175.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCA, Tania Regina de. República Velha: temas, interpretações, abordagens. In: Silva. Fernando Teixeira; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. (Org.). *República, Liberalismo, Cidadania*. São Paulo: Editora UNIMEP 2003, P. 33-52.

MALATESTA, Errico. *A anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920).* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial. 1870-1889*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalho, vida urbana e experiência de exploração. In: *Escravizados e livres*. *Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: Sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MAZUR, D.; DANNER, A. *Quadrinhos: história moderna de uma arte global*. São Paulo: Editora WMF Martins, 2014.

MCCLOUD, S. *Desvendando os quadrinhos*. São Paulo: M. Books, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOURA, Clóvis. *Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro.* 2.ed. revista e ampliada. São Paulo : Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2017.

NETTLAU, Max. *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

NORTE, Sérgio; ROBERTI, Angela (Orgs). *Nada de escravidão: Dossiê Domingos Passos*. São Paulo: Terra Livre, 2024.

OLIVEIRA, Tiago B. "Anarquismo e Revolução": militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan W.; SILVA, Rafael V. (Orgs.). *História do Anarquismo e do Sindicalismo de Intenção Revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista do Brasil (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

PASSOS, Domingos. Textos reunidos. In: Imprensa Marginal (Org.). S/d. https://1000contra.com.br/produto/domingos-passos-textos-reunidos/ .

PETTA, Nicolina Luiza; DELFINI, Luciano. *Para entender o anarquismo*. São Paulo: Moderna, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A revolução mundial e o Brasil 1922-1935*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PIOZZI, Patrizia. *Os Arquitetos da ordem anárquica*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 2, N o 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 10, 1992.

POSTEMA, B. *Estrutura narrativa dos quadrinhos: construindo sentido a partir de fragmentos*. Tradução de Gisele Rosa. São Paulo: Peirópolis, 2018.

PRÉPOSIET, Jean. *História do anarquismo*. Coimbra: Edições 70, 2007.

PROUDHON, J. P. *O que é a propriedade?* Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. *Anarquismo e feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998.

RAMA, Ângela; VERGUEIRO, Waldomiro (Orgs*.). Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução que mudou o mundo: Rússia, 1917*. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

RIBEIRO, Cristiano P. *Histórias em quadrinhos, mediação intelectual e divulgação do conhecimento histórico: as obras de Marcelo D'Salete à luz da História Pública*. 118 f. Programa de Pós-Graduação em História Pública – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2022.

RODRIGUES, Danilo. F. Anarquismo Negro e Anarquistas de "cor". In: Faces de Clio, 2024, *11*, 83-106.

RODRIGUES, Marcos Aurélio Santana. Anarquismo e imprensa operária do Rio de Janeiro na Primeira República. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges (Org.). *História do Anarquismo no Basil. Volume 2*. Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 2009, P. 173-184.

ROMANI, Carlo. *Aqui começa o Brasil! Histórias das gentes e dos poderes na fronteira do Oiapoque*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

SAMIS, Alexandre. A greve de 1917 no Rio de Janeiro. In: GODOY, Clayton Peron Franco de; MARCHEZIN, Lucas Tadeu; SILVA, Rodrigo Rosa da. **A greve geral de 1917:** perspectivas anarquistas. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017.

SAMIS, Alexandre. Anarquismo, 'bolchevismo' e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil –** volume II. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

SAMIS, Alexandre.**Clevelândia:** anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002.

SAMIS, Alexandre. Introdução. In: KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios.** São Paulo: Hedra, 2007.

SAMIS, Alexandre**. "Minha pátria é o mundo inteiro":** Neno Vasco, anarquismo e as estratégias sindicais nas primeiras décadas do século XX.Tese (doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: SAMIS, Alexandre; COLOMBO, Eduardo; COLSON, Daniel; et al. **História do**

movimento operário revolucionário. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: **A formação das tradições (1889-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAMIS, Alexandre. Desvio e Ordem: O anarquismo e a polícia na República Velha. In: DEMINICIS, Rafael Borges; FILHO, Daniel Aarão Reis (Org.). *História do anarquismo no Brasil Volume 1.* Rio de Janeiro: Editora da Universidade Fluminense, 2006, p.57-74.

SAMIS, Alexandre. «Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil». In: COLOMBO, Eduardo (org.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Imaginário. pp. 125–189, 2004.

SAMIS, Alexandre. «Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos». In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil, vol. 1. A formação dastradições (1889-1945).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. pp. 91–111.

SAMIS, Alexandre. & RAMOS, R. Domingos Passos: O "Bakunin Brasileiro". Faísca Publicações Libertárias, Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FARJ, p.1-13, 2009. Disponível em: https://www.anarquista.net/domingo-passos-o-bakunin-brasileiro-livro/.

SAMIS, Alexandre. Os matizes do sentido – anarquismo, anarquia e a formação do vocabulário político no século XIX. Verve, São Paulo, n.2, p.40-64, 2002. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/4611.

SANTOS, Hamilton Moraes Theodoro dos. *Anarquismo e a formação do Partido Comunista do. Brasil* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2018.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários.* São Paulo: Letra & Voz, 2016. p. 37–46.

SILVA, Adriana Maria Paulo. *Aprender com perfeição e sem coação.* Uma escola para meninos pretos e pardos na Corte. Série Passado/Presente. Brasília: Editora Plano, 2000.

THOMÉ, L. Os quadrinhos históricos em perspectiva. In: VERGUEIRO, W.; RAMOS, P.; CHINEN, N. *Enquadrando o Real: Ensaios sobre quadrinhos (auto)biográficos, históricos e jornalísticos*. São Paulo: Criativo, 2016.

THOMPSON, Edward P. (1987). *A Formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil, vol. 1. A formação das tradições 1889-1945.* Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 2007. Pp. 53-88.

VELHO, Gilberto. Ciências Sociais e biografia individual. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 38, p. 3-9, jul./dez. 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro. Uso das Hqs no ensino. In: RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro; BARBOSA, Alexandre; RAMOS, Paulo ; VILELA, Túlio (Org.). Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula. São Paulo: Editora Contexto, 2010, P. 7-31.

VINCI, Christian F. R. Guimarães. *O que é anarquismo*. São Paulo. Lafonte, 2020.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas, vol. I: a ideia*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas, vol. II: o movimento*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

ANEXO I

ROTEIRO – DOMINGOS PASSOS EM QUADRINHOS

O cenário

Rio de Janeiro, capital da República, nas últimas décadas do século XIX. A cidade passa por um grande processo de remodelação e urbanização, seguindo os preceitos civilizatórios europeus. Antigas construções são derrubadas para que as ruas se transformem em avenidas. Trilhos são instalados nas ruas para a passagem de bondes elétricos. O centro da cidade se ilumina....

Nesse processo, as famílias pobres - neste caso, sobretudo as pessoas pretas e pardas – são alvo das políticas higienistas levadas a cabo pelo prefeito Pereira Passos. Muitas são expulsas de suas antigas casas, as quais são derrubadas em nome do progresso, e passam a habitar os morros. É o começo das favelas!

Foi neste contexto que uma família emigrada do Espírito Santo chegou à cidade do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal, em busca de trabalho e de uma vida melhor. Além de Domingos, o casal formado a partir da união entre Manoel Martiniano dos Passos e Leovegilda Maria dos Passos possuía duas filhas. Viviam na região de Nova Iguaçu, no subúrbio do Rio de Janeiro, região majoritariamente ocupara pela classe trabalhadora.

A infância

Domingos Passos cresceu vendo de perto o trabalho do pai, que exercia o ofício de carpinteiro. Foi com ele que aprendeu os primeiros passos da profissão que também iria abraçar. Com o crescimento da cidade, não faltava trabalho no ramo da construção civil, embora isso não significasse bons salários e condições de trabalho decente. Pelo contrário, a precariedade do trabalho era regra e por isso as greves e protesto eram constantes naquele tempo.

Diferentemente da maioria de seus ancestrais e das pessoas pobres, em geral, Domingos teve acesso à escola e assim pôde aprender a ler e a escrever. Naquela época, eram poucas as opções de estudo para a população negra e pobre, sendo uma delas as corporações de artes e ofícios. Elas formavam mão de obra em ofícios como pedreiro, tanoeiro, serralheiros, marceneiros etc. Possivelmente seu pai o matriculou numa dessas instituições para que pudesse se aperfeiçoar no ofício de carpinteiro.

A entrada no mundo do trabalho e o contato com o anarquismo

Assim como acontecia outros indivíduos pertencentes à classe trabalhadora, Domingos Passos ingressou no mundo do trabalho no final da adolescência. Naquele contexto, o ramo da construção civil passava por um forte crescimento e por isso se conseguia emprego sem maiores dificuldades. Por outro lado, as condições de vida da população eram precárias, os salários eram baixos e o custo de vida muito alto. Tal situação provocou o surgimento de protestos e greves por parte da classe trabalhadora. Os movimentos tomavam as ruas, paravam a produção, causavam transtornos à polução e mobilizavam a polícia. O governo procurava culpados...

Nas duas primeiras décadas do período republicano, o Brasil recebeu um enorme contingente de imigrantes europeus oriundos de países como a Itália, Espanha, França e Portugal. Buscavam no Brasil melhores oportunidades de vida. Assim, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro passaram a contar com uma massa de trabalhadores espanhóis, italianos e portugueses que, somados aos trabalhadores nacionais, formariam uma nova classe trabalhadores. E como os imigrantes também vieram as ideias libertárias como o anarquismo e o socialismo.

As ideias anarquistas defendiam a autonomia dos trabalhadores e a livre negociação por meio dos sindicatos. Elas preconizavam a liberdade de decisão a partir da consciência de cada trabalhador e rejeitavam a submissão aos partidos políticos bem como ao Estado burguês. O ideário libertário dos anarquistas acabou por conquistar a simpatia da maioria da classe trabalhadora brasileira nos grandes centros urbanos. Organizados em sindicatos autônomos e em federações, os trabalhadores passaram a lutar pela derrubada do capitalismo enquanto sistema social.

As ideias libertárias seduziram o então jovem Domingos Passos. Ao tomar conhecimento de textos de pensadores anarquistas como Bakunin, Hamon e Kropotkin, ele passou a se interessar pelas discussões em defesa da classe operária. Foi assim que se filiou à União dos Operários da Construção Civil do Rio de Janeiro e passou a frequentar suas assembleias e reuniões. Daí a se tornar uma liderança sindical foi um passo! Como secretário desta entidade, Domingos passou a proferir palestras em diferentes associações operárias da capital federal – tornando-se muito conhecido entre os membros da classe trabalhadora.

As prisões e perseguições

Durante os anos 1920, a Capital Federal viveu um clima de turbulência social e crise econômica. Com o advento da revolução bolchevique em 1817, o país experimentou uma onda de manifestações contra a classe burguesa e o capitalismo, tendo em vista a animação da classe trabalhadora com a possibilidade de implantação do socialismo e do comunismo. Os frequentes protestos foram duramente reprimidos pelo governo republicano, que não mediu esforços para identificar e punir aqueles considerados como subversivos - sobretudo suas principais lideranças. E Domingos era uma delas...

A primeira prisão de Domingos Passos aconteceu em 1919, no decorrer de um protesto que os trabalhadores faziam na praça da República. Na ocasião, ele afirmou à polícia que participou do movimento de protesto. A esta, vieram muitas outras e assim o libertário negro logo se tornou figura carimbada das autoridades. Os jornais do período dão conta das frequentes invasões ao domicílio em que morava com outros companheiros anarquistas tendo por objetivo prendê-los. Nessas buscas policiais, tudo era revirado: os pertences eram confiscados, os livros, revista e escritos apreendidos ou queimados. Mas essas ações violentas não esmoreceram o ânimo de Domingos Passos. Pelo contrário! Parecia reforçar ainda mais suas convicções e renovar suas energias para futuras batalhas!

O inimigo interno ou o comunismo

Para além de ter de enfrentar a polícia, Domingos Passos e seus companheiros libertários passaram a ter outro importante adversário: os comunistas. Embora as ideias de Karl Marx já fossem conhecidas na Europa, elas só ganharam força no Brasil a partir da Revolução Russa de 1917. Com o sucesso bolchevique, aos poucos a doutrina marxista foi ganhando espaço na classe operária. Foi assim que alguns anarquistas mudaram de orientação política e passaram a defender que a luta revolucionária deveria ser feita através do partido – neste caso o recém-fundado Partido Comunista do Brasil, criado em 1922. Tal procedimento contrariava a estratégia de luta dos anarquistas, que defendiam a livre organização a partir dos sindicatos e das federações.

A partir de então, algumas lideranças comunistas – muitas das quais oriundas do movimento anarquista – passaram a rivalizar e atuar contra o sindicalismo revolucionário. Nesse sentido, os comunistas começaram a disputar o controle dos sindicatos e federações e a defender novas forma de organização do operariado. Os anarquistas passaram então a ser alvo

de duras críticas nos jornais operários que aderiram a orientação comunista. Por seu turno, Domingos Passos não assistiu calado às ofensivas dos comunistas e, por meio da imprensa libertária, procurou combater seus adversários:

> Quando a organização operária tiver atingido o apogeu almejado, uma das suas principais preocupações é a de atirar por terra não só o partido "socialista" (dito Comunista) como todos os partidos. Não é de partidos que precisamos. Os partidos são cacos e os cacos só têm uma utilidade: a de encher as "garis" e ir aterrar a Sapucaia. Precisamos é de "inteiros" e estes só se conseguem com a "organização sindicalista revolucionária", que une, que eleva, que constrói" (Domingos Passos. Em Frente. Ao Partido Comunista. In: *A Pátria*, Rio de Janeiro, 04 de maio de 1924.).

Como o tempo, a disputa entre comunistas e anarquistas cresceu e, em algumas situações, migrou do campo das ideias para as ofensas pessoais.

A discriminação racial dentro do movimento operário

Uma das formas que seus adversários utilizaram para atacá-lo foi a menção à sua cor. Naqueles tempos de crença generalizada nas teorias raciais importadas da Europa impunha à população negra e mestiça a pecha de inferioridade e atraso. Assim, visando atacá-lo, alguns membros do Partido Comunista (PCB) fizeram menção às suas origens étnicas visando desmerecer suas qualidades intelectuais. Por sua vez, Passos não ficou calado e em revide denunciou que os comunistas brasileiros discriminavam os companheiros de "cor" ao restringir-lhes a ocupação de posições de comando nas estruturas do partido. A querela se estendeu por algum tempo, tendo os comunistas negado o apoio a qualquer tipo de racismo.

A deportação para Clevelândia

Em julho de 1924, após mais uma onda de intensos protestos em diversas cidades brasileiras, as principais lideranças anarquistas são caçadas na Capital Federal. Alguns dos anarquistas estrangeiros são presos e em seguida deportados. Domingos Passos é preso nas dependências da Quarta Delegacia Auxiliar e algum tempo depois será recolhido a bordo do navio-prisão *Campos*, fundeado na Baía de Guanabara. Ali, ficou cerca de seis meses sofrendo insultos e espancamentos até ser deportado para a colônia penal de Clevelândia, no Oiapoque. Como ele, iam mais 14 ou 15 companheiros libertários.

Denominada de “inferno verde”, Clevelândia funcionou como uma espécie de campo de concentração. Mais da metade dos indivíduos que para lá foram enviados morreram de doenças como o impaludismo e a desinteria bacilar.

Para Clevelândia foram enviados não só presos políticos, como Domingos e seus colegas anarquistas, mas também criminosos comuns e indivíduos socialmente indesejados, classificados como cafetões, mendigos e vadios. Ali estes grupos passaram a conviver diariamente, sendo obrigados a trabalhar nas melhorias que eram feitas nas instalações da colônia penal. Os que se recusavam a trabalhar eram punidos. O clima adverso da selva e a precária alimentação fornecida aos detentos logo provocou vária doenças como a malária e a desinteria bacilar. As mortes passaram a ser constantes e o hospital ali existente não dava conta de tratar os enfermos. Por isso, muitos preferiram fugir e enfrentar a selva amazônica do que ali permanecer.

A fuga

Domingos e outros presos fugiram em direção a Saint George, na Guiana Francesa. Ali, permaneceu por alguns meses até reunir forças e recursos para poder retornar ao Brasil. O grupo então saiu da Guiana em direção a Belém do Pará, onde contaram com o apoio e solidariedade dos operários da Federação das Classes Trabalhadoras do Pará. Foi então que puderam se comunicar com os companheiros do Rio de Janeiro. E ali permaneceram, aguardando as condições propícias para regressar ao Distrito Federal.

O retorno ao Rio de Janeiro

Com o fim do governo de Arthur Bernardes, em dezembro de 1926, finalmente os anarquistas de demais presos políticos puderam voltar aos seus lares. A chegada de Domingos Passos e outros companheiros ao Rio de Janeiro foi amplamente noticiada na imprensa. Recebidos com festa, ele logo tratou de retomar a militância sindical. E o fez denunciando as precárias condições de vida a que foram submetidos os degredados para Clevelândia. Seu intuito era desmentir a versão veiculada pelo governo de Arthur Bernardes, segundo a qual a colônia penal era um local apropriado para se viver e que as mortes que ali aconteceram se deviam sobretudo a fatores externos.

Ao retomar ao Distrito Federal o anarquista negro encontrou o movimento sindical ao qual era filiado bastante abalado. Os anos de perseguição do governo aos anarquistas havia

enfraquecido o sindicalismo revolucionário. Além disso, o crescimento das ideias comunistas trouxe a disputa interna no seio da classe trabalhadora. Estes fatores, somada à constante vigilância que continuava a sofrer da polícia, fez com que Domingos se transferisse para São Paulo.

A mudança para São Paulo: novas prisões e deportação para o Paraná

Na capital paulista Domingos Passos vivia na clandestinidade, pois temia ser preso pela polícia. Contudo, isso não o impediu de participar das lutas operárias. Dentre elas, destaca-se o trabalho de reorganização da Federação dos Operários de São Paulo (FOSP) e a atuação no comitê de Agitação Pró Liberdade Sacco e Vanzetti – anarquistas italianos condenados injustamente à morte nos Estados Unidos. Mesmo no anonimato, sua presença nas atividades sindicais logo despertou a atenção da polícia paulistana. E assim ele voltou a ser preso. Numa destas prisões, ele foi recolhido à "Bastilha do Cambuci", considerada a cadeia em que mais se encarceravam e torturavam os opositores do regime. Ali, mais uma vez, foi brutalmente espancado. Por um período seu paradeiro permaneceu ignorado. Os jornais libertários noticiavam o seu desaparecimento e conclamavam os trabalhadores a pressionar as autoridades por notícias suas. Chegaram a noticiar sua morte. Ele contudo, ainda estava vivo. Se soube então que fora jogado num trem e enviado - ferido e debilitado - para morrer nas matas da região dos Campos Gerais do Paraná, na fronteira com São Paulo.

A vida em Sengés: os últimos dias de Domingos Passos

A morte, contudo, não o aguardava. Mesmo ferido, ele conseguiu pedir ajuda aos moradores locais e, após algum tempo, restabeleceu suas forças. Ao que tudo indica, Domingos Passos resolveu então reconstituir sua vida em Sengés – abandonando as antigas relações que construiu em São Paulo e no Rio de Janeiro. Largou a militância. Apenas alguns amigos mais próximos sabiam de seu paradeiro. Com o passar dos anos ele formou família e teve um filho. Trabalhou como carpinteiro, agricultor, comerciante, redator de jornal e professor. Viúvo, casou-se novamente. Era uma pessoa que gozava de prestígio na comunidade quando veio a falecer, em 1948. A causa: suicídio. Mas essa já é outra história...

ANEXO II

DOMINGOS PASSOS: UMA BIOGRAFIA EM QUADRINHOS (PARTE 01)

HISTÓRIA EM QUADRINHOS — *Domingos Passos: O Carpinteiro Libertário*
Roteiro completo para HQ (com cenas, quadros e diálogos)

CAPA
Título: *Domingos Passos: O Carpinteiro Libertário*
Imagem sugerida: Domingos, jovem, com ferramentas de carpintaria numa mão e um panfleto anarquista na outra, tendo ao fundo o Rio de Janeiro em transformação.

CAPÍTULO 1 — A CIDADE QUE MUDA

Quadro 1
Cena: Rio de Janeiro, final do século XIX. Ruas sendo alargadas, bondes elétricos, prédios antigos sendo demolidos.
Narração:
"Nas últimas décadas do século XIX, o Rio de Janeiro se remodelava para parecer uma capital europeia."

Quadro 2
Cena: Famílias negras e pobres sendo expulsas de cortiços.
Narração:
"Mas o progresso tinha um preço: os pobres — sobretudo pretos e pardos — eram empurrados para os morros. Nasciam as primeiras favelas."

Quadro 3
Cena: A família de Domingos chegando do Espírito Santo.
Narração:
"Foi nesse cenário que a família de Domingos Passos chegou ao Distrito Federal em busca de uma vida melhor."

CAPÍTULO 2 — INFÂNCIA E OFÍCIO

Quadro 1
Cena: Domingos criança observando o pai carpinteiro.
Pai:
“Preste atenção, Domingos. A madeira fala. A gente só precisa ouvir.”
Narração:
“Com o pai, Domingos aprendeu o ofício que moldaria sua vida.”

Quadro 2
Cena: Escola simples, poucas carteiras, crianças negras estudando.
Narração:
“Naquela época, estudar era privilégio raro para crianças negras. Ainda assim, Domingos foi alfabetizado.”

CAPÍTULO 3 — O MUNDO DO TRABALHO

Quadro 1
Cena: Domingos adolescente carregando tábuas numa obra.
Narração:
“A cidade crescia, e o jovem Domingos logo encontrou trabalho na construção civil.”

Quadro 2
Cena: Operários reclamando dos baixos salários.
Operário 1:
“O custo de vida só aumenta!”
Operário 2: “
Precisamos reagir!”
Narração:
“A precariedade gerava revolta. Greves e protestos se multiplicavam.”

Quadro 3
Cena: Imigrantes europeus chegando ao porto.
Narração:
“Com a chegada de italianos, espanhóis e portugueses, vieram também novas ideias: socialismo, sindicalismo e… o anarquismo.”

CAPÍTULO 4 — O NASCIMENTO DE UM MILITANTE

Quadro 1
Cena: Domingos lendo Bakunin e Kropotkin.
Narração:
“As ideias libertárias seduziram Domingos.”

Quadro 2
Cena: Assembleia da União dos Operários da Construção Civil.
Domingos (em pé, falando):
“A liberdade nasce da consciência de cada trabalhador!”
Narração:
“Com sua oratória cativante, ele rapidamente se tornou liderança.”

Quadro 3
Cena: Domingos palestrando para operários.
Narração:
“Passos era convidado para conferências e palestras sobre o anarquismo.”

CAPÍTULO 5 — PRISÕES E PERSEGUIÇÕES
Quadro 1
Cena: Protesto na Praça da República, 1919.
Polícia: “Dispersar! Agora!”
Narração:
“Em 1919, veio a primeira prisão.”

Quadro 2
Cena: Casa de militantes sendo invadida.
Policial: “Revistem tudo!”
Narração:
“Livros queimados, objetos confiscados… mas nada abalava Domingos.”

Quadro 3
Cena: Domingos algemado, cabeça erguida.
Domingos:
“Podem prender meu corpo. Minhas ideias, não.”

CAPÍTULO 6 — O INIMIGO INTERNO: OS COMUNISTAS

Quadro 1
Cena: Reunião de comunistas discutindo estratégia.
Narração:
“Após 1917, o comunismo ganhou força no Brasil.”

Quadro 2
Cena: Domingos discursando contra os comunistas.
Balão com citação real:
“Não é de partidos que precisamos. Os partidos são cacos!”
Narração:
“A disputa ideológica se acirrou.”

Quadro 3
Cena: Militantes comunistas cochichando sobre Domingos.
Narração:
“A cor de Domingos passou a ser usada como arma contra ele.”

CAPÍTULO 7 — DEPORTAÇÃO PARA CLEVELÂNDIA

Quadro 1
Cena: Navio-prisão ancorado.
Narração:
“Após dias detido no navio, Domingos foi enviado ao Pará.”

Quadro 2
Cena: Entrada da colônia Clevelândia.
Placa: “Clevelândia — Colônia Agrícola”
Narração:
“O ‘inferno verde’. Um campo de concentração disfarçado.”

Quadro 3
Cena: Doentes, mosquitos, condições precárias.
Narração:
“Mais da metade dos presos morreu de doenças e maus-tratos.”

CAPÍTULO 8 — FUGA E RETORNO

Quadro 1
Cena: Domingos fugindo pela mata.
Narração:
“A fuga foi arriscada, mas necessária.”

Quadro 2
Cena: Domingos chegando ao Rio novamente.
Narração:
“O retorno não passou despercebido. A polícia continuava à espreita.”

CAPÍTULO 9 — SÃO PAULO E NOVAS PERSEGUIÇÕES

Quadro 1
Cena: Domingos em assembleia paulista.
Narração:
“Em São Paulo, tentou recomeçar… mas logo voltou a ser vigiado.”

Quadro 2
Cena: Policiais observando Domingos à distância.
Policial:
“Ele está aqui também. Informar ao chefe.”

CAPÍTULO 10 — UM NOVO COMEÇO EM SENGÉS

Quadro 1
Cena: Cidade pequena, serras ao fundo.
Narração:
“Em Sengés, no Paraná, Domingos buscou paz.”

Quadro 2
Cena: Domingos trabalhando com madeira, mais velho.
Narração:
“Talvez ali pudesse reconstruir a vida.”

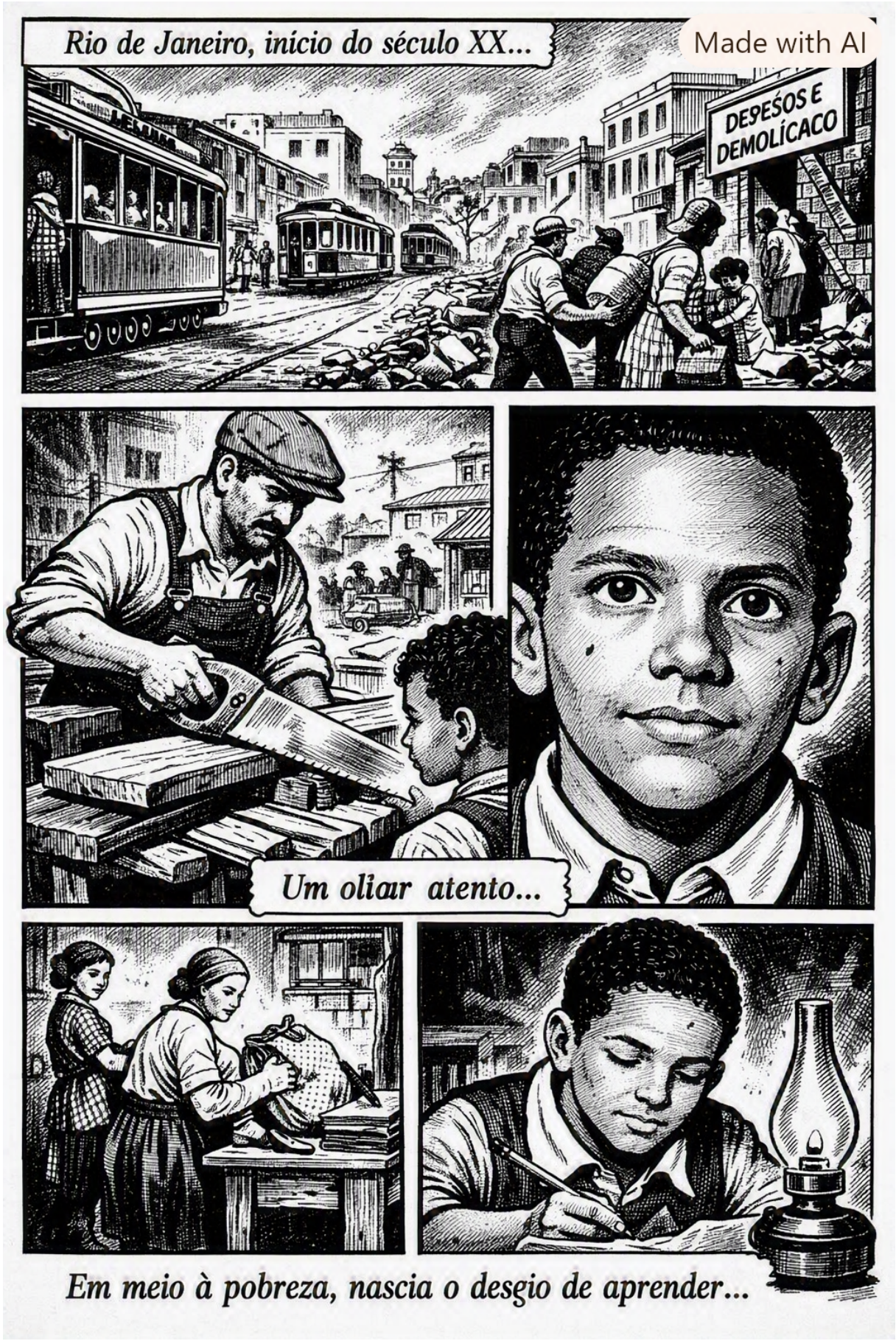
CAPÍTULO FINAL — OS ÚLTIMOS DIAS

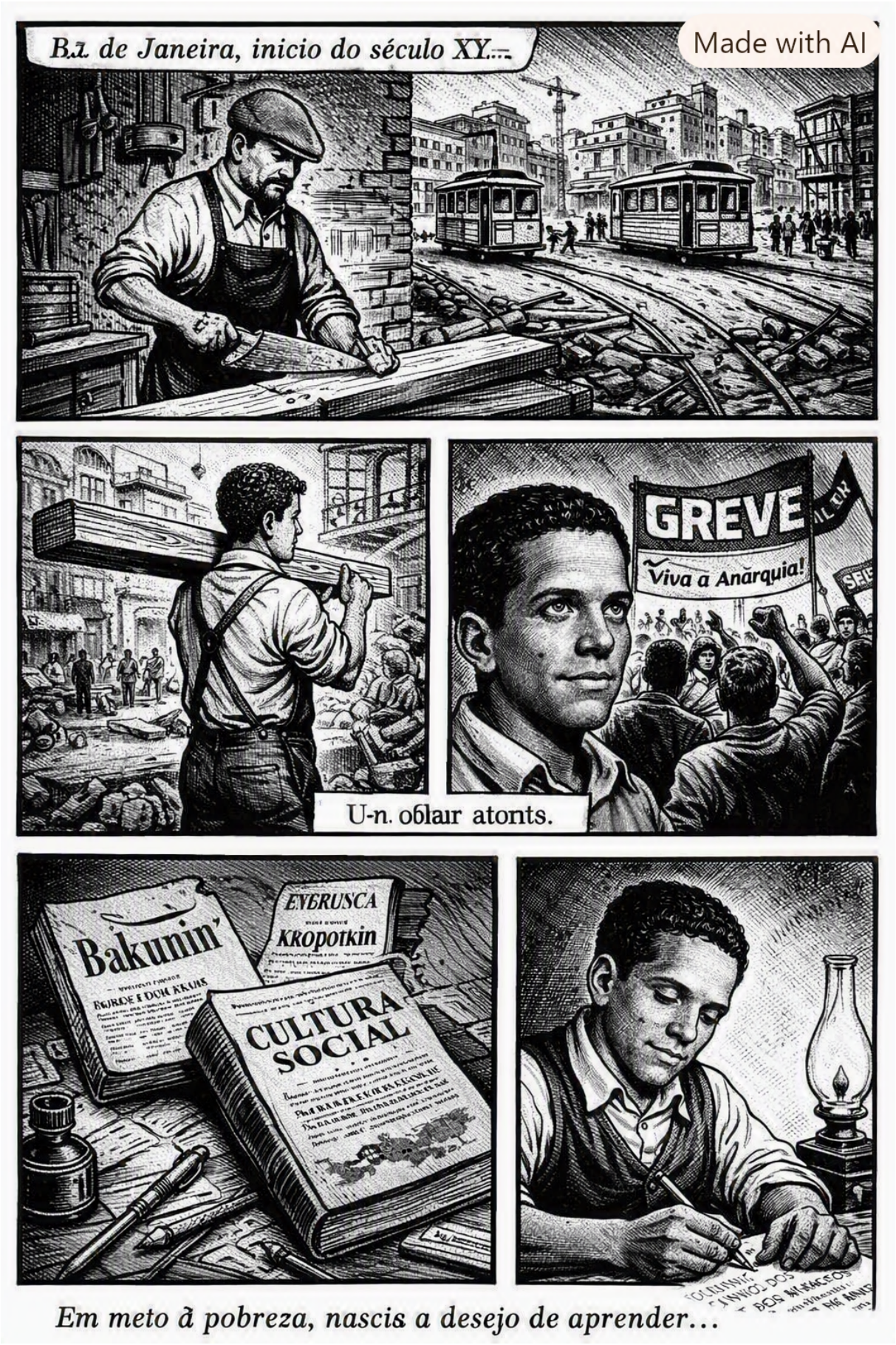
Quadro único
Cena: Domingos olhando pela janela, reflexivo.
Narração:
“Domingos Passos, o carpinteiro libertário, deixou marcas profundas na história do movimento operário brasileiro. Sua luta permanece viva.”

ANEXO III

ILUSTRAÇÕES




Rio de Janeiro, início do século XX...
Made with AI
DESPESOS E DEMOLÍCACO
Um olhar atento...
Em meio à pobreza, nascia o desgio de aprender...


B.i. de Janeira, inicio do século XY...
Made with AI
GREVE
Viva a Anarquia!
U-n. oblair atonts.
Bakunin
EVBRUSCA
KROPOTKIN
CULTURA SOCIAL
Em meto à pobreza, nascis a desejo de aprender...